

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INFOCAPES

Boletim Informativo Vol. 7, Nº 3 julho/setembro 1999

O Boletim Informativo **Infocapes**, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma publicação técnica, que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas

Editora Responsável

Gladis Calháu – Coord. Geral – CED

Conselho Editorial

Jacira Felipe Beltrão – SPP

Denis Dutra – SIN

Sandra Mara Carvalho de Freitas – CEC

Geraldo Nunes Sobrinho – SPE

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos de políticas para a educação superior, estudos e dados sobre a pós-graduação, discussões e comunicados de interesse da comunidade acadêmica e científica. Na seção “CAPES Responde” divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

Equipe Técnica Editorial:

Distribuição e Cadastro de Assinaturas

Catarina Glória de Araújo Neves – ACD

Composição Gráfica

Astrogildo Brasil – ACD

Apoio Editorial

Antonio Newton da Rocha Pimenta – CED

Yuri Lopes Zinn – CED

Projeto Gráfico

Francisco Inácio Homem de Melo

Periodicidade

trimestral

Tiragem

3.000 exemplares

INFOCAPES -Boletim Informativo da CAPES
Vol.7 - Nº 3 - Brasília CAPES, 1999

Trimestral

ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

CDU 378

Endereço para correspondência:

CAPES

Coordenação de Estudos e Divulgação Científica
(CED)

Ministério da Educação

Anexo II - 2º andar - Tel. (061) 410-8866

70 047-900 - Brasília – DF

e-mail – ced@capes.gov.br

ISSN 0104 - 415X

Bol.Inf., Brasília, V.7, Nº3, p.00-00 jul/set 1999

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 03

ESTUDOS E DADOS

Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação	05
<i>O. H. Yamamoto; S. H. Koller; M. C. Guedes; A. C. LoBianco; C. P. Sá; C. S. Hutz; J. L. O. Bueno; L. Macedo; P. R. M. Menandro</i>	

DOCUMENTOS

Documentos de Áreas do Conhecimento elaborados pelas comissões de Avaliação da Pós-Graduação da CAPES – 1998

Ciências Humanas	12
-------------------------	-----------

OPINIÃO

Repensando os objetivos do mestrado em medicina	96
<i>Oswaldo Malafaia</i>	

CAPES INFORMA

Eventos apoiados	100
Avaliação internacional	101
Programa Apartes	102
Pró-Ciências	102
Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância	103
Programa “Musicistas”	103
48ª Reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC)	104
49ª Reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC)	104
50ª Reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC)	105
Representantes de área	106

CAPES RESPONDE 109

APRESENTAÇÃO

A produção científica é considerada por muitos o indicador mais expressivo da qualidade de um programa de pós-graduação ou centro de pesquisa, uma vez que sintetiza o resultado das atividades realizadas. A CAPES inclui a produção bibliográfica como um dos quesitos-chave em seu processo de avaliação da pós-graduação. Muito se tem discutido sobre a necessidade de constituição de um mecanismo de aferição da influência de determinada publicação na área de conhecimento a que diz respeito. Contudo, fatores de variada ordem têm dificultado a elaboração e padronização de tal ferramenta de avaliação para a CAPES. Nesse sentido, é oportuna a avaliação dos periódicos nacionais da área de Psicologia proposta por consultores da CAPES, publicada na seção Estudos e Dados deste número. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp) desempenhou também destacado papel na elaboração do documento, que, longe de ser uma classificação permanente, visa qualificar a importância atual dos diversos periódicos, o que pode ser de grande valia para os pesquisadores e demais profissionais da área.

Encerra-se, na seção Documentos deste número, a publicação em papel dos Documentos de Área das comissões de avaliação da pós-graduação de 1998. Na presente edição, constam as Ciências Humanas, mantendo o agrupamento por grande área do conhecimento realizado nos números anteriores. Os Documentos de Área, já divulgados eletronicamente no *site* da CAPES na Internet, contêm as considerações das comissões avaliadoras sobre o trabalho executado, bem como a descrição das adequações que foram feitas dos critérios e procedimentos gerais às particularidades e características próprias da área do conhecimento. Um esclarecimento se faz necessário: devido ao deferimento de recursos à CAPES sobre as notas de alguns programas, nem sempre as notas listadas nos Documentos de Área (elaborados em maio/junho de 1998) correspondem àquelas finalmente homologadas pelo Ministério da Educação em 30 de dezembro de 1998.

A seção Opinião traz o ponto de vista de Osvaldo Malafaia, representante da área de Medicina III até setembro de 1999, que tece considerações sobre a pós-graduação em Medicina. Na matéria intitulada “Repensando os objetivos do mestrado em Medicina”, o opinante descreve a realidade dos programas de pós-graduação nessa área do conhecimento, sua conformação e os desvios e ajustes, sobre os quais, no seu ajuizamento, urge refletir e proceder a adequações. Em benefício de seus argumentos, o autor invoca a legislação que caracteriza a pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, buscando fixar um discernimento geral mais claro entre os dois níveis, e evitando-se a excessiva subjetivação por parte de cada programa no estabelecimento de suas regras e exigências.

Estão listados, na seção CAPES Informa, os eventos apoiados pela Agência nos meses de julho, agosto e setembro deste ano. Noticia-se, ainda, a reunião de 8 de agosto do Conselho Técnico-Científico (CTC), em que, entre outros assuntos tratados, ficou estabelecida a integração dos bancos de currículos da CAPES (Coleta) e do CNPq (Lattes), medida que aumentará, em boa hora, a aproximação e a afinação do trabalho dessas duas instituições governamentais de tão grande importância no desenvolvimento da pesquisa científica e da pós-graduação no Brasil. A Avaliação Internacional, iniciada em maio último, teve seguimento no mês de julho, quando foram visitados sete

programas de pós-graduação por consultores estrangeiros, especialmente convidados para esse fim. Dos programas mantidos pela CAPES, constam as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior - Apartes (seleção de bolsistas), do Programa de Aperfeiçoamento de Professores de 2º Grau em Ciências e Matemática - Pró-Ciências (apresentação de 16 projetos em evento realizado em Curitiba, Paraná), do Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – Paped (apresentação de propostas de participação e obtenção de apoio) e do Programa “Musicistas” (cursos e *master classes* ministrados na Escola de Música da Universidade Federal de Goiás por artistas de afirmado renome internacional e apresentação em concerto no Teatro Goiânia). Estão relacionados, também nessa seção, os cursos de pós-graduação recomendados pelo CTC em suas reuniões dos dias 8 de julho, 17 e 18 de agosto, e 15 de setembro. Foram recomendados, no total, 74 cursos, que passam a ter reconhecimento nacional dos diplomas por eles conferidos, uma vez homologados os pareceres pelo Conselho Nacional de educação. Por último, publicam-se aqui os nomes dos novos representantes de área junto à CAPES, cujos mandatos de dois anos iniciaram-se na data de sua posse, 27 de setembro do ano corrente. Com isso, fica recomposto o Conselho Técnico-Científico da agência. A CAPES renova, assim, a sua atuação, histórica e solidamente fundada na parceria com a comunidade acadêmica, o que lhe tem assegurado a credibilidade e facultado o permanente balizamento de decisões pelo contato estreito, cooperativo, com os realizadores da formação pós-graduada brasileira.

ESTUDOS E DADOS

Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação

Oswaldo H. Yamamoto (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)¹
Sílvia Helena Koller (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Maria do Carmo Guedes (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Anna Carolina LoBianco (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Celso Pereira de Sá (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)
Cláudio Simon Hutz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Lino O. Bueno (Universidade de São Paulo)
Lino de Macedo (Universidade de São Paulo)
Paulo R. M. Menandro (Universidade Federal do Espírito Santo)

Introdução

A produção científica constitui-se em um dos aspectos mais relevantes no processo de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. De fato, conforme Macedo e Menandro (1998), trata-se do item com maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas.

Não obstante, a qualificação dessa produção encerra uma considerável dose de complexidade, devido, sobretudo, à variedade dos veículos nos quais ela é expressa. No processo de avaliação dos programas empreendido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), são considerados quatro indicadores de produção: artigos em periódicos; trabalhos apresentados em congressos; livros (capítulos, texto integral ou organização); e dissertações e teses. Desse conjunto, certamente há um incentivo à produção científica expressa em artigos em periódicos, a modalidade mais arbitrada dentre todas.

Conquanto não haja um consenso estabelecido mesmo nesse âmbito mais específico, tentativas têm sido feitas na direção do estabelecimento de critérios e metodologias de avaliação (Castro, Negão & Zaher, 1996; Castro, Ferreira & Vidili, 1996; Krzyzanowski & Ferreira, 1998). Este trabalho vai ao encontro dessa preocupação, tendo o duplo objetivo de propor uma metodologia de avaliação e hierarquizar os periódicos científicos em Psicologia, a partir de uma solicitação da CAPES e realizada por iniciativa da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp).

As demandas principais desses organismos com relação à publicação em Psicologia podem ser resumidas em três pontos:

- (a) qualificar os veículos científicos nos quais publicam pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil;

¹ Consultores *ad-hoc* da Área de Psicologia na CAPES.

(b) criar mecanismos para viabilizar a manutenção dos periódicos com melhor avaliação;

(c) estabelecer parâmetros para o incremento da qualidade dos periódicos da área.

Para a realização da primeira dessas demandas, a Anpepp constituiu uma Comissão Editorial composta por membros da Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da CAPES, na área da Psicologia (Anna Carolina LoBianco, Celso Pereira de Sá, Cláudio Simon Hutz e José Lino O. Bueno)², pelo coordenador e vice-coordenador *ad-hoc* da área da Psicologia da CAPES (respectivamente, Lino de Macedo e Paulo R. M. Menandro) e por três pesquisadores com experiência em editoração (Maria do Carmo Guedes, Sílvia Helena Koller e Oswaldo H. Yamamoto) escolhidos a partir de indicação dos programas afiliados. Em conjunto, essa equipe tinha como meta específica hierarquizar os periódicos de Psicologia, nos quais os docentes vinculados aos programas publicam, segundo dois eixos - âmbito (internacional, nacional e local) e qualidade (A, B e C).

Uma vez que o presente texto estará disponível para conhecimento de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, é necessário destacar que estamos cientes de que os tipos de publicação mais privilegiados podem diferir bastante entre o conjunto das Ciências Exatas e Naturais e o conjunto das Ciências Humanas e Sociais (predominando, naquelas, artigos concisos com acelerada dinâmica de publicação, enquanto nestas predominam formas de apresentação textual mais extensas, muitas vezes na forma de livros – Velho, 1998). Independentemente de tal distinção, entendemos que é essencial o estabelecimento de critérios que possam contribuir para uma avaliação mais precisa da produção científica em nossa área, que reflita, da melhor forma possível, a qualidade da produção das várias instituições, o que também representaria contribuição para o aprimoramento de uma política de publicação para a área (preocupação da Anpepp já explicitada no primeiro número dos Cadernos da Anpepp, editado em 1992, sob coordenação de William B. Gomes e José Tolentino Rosa).

Etapas do trabalho

O trabalho foi desenvolvido nas etapas seguintes:

(a) Definição do âmbito:

A equipe definiu, preliminarmente, que seriam considerados os periódicos de Psicologia publicados no Brasil referidos pelos docentes e pesquisadores nos relatórios dos programas de pós-graduação do período 1996-1997, expressos em uma lista gerada pela CAPES. Desta forma, os procedimentos descritos **neste trabalho** não consideram

² Os demais integrantes da Comissão de Avaliação da CAPES (Maria da Graça B. B. Dias, Jairo E. Borges Andrade e Olavo de F. Galvão) não participaram do processo por questões relacionadas à limitação dos recursos disponíveis. Registramos, contudo, o agradecimento aos dois primeiros membros, que participaram da última reunião em Brasília, contribuindo para a formulação final do trabalho de avaliação dos periódicos.

os periódicos de áreas afins e aqueles publicados no exterior, mesmo que citados nos relatórios³.

(b) Elaboração de instrumento:

Tomando por base o modelo proposto por Krzyzanowski e Ferreira (1998), foi desenvolvida uma Ficha de Avaliação com uma Escala Total (avaliação de qualidade ou A, B, e C) e uma Subescala para Classificação de Âmbito (Nacional ou Local). A Escala Total foi composta de cinco tópicos gerais - Normalização, Publicação, Circulação, Autoria e Conteúdo, e Gestão Editorial (com pontuação de 0-20 para cada tópico, para um total máximo de 100). A Subescala de Âmbito foi construída a partir da extração de cinco subitens da Escala Geral (indexação, distribuição, disponibilidade em bibliotecas do sistema nacional, abrangência geográfica dos autores e dos conselhos editoriais). A distinção Local-Nacional-Internacional foi feita com base no âmbito de circulação da revista, dispersão geográfica de seus autores, leitores e corpo editorial, e não representa, por si só, um indicativo absoluto de qualidade. A equipe preocupou-se durante todo processo em elaborar uma Ficha de Avaliação leniente, que fosse compatível com a realidade e o momento da publicação científica em Psicologia no Brasil. Os itens incluídos tinham um intuito pedagógico/educativo, ou seja, continham as exigências consideradas mínimas para avaliar um periódico nesse momento e que podiam ser atendidas para melhorar a qualidade e o âmbito de circulação da revista.

(c) Avaliação preliminar:

Os fascículos publicados no período de junho de 1996 a junho de 1998 (entregues para a comunidade científica até dezembro de 1998) de 47 periódicos brasileiros de Psicologia foram examinados por pares de avaliadores da equipe conjunta. Nos casos de discrepância entre examinadores, optou-se sempre pelo maior escore.

(d) Apresentação dos resultados preliminares ao Conselho Deliberativo (CD) da Anpepp:

Os resultados preliminares contendo os escores atribuídos pelos pares de avaliadores foram apresentados ao CD da Anpepp reunido no Rio de Janeiro em maio de 1999. Os objetivos da apresentação foram: prestação de contas da Comissão Editorial, aprovação dos procedimentos da Comissão Editorial e coleta de subsídios para eventual modificação do procedimento. A Ficha de Avaliação e os procedimentos da Comissão foram aprovados na íntegra pelo CD da Anpepp, com algumas sugestões anotadas para inclusão nas próximas avaliações (por exemplo, avaliação pela tiragem e pelo número de artigos publicados/ano e revisão da pontuação para os itens de abrangência geográfica de autores e de tempo de publicação).

(e) Apreciação pelos editores das respectivas fichas de avaliação:

Os mesmos resultados preliminares foram encaminhados aos editores com o intuito de informar sobre a avaliação do periódico sob sua responsabilidade e permitir eventuais solicitações de reconsideração, com base em novas informações agregadas pelos mesmos. Doze dos quarenta e sete editores responderam a essa comunicação, sendo que a maioria deles apenas cumprimentou a Comissão pelo trabalho e indicou a inclusão de melhorias nos próximos números de suas publicações. Dois editores

³ Com relação aos periódicos de outras áreas, a sugestão da equipe é acatar as avaliações das respectivas Comissões de Avaliação da CAPES. Quanto aos periódicos internacionais, provisoriamente, a equipe sugere a utilização de bases de dados internacionalmente reconhecidos, nomeadamente, a ISI (*Institute for Scientific Information*), como parâmetro da qualidade da publicação.

comentaram as avaliações dos periódicos que editam, sugerindo modificações, que quando procedentes foram incluídas.

(f) Análise final dos dados:

Relatórios finais foram elaborados para cada periódico. O item referente à presença dos periódicos nas bibliotecas (7 pontos) foi eliminado para fins de análise, uma vez que não gerava informação confiável, pela falta de atualização das informações relevantes junto ao Catálogo Coletivo Nacional (CCN) do IBICT. Foram calculados as médias e desvios-padrão para cada subescala e estabelecidos pontos de corte.

Resultados e discussão

De um total possível de 28, o ponto de corte para a Subescala de Âmbito foi 13 pontos. Quatorze periódicos foram classificados como de âmbito nacional e os demais como de âmbito local. Os periódicos classificados como Nacionais foram então avaliados com base na Escala Total (excluído o item referente a bibliotecas). Na escala resultante, com escores de 0 a 93, as pontuações obtidas pelos periódicos nacionais variaram de 37 a 86 pontos. A distribuição dos escores foi utilizada para estabelecer pontos de corte para classificar revistas nacionais como A (65 pontos); B (51 pontos). Esses pontos de corte correspondem ao escore da última revista em cada grupo menos um ponto.

A relação dos 14 periódicos brasileiros classificados como de âmbito nacional, com suas respectivas classificações de qualidade na Escala Total é apresentada no Quadro 1:

Quadro 1.

Avaliação dos periódicos científicos nacionais em Psicologia (em ordem alfabética)

PERIÓDICOS	ESCORE QUALIDADE
Estudos de Psicologia (UFRN)	A
Psicologia USP	A
Psicologia: Reflexão e Crítica	A
Psicologia: Teoria e Pesquisa	A
Doxa	B
Psicologia e Sociedade	B
Psicologia Escolar e Educacional	B
Psicologia: Ciência e Profissão	B
Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano	B
Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental	B
Arquivos Brasileiros de Psicologia	C
Cadernos de Subjetividade	C
Opção Lacaniana	C
Temas de Psicologia	C

Os periódicos classificados como Locais foram submetidos a uma avaliação com toda a escala, excluídos os itens referentes à circulação. As publicações Locais obtiveram uma pontuação que variou de 9 a 52 pontos (de 65 pontos possíveis). A distribuição dos escores foi utilizada para estabelecer pontos de corte para classificar revistas Locais como A (40 pontos) e B (28 pontos). Observe-se, ainda, que há periódicos classificados como Locais que apresentam um escore na Escala Total superior ao escore obtido por algumas revistas classificadas como de âmbito nacional. Isso não representa uma distorção na análise ou um problema na avaliação. Pelo contrário, é um indicador de que o presente sistema de avaliação não é enviesado contra revistas que tenham por objetivo atingir a uma comunidade localizada e específica.

A relação dos 33 periódicos brasileiros classificados como Locais, com suas respectivas classificações na Escala Total é apresentada no Quadro 2:

Quadro 2.

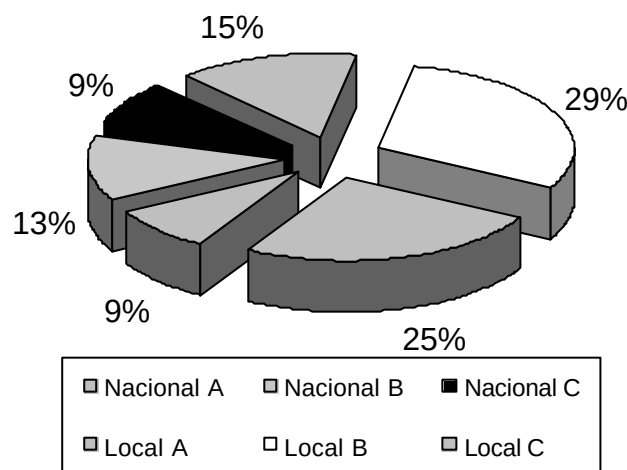
Avaliação dos periódicos científicos locais em Psicologia (em ordem alfabética)

PERIÓDICOS	ESCORE QUALIDADE
Aletheia	A
Boletim de Psicologia	A
Cadernos de Psicologia UFMG	A
Estilos de Clínica	A
Estudos de Psicologia (PUCCAMP)	A
Psico USF	A
Psicologia em Estudo	A
Cadernos de Psicanálise CPRJ	B
Cadernos de Psicanálise SPRJ	B
Cadernos de Psicologia da UERJ	B
Cadernos de Psicologia SBP	B
Ciência Cognitiva	B
Interações	B
Mudanças	B
Psicologia Argumento	B
Psicologia Clínica PUCRJ	B
Psicologia da Educação	B
Psicologia Revista	B
Psychê	B
Revista do Dept. de Psicologia da UFF	B
Torre de Babel	B
Barbarói	C
Boletim de Formação em Psicanálise	C
Cadernos do Tempo Psicanalítico	C
Espaço Criança	C
Paidéia	C
Psicanálise e Debate	C
Psicanálise e Universidade	C
Psico PUCRS	C
Scientia Sexualis	C
Série Documenta	C
Tempo Psicanalítico	C
Vertentes	C

Em resumo, tomando os dois conjuntos, do total de 47 periódicos brasileiros avaliados, 14 atingiram o ponto de corte no que se refere ao âmbito de circulação, ou seja, pouco menos de 30%. Daí se conclui, conforme a Figura 1, que mais de dois terços dos periódicos brasileiros da área têm âmbito restrito de circulação. Se a esse dado for agregado o de que, dentre aqueles periódicos considerados de âmbito nacional, apenas quatro deles (9%) preencheram os critérios mínimos para receberem a classificação de qualidade “A”, pode-se dizer que os resultados deste estudo corroboram aquelas asserções iniciais acerca do baixo nível de qualidade das publicações periódicas no Brasil.

Figura 1

Distribuição dos periódicos brasileiros da Psicologia conforme âmbito de circulação e escore de qualidade



Por outro lado, é importante lembrar as demandas que desencadearam este trabalho. Mais do que o simples estabelecimento de parâmetros de **qualificação** dos periódicos da Psicologia no Brasil, figurava a preocupação com o **incremento da qualidade das publicações**, ou seja, enfatizava-se o caráter educativo para aqueles envolvidos na responsabilidade de editar revistas científicas na área. Apenas para citar um exemplo marcante, destacamos que os critérios desvalorizam o periódico se ele serve ao propósito “caseiro” de escoar de forma extremamente concentrada a produção originada da instituição que o abriga (o que, de resto, prejudica a avaliação da própria instituição). Este é um ponto importante, uma vez que a área tem uma história que revela concentração da produção das instituições que editam periódicos nos seus próprios periódicos (Souza e Dessen, 1992; Yamamoto, Souza & Yamamoto, 1999).

A avaliação conduzida na etapa aqui descrita tem um caráter provisório, na medida em que todos os periódicos da área deverão passar por uma nova avaliação, com a consideração das modificações em curso nos periódicos já examinados e a incorporação de novos veículos que não faziam parte do rol original. Tal reavaliação deverá constituir-se na base para a próxima avaliação dos programas de pós-graduação de Psicologia no Brasil.

Acreditamos, desta forma, que este esforço pioneiro e, enquanto tal, passível de questionamentos, reformulações e aprimoramentos, possa de fato desencadear um

movimento entre os editores para um aperfeiçoamento das publicações brasileiras da Psicologia, de forma a aumentar o leque de possibilidades de escoamento da produção científica da área e, sobretudo, conferir maior visibilidade, meta do empreendimento científico.

Referências

- CASTRO, R. C. F., NEGRÃO, M. B., & ZAHER, C. R. Procedimentos editoriais na avaliação de artigos para publicação em periódicos de ciência da saúde da América Latina. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 3, pp.352-356, 1996.
- CASTRO, R. C. F., FERREIRA, M. C. G., & VIDILI, A. L. Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade acadêmica. *Ciência da Informação*, n. 25, v. 3, pp. 357-367, 1996.
- KRZYŻANOWSKI, R. F., & FERREIRA, M. C. G. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, pp. 165-175, 1998.
- MACEDO, L. DE, & MENANDRO, P. R. M. Considerações sobre os indicadores de produção no processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Psicologia. *Infocapes*, v. 6, n. 3, pp. 34-38, 1998.
- SOUZA, D.G., & DESSEN, M.A. Características e variedades de publicações da pós-graduação em Psicologia. *Cadernos da Anpepp*, v.1, pp. 159-178, 1992.
- VELHO, L. Pós-graduação em ciências sociais e humanidades: por que e em que elas diferem das ciências naturais? In: J. Velloso, L.A. Cunha & L. Velho, *O ensino superior e o Mercosul* (pp. 99-111). Brasília: Garamond/Unesco/MEC-SESu, 1998.
- YAMAMOTO, O. H., SOUZA, C. C., & YAMAMOTO, M. E. Produção científica na Psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros no período 1990-1997. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, pp. 549-565, 1999.

DOCUMENTOS

Documentos de Áreas do Conhecimento elaborados pelas comissões de Avaliação da Pós-Graduação da CAPES – 1998

CIÊNCIAS HUMANAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA / TEOLOGIA: Subcomissão FILOSOFIA

Áreas Básicas: Filosofia, Epistemologia

Comissão de Avaliação - Consultores

Danilo Marcondes de Souza Filho - Puc-Rio - RJ - (Coordenador); Milton Meira do Nascimento - Usp - SP; Nelci do Nascimento Gonçalves - UFPB/J.P. - PB; Paulo Francisco Estrella Faria - UFRGS - RS; Paulo Roberto Margutti Pinto - UFMG - MG; Roberto Romano da Silva - Unicamp - SP

Documento sobre a pós-graduação na subárea e descrição da sistemática de trabalho de avaliação.

Os membros da comissão de consultores da subárea de Filosofia reuniram-se na CAPES, em Brasília, nos dias 11 a 15 de maio e 30 e 31 de julho de 1998, procedendo a avaliação dos programas de pós-graduação em Filosofia.

Além das análises específicas constantes nos formulários referentes à situação de cada programa, os membros da Comissão destacam os seguintes tópicos que nortearam a avaliação:

1. Perfil dos Programas de Pós-Graduação:

- O programa de nível 7 apresenta um corpo docente altamente qualificado, uma produção docente e discente de excelência para os padrões internacionais, exerce papel de liderança acadêmica na área, demonstra competitividade em nível internacional, bem como um desempenho diferenciado quanto à produção científica, oferecendo cursos de mestrado e doutorado.
- O programa de nível 6 apresenta um corpo docente altamente qualificado, uma produção docente e discente de excelência, exerce um papel de liderança acadêmica na área, bem como demonstra um desempenho diferenciado quanto à produção científica, oferecendo cursos de mestrado e doutorado.
- O programa de nível 5 apresenta um corpo docente muito bem qualificado, tradição acadêmica na área, produção docente e discente de qualidade, sendo um programa claramente consolidado e demonstrando boas perspectivas para o futuro.
- O programa de nível 4 se encontra consolidado ou em processo de consolidação, possui um corpo docente bem qualificado, área de concentração bem definida e estruturada, boa produção docente e discente.

- O programa de nível 3 conta com um pequeno número de docentes de dedicação exclusiva, bem qualificados ou em processo de qualificação, área de concentração bem estabelecida e produção docente regular. O programa deve demonstrar perspectivas de progresso e capacidade de investimento, visando ascender a níveis mais altos.
- O programa de nível 2 não consegue oferecer uma formação adequada em pesquisa, com produção docente e discente insatisfatória e com a maioria de dissertações e teses de qualidade insuficiente.
- O programa de nível 1, a juízo da Comissão, não reúne condições suficientes para conferir graus de mestrado ou doutorado em Filosofia, não podendo, portanto, ser credenciado (como o de nível 2).

2. Diretrizes Gerais da Avaliação:

As diretrizes gerais da avaliação, baseadas nas adotadas pelas comissões anteriores, foram as seguintes:

- Especificidade filosófica das áreas de concentração, disciplinas, linhas e projetos de pesquisa, das publicações docentes, eventos, dissertações e teses dos programas.
- Formação e titulação especificamente filosóficas do corpo docente, bem como coerência entre esta formação e a estrutura geral do programa.
- Qualidade, regularidade, quantidade da produção científica.
- Análise das dissertações e teses com base em amostragem significativa.
- Adequada infra-estrutura de apoio bibliográfico, consistindo de bibliotecas dotadas de um acervo que inclua além dos autores clássicos, em edições críticas, uma bibliografia atualizada em relação às linhas de pesquisa, bem como os periódicos mais importantes na área.
- Equilíbrio na distribuição da carga horária docente entre atividades de ensino e pesquisa, bem como distribuição igualmente equilibrada da produção entre os docentes.
- Relação entre orientando/orientador que permita um acompanhamento eficaz das teses e dissertações.
- Adequada infra-estrutura administrativa que garanta o bom andamento de todas as atividades, que propicie apoio à docência e à pesquisa, permitindo o acompanhamento, a coleta e a organização dos dados do programa, o que deverá refletir-se nos relatórios enviados a CAPES.

3. Situação da subárea de Filosofia

- Áreas e Linhas de Pesquisa:

A área demonstrou um significativo progresso quanto à especificidade filosófica dos publicações, pesquisas, teses e dissertações. Ainda persistem, em alguns programas, linhas de pesquisa, projetos e conseqüentemente, produção docente e discente cuja especificidade filosófica não é suficientemente clara.

É importante preservar, em trabalhos de caráter interdisciplinar, a qualidade acadêmica da pesquisa e da produção científica nas diferentes áreas envolvidas.

A tendência geral das teses de doutorado é basicamente interpretativa, sendo que pode-se considerar que a área já possui maturidade para a produção de teses que apresentem uma produção teórica própria.

- Publicações:

A quantidade das publicações de bom nível acadêmico poderia ser melhor, tendo em vista o número de docentes bem qualificados nos programas, mesmo nos de excelência.

O número de periódicos é quantitativamente grande, mas não demonstra a correspondente qualidade necessária. Trata-se de um efeito perverso da exigência de publicações, enfatizando-se a quantidade em detrimento da qualidade.

- Intercâmbio:

A realização de eventos científicos e de intercâmbio docente nacional e internacional é importante, tem crescido significativamente, devendo ser incentivada e podendo ainda crescer de forma expressiva, já que contribui para a integração da comunidade filosófica. É importante a preservação de critérios de qualidade acadêmica e da relevância para as áreas do programa de convênios interinstitucionais e projetos de intercâmbio.

- Titulação do corpo docente:

A titulação de mestres e doutores atingiu um patamar adequado do ponto de vista quantitativo. A sua qualidade, no entanto, é heterogênea. O tempo médio de titulação ainda é elevado em alguns programas, reconhecendo-se que a produção acadêmica na área demanda um maior tempo de amadurecimento.

- Maturidade e consolidação da área:

A área está consolidada, como atestam o número expressivo de programas de excelência, o progresso qualitativo e quantitativo na produção docente e discente, bem como na titulação, não só nesses programas, mas no conjunto da área. Estes fatores justificam, segundo a comissão, que os centros de excelência que mais se destacam, sobretudo pela produção, possam ser classificados com o conceito 6, refletindo o crescimento qualitativo e quantitativo da área e a liderança acadêmica exercida por estes programas. A comissão considera que, mantida e ampliada a política acadêmica de investimentos na pós-graduação e pesquisa, bem como a preocupação constante com os padrões de qualidade e regularidade das atividades de pesquisa e da produção científica, os atuais centros de excelência poderão demonstrar maior competitividade em nível internacional, assim como novos centros de excelência terão condições de se consolidar.

4. Critérios de avaliação:

Em anexo

** Nota do Editor: Os anexos referidos neste Documento e nas áreas de Teologia e Sociologia são as impressões do formulário eletrônico de avaliação, com os pesos estabelecidos pelas comissões.*

5. Avaliação da área:

Em anexo

6. Recomendações:

- É indispensável manter e elevar os padrões de qualidade alcançados pelos programas avaliados como de excelência.
- É fundamental a constituição de uma Comissão que analise e classifique os periódicos da área tanto nacionais, quanto estrangeiros. Trata-se de fator indispensável para o estímulo à produção de qualidade, bem como à divulgação desta produção em veículos de qualidade. Esta classificação permitirá uma avaliação mais qualitativa da produção na área.
- Deve ser incentivado um maior intercâmbio e debate entre os pesquisadores na área no país, refletindo o amadurecimento e consolidação da área, o que contribuirá para o crescimento qualitativo da produção acadêmica.
- Visando possibilitar uma avaliação mais qualitativa, os programas deverão encaminhar à CAPES exemplares das teses e dissertações defendidas e aprovadas, bem como a produção científica mais relevante de seus docentes para serem examinadas por consultores *ad hoc*.
- Antes da quantificação dos dados pelo sistema de avaliação da CAPES, estes devem ser submetidos a uma análise da área que deverá avaliar a relevância dos dados, tendo em vista a especificidade da área e a necessidade de realizar uma avaliação de caráter essencialmente qualitativo, como vem sendo feito.
- A concessão de bolsas de mestrado e doutorado deve levar em conta a avaliação dos programas de modo a realizar uma distribuição mais equitativa tendo em vista a qualidade da produção discente dos programas.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA / TEOLOGIA: subcomissão TEOLOGIA

Áreas Básicas: Teologia

Comissão de Avaliação - Consultores

Danilo Marcondes de Souza Filho - PUC-Rio - RJ - (Coordenador); Paulo Fernando Carneiro de Andrade - PUC-Rio – RJ; Walter Altmann - EST - RS

1. Situação da subárea de Teologia e Ciências da Religião

O último biênio representou um passo muito significativo na consolidação da subárea, registrando-se sensíveis avanços em todos os programas avaliados. Os programas que têm curso de doutorado puderam expandir suas atividades neste nível, registrando-se um forte aumento no número de titulados nos cursos de doutorado. O programa de Teologia da Puc-Rio teve seu perfil de alunos alterado, refletindo a ênfase maior no curso de doutorado. O programa de Teologia da EST e o de Ciências da Religião da Umesp registraram no biênio um expressivo número de titulados em seus cursos de doutorado, superando assim a razão para a avaliação B desses cursos na avaliação anterior (enquanto seus cursos de mestrado já contavam com o conceito A). Também os programas que contam apenas com curso de mestrado registraram um processo de consolidação desses cursos, superando algumas das falhas registradas em avaliações anteriores. Além disso, passou a integrar o sistema de avaliação o programa de Teologia do CES, de Belo Horizonte, por ora apenas no nível de mestrado, embora aquela IES já conte com curso de mestrado e doutorado desde 1986 e seja reconhecido na área pela qualificação de seu corpo docente, sua excepcional biblioteca e sua relevante produção intelectual.

Nesse contexto, deve-se destacar o fato de que a CAPES tem incluído cursos de Teologia em seu sistema de avaliação já desde 1979. Dos cursos existentes que estão sendo avaliados pelo sistema, o mais antigo (Puc-RIO) iniciou seu programa de pós-graduação em 1972, e tem sido avaliado de maneira continuada, desde o início, como A. Também outros programas da subárea, que vieram a integrar o sistema posteriormente têm revelado nível de excelência.

Os relatórios dos diferentes programas revelam, em particular no tocante à produção intelectual, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, a projeção nacional e internacional da pesquisa em Teologia e Ciências da Religião efetuada no país. Todos os programas têm em seu quadro docente professores que têm publicado livros e artigos em periódicos de editoras e instituições amplamente conceituadas do país e do exterior. A participação em eventos nacionais e internacionais, como conferencista convidado e/ou pesquisador, é igualmente significativa. Os programas avaliados contam igualmente com um expressivo número de alunos de outros países latino-americanos e, mesmo, da Europa, dos Estados Unidos e de outros continentes, seja para obtenção de título, seja para "doutorado sanduíche".

A rigor, nada disso deveria surpreender, uma vez que sabidamente houve na América Latina e particularmente no Brasil nas últimas décadas um processo de renovação do pesquisar teológico, que se estendeu para além das fronteiras desse subcontinente, influenciando nitidamente o fazer teológico também na Europa, nos Estados Unidos e demais continentes. Hoje a teologia latino-americana é reconhecida como parceira obrigatória para as principais correntes teológicas contemporâneas, sendo que várias delas surgiram da aplicação do método teológico desenvolvido pela teologia latino-americana em seus respectivos contextos. Realce-se igualmente o fato de que o mundo atual tem presenciado um recrudescimento notável do fenômeno religioso, que obviamente demanda uma abordagem científica e, portanto, uma ampla abertura do mundo acadêmico para sua realidade. De fato, é crescente o interesse pelo fenômeno religioso em áreas afins à teologia e às ciências da religião, em particular a antropologia, a psicologia, a sociologia, a pedagogia, a comunicação, entre outras.

Portanto, depreende-se dessas considerações e da avaliação efetuada que esta subárea encontra-se perfeitamente consolidada, com uma atividade de formação e

produção intelectual consistente e relevante, não só no âmbito nacional, mas também com projeção internacional.

2. Critérios de avaliação e conceitos

Os critérios de avaliação contidos no programa da CAPES, com os respectivos pesos estabelecidos pela Comissão de Avaliação, dentro das margens previstas pelo programa estão anexados a este documento final. Para o estabelecimento dos pesos, a Comissão de Avaliação pôde basear-se na apreciação do assunto em reunião prévia da Anpter, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente da Área e dos coordenadores dos programas de Teologia e Ciências da Religião pertencentes ao sistema de avaliação da CAPES. A Comissão tomou como ponto de partida os dados contidos nos relatórios dos diversos programas e procedeu, a seguir, uma avaliação qualitativa que se reflete nos conceitos e nas apreciações apensas.

Realça-se que, conforme instruções da CAPES, o novo conceito 5 equivale ao anterior A, 4 ao B, 3 ao C, 2 ao D, 1 ao E, ficando os conceitos superiores (6 e 7) reservados para os programas avaliados como 5 que pudessem ser destacados por níveis de excelência que requereriam uma ulterior e particular justificativa. Assim, conforme orientação geral da CAPES, os programas preliminarmente avaliados como 5, foram submetidos a nova apreciação, em que se tomou especialmente em conta os seguintes aspectos:

- Particular consistência e qualidade do programa, em geral, bem como em cada um dos diversos quesitos e respectivos itens
- Notável adequação da qualificação docente para a proposta do programa
- Especial qualidade geral e equilíbrio entre formação, pesquisa e produção intelectual
- Distribuição bem equilibrada das tarefas letivas, de orientação e pesquisa entre os docentes
- Condições de atendimento diferenciado e intensivo aos alunos, em particular orientandos
- Liderança e projeção nacional e internacional do quadro docente e do programa
- Existência de intercâmbios e convênios acadêmicos internacionais

O resultado final de avaliação encontra-se igualmente em anexo.

3.Recomendações

A Comissão de Avaliação faz as seguintes recomendações à CAPES e aos programas avaliados:

3.1. Tendo em vista o número de programas, bem como o estágio de consolidação e projeção nacional e internacional alcançado pela subárea, recomenda-se a criação por parte da CAPES de uma área autônoma de avaliação para Teologia e Ciências da Religião.

3.2. Como instrumento próprio dos programas de pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião, para consulta mútua, intercâmbio, cooperação e foro de debate, recomenda-se o fortalecimento da Associação Nacional de Pós-Graduação em

Teologia e Ciências da Religião (Anpter) e o respectivo apoio institucional de parte da CAPES, em particular para o congresso da Anpter previsto para maio de 1999.

3.3. Quanto ao intercâmbio entre os programas, ampliar o projeto de estabelecimento de banco de teses e dissertações, já definido pela Anpter e em realização na Universidade Federal de Juiz de Fora, no sentido de um compartilhar entre os programas de todas as teses e dissertações defendidas, seja em forma impressa, seja pelo menos em disquete.

3.4. Para otimizar a consulta e uso dos recursos bibliográficos disponíveis nos diversos programas, recomenda-se o estabelecimento de um projeto de interligação informatizada e via Internet entre as respectivas bibliotecas.

3.5. Tendo em vista a continuidade do processo de consolidação e qualificação superior dos programas de pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião, e como insumo para as avaliações periódicas efetuadas pela CAPES, recomenda-se à Anpter continuar o processo de diálogo entre os programas, visando estabelecer um elenco de critérios e procedimentos para uma avaliação qualitativa de seu rendimento.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: SOCIOLOGIA

Áreas Básicas: Sociologia, Sociologia do Desenvolvimento; Outras sociologias específicas

Comissão de Avaliação - Consultores

Maria Arminda do Nascimento Arruda - USP - SP - (Coordenador); Carlos Benedito Martins - UnB - DF; Élide Rugai Bastos - Unicamp - SP; Fernando Antônio Novais - Unicamp - SP; Irllys Alencar Firmo Barreira - UFC - CE; José Ricardo Ramalho - UFRJ - RJ; Lúcia Maria Machado Bógus - PUC/SP - SP; Maria Carmelita Yazbek - PUC/SP - SP; Otávio Soares Dulci - UFMG - MG; Paulo Henrique Martins - UFPE - PE; Ricardo Benzaquen de Araújo - IUPERJ - RJ; Sônia Maria Guimarães Lorangeira - UFRGS - RS

1. Introdução:

A avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação da área de Sociologia e Ciências Sociais no biênio 1996/1997 exigiu, em primeiro lugar, um processo de familiarização e de assimilação do novo sistema implantado pela CAPES. No decorrer dos meses que antecederam a avaliação, realizaram-se reuniões entre o representante da área e coordenadores dos programas, com vistas a informá-los sobre as mudanças introduzidas pela nova sistemática, além do treinamento de alguns membros do comitê e do representante da área, durante três (03) dias do mês de março de 1998.

De saída, cabe ressaltar a dificuldade de adaptação às novas diretrizes, quer por parte dos representantes da comunidade, quer dos próprios membros da comissão. Particularmente difícil foi o trabalho de classificação dos periódicos, anais, revistas e jornais, uma vez que à multiplicidade de veículos, que é característica da área,

corresponde a dispersão das publicações. Nesse sentido, empreendeu-se, de forma a mais rigorosa possível, a construção de critérios que embasassem a distribuição de posições diferenciadas no universo das publicações.

Defrontamo-nos, nos registros da CAPES, com o extenso e quase exaustivo rol de publicações (periódicos, anais, revistas e jornais) e com a indicação de que devíamos proceder à sua classificação, segundo os critérios (internacional, nacional, local; A, B, C), com vistas a organizar a avaliação do setor. O primeiro critério, como é óbvio, visa a demarcar a abrangência das publicações, enquanto o segundo vai direto à qualidade dos produtos. Procuramos combinar os dois critérios. Se o estabelecimento do consenso relativamente às publicações de tipo A, foi fácil, as de tipo C já apresentaram alguma dificuldade; dificuldade que atingiu o máximo em relação à categoria de tipo intermediário, isto é, B. Desse modo a nossa classificação discrimina no interior de cada uma das categorias (internacional, nacional, local) os níveis A, B, C. Para não exemplificar com publicações internacionais C, diremos que entre as brasileiras apenas quatro periódicos foram classificados em nível A. Dessa combinação de critérios classificatórios esperamos que resulte a possibilidade de visualizar-se em conjunto o nível de excelência para o universo de publicações da área.

Num plano mais geral, o volume considerável de informações, derivado da nova sistemática de coleta e tratamento dos dados, implantada pela CAPES, se permite a utilização variada de índices diferenciados, implicou, por outro lado, em dificuldades de utilização e operação das mesmas informações, dado o tempo exíguo de elaboração do relatório de avaliação. O fato de somente *sur place* tomarmos conhecimento de tal volume de dados estatísticos impediu-nos a utilização mais apurada e eficiente dos índices apresentados. A seleção dos dados a serem utilizados foi o resultado dessas condições em que se realizou a avaliação.

É preciso levar em conta, numa perspectiva histórica, que a nova sistemática representou efetivamente uma ruptura nessa seqüência de trabalhos; impôs-se uma nova forma de tratamento dos dados e uma maneira igualmente nova de avaliar e pensar a área. No limite a própria constatação de que a área pode considerar-se consolidada (o que forma o eixo do relatório anterior, 1994/1995) teria ela mesma de ser repensada; de qualquer modo, noutra direção, como procuraremos evidenciar mais a frente, o fato de a área de Sociologia e Ciências Sociais ultrapassar a prova da nova sistemática, constituiu-se, ele mesmo, num indício de consolidação.

Dentre as inovações introduzidas pela CAPES, a substituição do critério classificatório dos programas, isto é, alterando a grade conceitual, permitiu a ultrapassagem de hábitos cristalizados, bem como abriu possibilidades de um melhor equacionamento da situação do sistema de pós-graduação. Contudo a sua implementação exigiu por parte da CAPES a ampliação extraordinária do volume de informações, que, se cria maior segurança no embasamento das avaliações, resultou, como dissemos acima, na impossibilidade de sua utilização integral e na necessidade de seleção de alguns itens. Na seleção desses itens, procuramos aqueles mais adequados às características específicas de nossa área. Foi com esse espírito que procedemos ao trabalho de avaliação; é dentro desse espírito que gostaríamos que fosse apreciado.

2. Procedimentos e resultados

A primeira questão que se destacou, referente aos procedimentos, a serem adotados pela área, diz respeito às preocupações que devem conformar os princípios de qualidade da pós-graduação. Ou, em outros termos, tratava-se do estabelecimento de um consenso sobre os parâmetros de excelência e dos vários graus de qualidade dos

programas e pesquisas. No âmbito da ampla gama de critérios de avaliação fixados pela CAPES, privilegiamos dois conjuntos: 1) quanto à produção intelectual: atividade de pesquisa, produção de teses e dissertações, artigos, participação em congressos, autoria de livros e capítulos, publicações de trabalhos em veículos de alta qualidade; 2) quanto à formação de pesquisadores: dimensão dos núcleos docentes (NRD6), adequação e abrangência dos projetos de pesquisa, estrutura curricular, tempo médio de titulação dos orientandos; e acrescentamos a amplitude do recrutamento discente e a participação docente em vários núcleos de atividade acadêmica.

De outra parte, na avaliação direta dos programas, privilegiamos certos itens, tais como: recursos humanos; relação institucional de maior período; núcleo de referência docente; nível de titulação; apenas o primeiro quadro de complementos da titulação; detalhamento da titulação; somente um dos quadros dos tipos de participação de outras atuações; exclusivamente as informações de discentes autores nos níveis de graduação mestrado e doutorado; atividades de pesquisa; atividades de formação; disciplinas na pós-graduação; referências sobre orientandos nos diversos níveis e modalidades de vínculos com o corpo de orientadores; indicadores sobre fluxos de alunos e do corpo discente; titulações e indicadores de orientação; relações entre linhas e projetos de pesquisa e modalidades de financiamento; tempos de titulações e de bolsas; produção bibliográfica no conjunto; escopo e qualidade dos veículos da produção intelectual de docentes e discentes e suas formas de conexão com as atividades de pesquisa; apenas o quadro geral da natureza da produção técnica: autores, formas de relacionamento com projetos de pesquisa.

Desse conjunto de indicadores citados, depreende-se que o critério norteador da escolha baseou-se na concepção da natureza do trabalho intelectual e acadêmico, visível na valorização da edição de livros, na participação e organização de coletâneas, na produção de capítulos de livros. Já aqui, explicita-se a compreensão do caráter próprio à área, uma vez que são estas diferentes modalidades de publicação importantes, os indicadores da vitalidade e da competência intelectual dos grupos de investigação. Isto é, trata-se de disciplinas nas quais as mais decisivas e típicas expressões da reflexão passam pela escrita de trabalhos de escopo mais amplo, através das quais, princípios de diferenciação podem respaldar-se. De outro lado, dispensaram-se informações seguindo os seguintes critérios, em ordem crescente de significado para a sociologia e ciências sociais: indicadores que apenas desdobravam informações e acabavam por duplicá-las; índices que não ofereciam dados relevantes para a área; dados que extrapolam as características fundamentais dos setores e que possuem significado muito lateral para a nossa avaliação. Foram esses os procedimentos essenciais que fundaram a nossa sistemática e, a partir deles, chegamos aos resultados mais significativos que passamos a arrolar.

Elaboramos inicialmente uma planilha - "Programas da Área de Sociologia e Ciências Sociais - (mestrado e doutorado), Indicadores de Qualificação Docente e Produtividade, 1996-1997" (anexo 1). Como se pode ver, a primeira coluna índice, para efeito comparativo, a avaliação anterior (1994-1995). Seguem-se três colunas com dados sobre o corpo docente: número total de docentes, índice de doutores e o NRD. A coluna seguinte refere-se ao total de alunos no biênio, discriminados em mestrandos e doutorandos. As duas colunas posteriores indicam, no biênio, os totais de dissertações e de teses. As informações sobre a mediana de meses para a titulação, divididas entre mestrado e doutorado, são acompanhadas de dados percentuais de titulação discente. Finalmente, as colunas referentes à produção intelectual (livros e coletâneas, capítulos, artigos) e a média por docente de capítulos e artigos ocupam a parte final da planilha.

Como se pode depreender do exame de conjunto ou em detalhe dessa planilha, os dados aí reunidos permitiram uma primeira visão panorâmica dos programas em avaliação. Ao mesmo tempo, os avaliadores, divididos e, duplas (dado o alto número de programas a serem analisados, perfazendo um total de 25), sempre distantes das instituições em análise, procederam ao levantamento exaustivo dos dados baseados nos relatórios dos programas. O cruzamento do estudo da planilha e dos relatórios permitiu aos avaliadores redigir pareceres e atribuir conceitos a cada um dos programas, como se pode ver pelas fichas encaminhadas à CAPES.

Com base no conjunto de dados e análises, acima descrito, foi possível, em várias reuniões da comissão chegar à tabela classificatória "Síntese de Avaliação" (anexo 2). Como se pode depreender, entre os programas que possuem doutorado, distinguimos um com nota 7, três com nota 6, quatro com nota 5 e quatro com nota 4. Dentre os mestrados, apenas um programa atingiu a nota 5, sete a nota 4 e dois a nota 3. Apesar das dificuldades naturais nessas situações, essa comissão conseguiu um desempenho admirável do ponto de vista do estabelecimento de consensos e no que diz respeito ao convívio profissional. Sem falsa modéstia, acreditamos ter chegado a uma classificação equilibrada e que retrata de forma realista a área de Sociologia e Ciências Sociais.

3. Perfil e projecções

Submetida ao teste da nova sistemática de avaliação implantado pela CAPES, analisada com rigor e independência, a área de sociologia passou pela prova confirmando a condição de consolidada, que foi enfatizada no relatório anterior. Esta é a primeira característica do seu perfil, o que não é de somenos importância. Trata-se, evidentemente, de uma área em que pelo menos um dos seus programas atinge o nível 7, tal como definido pela CAPES. Numerosos outros programas em diferentes regiões do país mantêm qualidade de excelência; alguns poucos encontram-se em fase de consolidação ou reestruturação; nenhum programa foi reprovado. É digno de nota, acrescente diversificação da produção intelectual e, em alguns casos, de integração com centros internacionais. A base dessa diversificação é o crescimento da produção de dissertações e de teses, cujos temas parecem refletir um compassamento com os problemas do mundo atual. De outro lado, os programas de vocação mais regional também refletem uma renovação temática. Esta caracterização otimista não quer dizer, contudo, ausência de problemas, alguns equacionados, outros ainda pendentes. Não pretendemos elencá-los todos, apenas apontaremos os principais. O primeiro deles refere-se ao que se poderia chamar de programas cristalizados no nível de mestrado. Se fixarmos a idéia de que o desejável na pós-graduação seja a formação de doutores, é visível que alguns mestrados estacionaram a meio caminho. Somos de parecer que esses casos merecem uma análise particular, talvez através de visitas. Nota-se contudo, que em alguns casos conseguiu-se ultrapassar com êxito essa fase, e até superar as expectativas. Podemos prever que esses programas serão referência nos anos vindouros.

Outro problema evidente, corre por conta da dificuldade, para não dizer impossibilidade de contratação de professores que preencham as lacunas deixadas pelas aposentadorias; em decorrência, tende a crescer, exatamente nos centros de excelência, o número de orientandos por orientador, com perda do nível de eficiência do sistema. Nesse passo, vamos fechando o relatório, e aproveitamos a oportunidade para sugerir à CAPES a realização de reuniões com participantes do processo de avaliação, para discutir a proposta implantada. A nossa intenção, sobretudo, colaborar para o

aperfeiçoamento da nova sistemática, que sabemos que ser o objetivo comum da CAPES e da comunidade acadêmica.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA

Áreas Básicas: Antropologia

Comissão de Avaliação - Consultores

Cláudia Lee Williams Fonseca - UFRGS - RS (Coordenador); Luiz Fernando Dias Duarte - UFRJ - RJ; Márcio Ferreira da Silva - USP - SP; Maria Gabriela Ávila Martins - UFPE - PE; Rafael José de Menezes Bastos - UFSC - SC; Rita Laura Segato de Carvalho - UnB - DF

1. As etapas da avaliação

Respeitando o cronograma estabelecido pela CAPES para a avaliação de cursos de pós-graduação, três membros do Comitê de Avaliação da Antropologia reuniram-se em Brasília nos dias 17 e 18 de março para a primeira etapa da avaliação dos programas de pós-graduação da área. Foi-lhes dado conhecimento dos elementos novos da avaliação para o biênio 1996-1997:

- A avaliação é de programas, englobando mestrado e doutorado em um mesmo conceito;
- A avaliação é feita com base em uma escala de 1 a 7;
- Há uma forte influência de metodologias quantitativas no cálculo do *status* relativo de cada curso.

Os membros do comitê aproveitaram a XXI Reunião Brasileira de Antropologia para estudar os novos parâmetros. Os resultados dessa primeira etapa da avaliação foram comunicados à IV Reunião do Fórum dos Coordenadores de Antropologia no dia 7 de abril, quando se recomendou também aos coordenadores reverem seus relatórios para assegurar a qualidade dos dados.

A avaliação principal realizou-se em Brasília, no período de 10 a 15 de maio, com a presença de todos os membros do comitê - professores Luiz Fernando Dias Duarte, Maria Gabriela Martins Ávila, Rafael Menezes Bastos, Rita Laura Segato e Márcio Silva.

Nos dias 1 e 2 de junho, houve uma última reunião da comissão para fechar o relatório final.

2. Ressalvas

Durante a fase preparatória da avaliação, o comitê registrou diversos fatores que dificultaram o andamento de seu trabalho.

2.1. As universidades federais estão atualmente em greve, colocando em discussão o modelo de ensino superior adotado no país. Faltou espaço para a discussão do papel do sistema de avaliação no âmbito da política educacional em implantação.

2.2. A introdução de mudanças radicais no sistema de avaliação foi anunciada depois que os programas já haviam preenchido seus relatórios CAPES. Sem entender os

critérios de avaliação, diante de uma organização nova dos dados, foi difícil para os programas traduzirem a qualidade de suas atividades e recursos humanos nos termos adequados. Com respeito à leitura dos dados pelos avaliadores, um dos principais problemas foi a introdução da classificação dos docentes de acordo com uma nomenclatura de NRD não usada ainda no preenchimento dos relatórios. Esta classificação, contudo, quando bem utilizada, contribui para a acuidade dos dados. O fato de não ter havido nenhum esforço de unificação da coleta de dados para o CNPq, CAPES, etc. aumenta o trabalho dos coordenadores e diminui a qualidade potencial dos dados.

2.3. A busca por "critérios objetivos" de avaliação tem levado a um esforço de traduzir o perfil dos diferentes programas em termos quantificáveis. Será que as novas escalas quantificadas dão conta da diversidade dos programas, dos perfis específicos? Por exemplo, como ajustar a escala a programas que não têm envolvimento na graduação (Museu Nacional), ou a programas que fazem seleção de dois em dois anos (UFRGS, UFPA)?

Apesar dessas ressalvas, o Comitê reconhece a necessidade de acompanhar a reforma no sistema de avaliação que está ocorrendo em todas as áreas acadêmicas. Almeja produzir parâmetros que, ao mesmo tempo, permitam a comparação com outras áreas e reflitam a especificidade do campo da Antropologia. Vê nos critérios quantificáveis um certo mérito, pois permitem romper com processos intuitivos que tenderiam naturalmente a reproduzir o patamar anterior. Neste sentido, seu mérito principal consiste em corrigir alguns possíveis desvios da leitura intuitiva, mas não determina absolutamente a avaliação final.

Destaca que:

- A quantificação não substitui critérios qualitativos. O valor pedagógico da avaliação - seu potencial para estabelecer orientações gerais a serem seguidas por novos (e antigos) programas - ainda reside nos critérios gerais e qualitativos.
- Os indicadores quantitativos não devem ser considerados como "camisa de força", mas sim como complemento à avaliação geral. A atual "ficha de avaliação" opera a partir de um modelo abstrato e sincronizado do "curso ideal". Cabe aos membros do Comitê atenuar a rigidez desse processo com uma perspectiva global e contextualizada de cada curso.
- Frisa-se a necessidade de aperfeiçoar o sistema futuramente. É cedo para consolidar uma visão do "novo patamar" de cursos 1-7. Mudanças de *status* de um PPG ou outro na próxima avaliação poderão ser consequência do refinamento do sistema.
- Considera-se, em todo caso, que estamos lidando com processos dinâmicos. O sistema de avaliação deve refletir o momento atual dos diferentes cursos de pós-graduação, encarando mudanças como parte normal do sistema. Em outras palavras, em vez de falar dos "cursos A" (ou B, ou C), passaríamos a considerar que determinado curso está (subentendido, por enquanto) com conceito 7 (ou 5, ou 3).

3. Definição dos conceitos

3.1 - Nota 5

A comissão estabeleceu os seguintes critérios para um programa nota 5, considerado como equivalente ao antigo "A":

Corpo docente

O corpo docente dos cursos de pós-graduação em Antropologia deve ser constituído, em sua totalidade, por professores/pesquisadores doutores. Além disso, o programa deve possuir um corpo docente estável, permanente e comprometido em tempo integral. Deve ser valorizada a presença e a participação de visitantes estrangeiros e nacionais, em sintonia com a proposta e objetivos do curso. No entanto, a presença de professores visitantes não deve ser utilizada para sanar deficiências do núcleo permanente.

Todos os docentes permanentes devem realizar atividades de ensino e orientação na graduação (quando existir), além das atividades no programa de pós-graduação. A participação de alguns docentes em tarefas de natureza administrativa (coordenação de cursos e chefia do departamento) ou representativa (participação em conselhos acadêmicos) deve ser considerada como um fator positivo. Deve ser igualmente considerada a participação do corpo docente nas associações científicas (cargos em diretorias e comissões). A participação dos docentes (cerca de 10 a 15% dos permanentes) em programas de reciclagem, especialmente nos programas de pós-doutoramento, deve ser valorizada positivamente.

Atividades de pesquisa

As linhas, núcleos ou eixos de pesquisa devem ser bem definidos, visíveis e atuantes. Devem ser em quantidade e diversidade suficiente para se adequar às especialidades dos docentes e abranger diversos temas da Antropologia. Deve haver coerência entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular. As atividades de pesquisa devem envolver alunos de graduação e pós-graduação, resultando em produção intelectual docente e discente.

Atividade de formação

O programa deve proporcionar uma sólida formação teórica dos fundamentos da área. A estrutura curricular deve apresentar uma perspectiva pedagógica clara e bem fundamentada, compatível com a disponibilidade docente e com as características institucionais dos cursos. Os programas das disciplinas devem refletir as especializações do programa e apresentar bibliografia adequada e atualizada. Deve existir uma adequada relação orientando/orientador (entre 2 e 5 alunos por professor), de modo a garantir um acompanhamento sistemático do trabalho final dos estudantes. Os professores orientadores devem ser doutores. Os orientadores dos cursos de doutorado devem ter obtido a titulação de doutor há pelo menos quatro anos e possuir significativa experiência de orientação de teses. O trabalho de orientação deve ser bem distribuído prioritariamente entre os docentes permanentes.

São valorizadas as atividades de integração do curso de pós-graduação com a graduação. Os docentes devem participar de atividades de planejamento acadêmico, ensino, formação, treinamento ou iniciação em pesquisa na graduação.

Corpo discente e titulação

O programa deve, em princípio, titular anualmente em torno de 30% de seus mestrandos e 20% de seus doutorandos. Os alunos devem ser encorajados a apresentar os resultados de suas pesquisas em congressos e publicações científicas. As teses e dissertações devem ser bem articuladas com as Linhas de pesquisa do programa e o tempo médio de titulação não deve exceder 30 meses para o mestrado, 48 meses para o doutorado. A qualidade das teses deve ser garantida pela participação de membros externos ao programa nas bancas examinadoras.

Produção Acadêmica Docente

A produção intelectual de um programa deve refletir os resultados de pesquisa realizada pelos membros do corpo docente, sendo, em geral, articulada às linhas de pesquisa. Deve ser estável e bem distribuída entre os docentes, incluindo livros, capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais de reconhecida qualidade científica com arbitragem de pares.

3.2 - Nota 6

Além de possuir todas as qualidades citadas acima, o programa com nota 6 deve ter o seguinte perfil:

- Trata-se de um centro de excelência, com impacto nacional, que tem recrutamento amplo do corpo discente nacional e estrangeiro.
- Pela produção de titulados, doutores e mestres, dá uma contribuição significativa para a formação de quadros nacionais e latino-americanos de excelência.
- Os membros do núcleo básico de docentes têm ampla circulação em outras universidades no país e no exterior.
- Produzem conhecimentos científicos originais que são divulgados em publicações nacionais e internacionais de reconhecido mérito e com arbitragem de pares.

3.3 - Nota 7

Para receber uma nota 7, o programa deve contemplar, além dos critérios anteriores, os pontos seguintes:

- O programa é reconhecido como par por outros centros de excelência internacionais em pesquisa e ensino de Antropologia. Inclui expoentes de projeção internacional em diversas subáreas da Antropologia.
- Exerce liderança nacional reconhecida.
- Possui revista de circulação internacional freqüentemente citada por pesquisadores brasileiros e internacionais.
- Produz teses e livros premiados.
- Mantém convênios ativos com centros de excelência de outros países.
- Mantém programa de pós-doutorado.
- Possui uma biblioteca de referência nacional com obras básicas e coleções completas e atualizadas das revistas principais da área.

4. A ficha de avaliação

Para avaliar os dez programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, a Comissão trabalhou exaustivamente com dados fornecidos pela CAPES extraídos do relatório Datacapes. Considerando as imprecisões decorrentes do desconhecimento das definições de NRD (especialmente no que diz respeito à porcentagem de tempo que o docente dedica ao programa), resolveu-se usar a categoria NRD5 por se adequar melhor ao núcleo efetivo de docentes.

Foi necessário ajustar esses dados a uma "ficha de avaliação" fornecida pela CAPES que mostrou-se, em muitos aspectos, pouco ágil. Alguns dos itens pareciam irrelevantes (o número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente, por exemplo) mas, por motivos técnicos, não foi possível mudá-los ou eliminá-los. Neste caso, o comitê optou por atribuir um conceito neutro que não inflétisse negativa ou

positivamente na pontuação. Outros itens foram estreitados ou levemente modificados pelo comitê por incluírem variáveis demais ou serem parcialmente inadequados ou irrelevantes, mas essas modificações não puderam ser registradas na ficha (cuja redação é fechada).

Para sublinhar a natureza comparativa da avaliação, cada membro do comitê examinou todos os dez programas quanto a um mesmo quesito, trazendo sua avaliação para uma discussão com o comitê como um todo quando foi configurado o perfil de cada programa. Atribuindo um grande peso aos quesitos que considerou mais reveladores de um excelente nível ("Produção Intelectual" e "Teses e dissertações"), o comitê elaborou sua avaliação de cada programa conforme a ficha de avaliação fornecida pela CAPES. Segue uma descrição desses quesitos e os itens de cada um.

4.1 Proposta de Programa (sem peso)

A proposta de programa foi examinada para proceder a uma avaliação que - ao mesmo tempo que estipula critérios de excelência para a área como um todo - leva em consideração as especificidades de cada programa. Nas páginas narrativas do relatório também foram apreciadas informações sobre eventos extracurriculares, infra-estrutura informática, núcleos de pesquisa, programas de intercâmbio internacional, existência de revista científica própria, existência de sistema de acompanhamento dos egressos, forma do sistema de seleção e qualidade da biblioteca.

4.2 Corpo Docente (peso 20)

A comissão avaliou, no primeiro item desse quesito (peso 15), a composição, a atuação, a dedicação e o vínculo institucional do corpo docente, estabelecendo como "regular" o número de 8 a 10 professores em efetivo exercício no programa e como "muito bom", 14 ou mais. No segundo item (Dimensão do NRD5 relativamente ao corpo docente - peso 15) foi avaliada a dimensão do núcleo de professores em relação ao universo de docentes de alguma forma envolvidos no programa com base na escala: mais de 80% "muito bom", 80% a 71% "bom", 70% a 61% "regular", 60% a 51% "fraco" e 50% ou menos "deficiente" (ver tabela A-CD-03). A qualificação e a adequação do corpo docente (item 3, peso 20) foi avaliada com base na proporção de doutores em relação ao núcleo do corpo docente, conforme a escala: 95% ou mais - "muito bom", 90 a 94% "bom", 85% a 89% "regular", 80% a 84% "fraco" e 79% ou menos "deficiente" (A-CD-04). As iniciativas de intercâmbio e renovação do corpo docente foram avaliadas com base na presença/ausência de professores visitantes e recém-doutores por ano (item 4 - peso 20). Finalmente, a atuação do núcleo do corpo docente em atividades de orientação e ensino de pós-graduação foi avaliada com base na escala: mais de 70% "muito bom", 70% a 61% "bom", 60% a 51% "regular", 50% a 41% "fraco" e 40% ou menos "deficiente" (item 5 - peso 30) (tabela A-CD-06).

4.3 Atividade de pesquisa (peso 10)

Este quesito, que teve o peso geral de 10, incluiu cinco itens de avaliação, cujas definições foram amplamente discutidas pela Comissão até atingirem a forma definitiva. O item 1 (Adequação das linhas de pesquisa à proposta do programa) teve peso 20 e escalonou os programas entre a posição máxima de "adequação total" e a mínima de "até 30% das linhas não adequadas à Proposta". O item 2 (Vínculo entre os projetos de pesquisa e as linhas de pesquisa) teve peso 20 e avaliou o número relativo de projetos

isolados em cinco níveis entre o "vínculo total" e "até 30% dos projetos sem vínculo com as linhas". O item 3 (Quantidade de projetos de pesquisa em andamento em relação à dimensão do NRD 5) teve peso mínimo (10) e considerou ideal a existência de "entre um e três projetos por docente". A nota mais baixa estaria no nível de "de 30% menos de 1 (em relação ao número de docentes) ou mais de 3 em diante". O item 4 (Participação do corpo discente nos projetos de pesquisa) teve peso 25 e escalonou as notas entre a faixa máxima de "mais de 70% dos alunos envolvidos na pesquisa" e a mínima de "menos de 10% dos alunos envolvidos na pesquisa". O dado utilizado foi o das referências 22 e 23 de P-AP-02 do documento de "síntese e indicadores". O item 5 (Abrangência dos projetos de pesquisa em relação à temática das áreas de concentração do programa) teve peso 25 e considerou ideal uma relação de "mais de 75% de cobertura das áreas de concentração". A nota mais baixa coube às situações de "entre 0 e 30% de cobertura das áreas de concentração".

4.4 Atividades de Formação (peso 10)

Esse quesito, que teve o peso geral 10, foi desdobrado nos seguintes itens: Em primeiro lugar "Adequação e abrangência da estrutura curricular relativamente à proposta do programa e às suas áreas de concentração" (peso 30): o comitê considerou importante, na análise da estrutura curricular, observar a relação entre disciplinas obrigatórias e optativas, entendendo que, além de uma sólida formação nas áreas básicas (particularmente no mestrado), deve ser oferecida aos alunos uma ampla opção de disciplinas em diversos assuntos. A estrutura curricular de um programa deve ter um impacto relevante na constituição temática e teórico-metodológica de seus projetos e linhas de pesquisa e áreas de concentração, contribuindo assim de maneira decisiva para o desenho da proposta do programa. No item 2 (peso 20) foi avaliada a distribuição da carga letiva entre os docentes. A sobrecarga de determinados docentes com mais de cinco disciplinas durante o ano (incluindo a pós-graduação e a graduação) foi considerada um ponto negativo, assim como a participação excessiva de "outros participantes" (mais de 20%) na docência. No item 3 (peso 25) foi avaliada a distribuição da orientação entre os docentes e o número médio de orientandos por docente (A-AF-03). Considerou-se que, para assegurar um bom nível de formação, os alunos devem ser distribuídos de forma equilibrada entre os professores capacitados para orientação, sendo 2-5 alunos por docente orientador um número ideal. Foi considerado um ponto negativo a concentração de alunos (mais de 10) em um só orientador. Foi considerada de grande importância para a integração dos cursos de graduação e pós-graduação a atuação dos professores como docentes e orientadores de alunos de graduação (item 4 - peso 25). Uma média de mais de 60% dos docentes participando na graduação configurou uma avaliação "muito boa", mais de 50% "boa" e mais de 40% "regular" (tabela A-CD-06).

4.5 Corpo discente (peso 10)

No item 1 (peso 30) foi avaliada a "Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD5. Com a exceção de um programa onde o número de alunos continua menor do que o total de professores, todos os programas receberam "muito bom". O item 2 da ficha (número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente - peso 10) foi considerado irrelevante, dadas as especificidades de cada programa e, sendo impossível por motivos técnicos eliminá-lo da ficha, foi atribuída uma nota que não infletisse positiva ou negativamente a pontuação geral. No item 3 desse quesito, foi

avaliado o fluxo de alunos (número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente - peso 30) (tabela A-FA-01a e b), sendo a nota máxima atribuída ao programa que tivesse 17,9 % ou mais. No item 4, foi considerada a proporção de alunos que publicam artigos ou apresentam trabalhos em congressos (peso 30).

4.6 Teses e dissertações (25)

O primeiro item deste quesito mediu o vínculo das teses e dissertações com áreas de concentração e com linhas e projetos de pesquisa (peso 10), escalonando os programas entre a posição máxima de "adequação total" e a mínima de "até 30% das teses e dissertações não vinculadas". No segundo item (peso 30) foi avaliado o tempo médio de cada programa e a escala estendeu-se entre a nota máxima - (para o mestrado - 36 meses ou menos, para o doutorado - 48 meses ou menos) e a nota mínima (para o mestrado - 66 meses ou mais, para o doutorado - 70 meses ou mais) (tabela A-TD-01a). Na pontuação deste item, a comissão levou em consideração a especificidade regimental das universidades paulistas que influi no cálculo do tempo. No terceiro item (número de titulados em relação à dimensão do NRD5 - peso 35) a escala variou entre mais de um diplomado por professor por ano (nota máxima) e menos de 0.25 (nota mínima). Nesse item foram levadas em consideração as especificidades dos programas que possuem um sistema bianual de seleção e cursos novos.

4.7 Produção Intelectual (Peso 25)

Para melhor avaliar a produção bibliográfica, realizou-se um ranking de periódicos em que os docentes publicam de acordo com o sistema Qualis desenvolvido pela CAPES. Já que não foi feito o ranking dos anais e congressos, nem dos jornais e revistas, esses continuarão constando na avaliação exclusivamente por "quantidade".

Os termos "internacional", "nacional" e "local" dizem respeito à abrangência da circulação do veículo e não ao lugar de publicação.

Os níveis e critérios foram:

- "A" - Periódicos locais, nacionais ou internacionais de qualidade reconhecida, com *referees*, que servem como referência na área.
- "B" - Periódicos locais, nacionais, ou internacionais com *referees* que publicam artigos de qualidade e séries organizadas por PPGs em Antropologia de publicações internas que têm ampla divulgação.
- "C" - Periódicos locais, nacionais, internacionais sem *referees* e de impacto limitado.

A avaliação da produção intelectual de cada programa foi desdobrada em cinco itens:

Item 1 (peso 10): a adequação da produção bibliográfica com as áreas de concentração foi avaliada qualitativamente após a leitura das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos relatados nos dados sobre o programa. Todos os programas apresentaram muito bom nível de adequação, merecendo menção 5.

Item 2 (peso 30): este item afere a qualidade dos periódicos em que um programa publicou. Para isto, calculou-se o número das publicações em periódicos classificados como internacionais A e B e nacionais A, e capítulos de livros, coletâneas organizadas e livros publicados por editoras de nível nacional ou internacional, e dividiu-se pelo número total de publicações.

Item 3 (peso 30): a medida da quantidade de publicações foi baseada no cálculo do número das publicações em periódicos classificados como internacionais A e B e

nacionais A, e capítulos de livros, coletâneas organizadas e livros publicados por editoras de nível nacional ou internacional, dividido pelo total de professores NRD5.

Item 4 (peso 10): considerou-se relevante a proporção dos discentes autores em relação ao número total dos alunos no biênio.

Item 5 (peso 20): introduziu-se ainda a medida da dispersão das publicações dentro do corpo docente. Para isto, consideraram-se os quadros elaborados pela CAPES. O quadro A - PB - 01 a - coluna A permite a leitura da distribuição da autoria entre os docentes, e o quadro A - PB - 01 - coluna F revela o coeficiente de curtose, permitindo identificar a concentração de publicações entre poucos professores.

5. Resultados da avaliação da área de Antropologia e Arqueologia para o biênio 1996-1997

UFRJ - 7

UnB - 6

UFRGS - 5

Usp (Antropologia Social) - 5

Unicamp - 5

UFSC - 5

UFPE - 4

Usp (Arqueologia) - 4

UFF - 4

UFPA - 3

A avaliação dos dez programas atuais de Antropologia confirma a existência de uma área consolidada com expressiva produção e projeção no mundo acadêmico brasileiro, latino-americano e internacional metropolitano. Deve-se lembrar que a Antropologia brasileira, mesmo antes da implantação dos primeiros programas ora avaliados, já possuía uma qualidade internacional reconhecida. Além do mais, nesses programas originais a interlocução internacional já se colocava de modo abrangente.

Apesar das inúmeras aposentadorias, a maioria dos programas manteve ou até aumentou o número de doutores permanentes. Considerando os dez programas de Antropologia que foram objeto de análise do último biênio, observamos que a totalidade dos professores doutores permanentes cresceu de 116 em 1994 para 124 em 1997. Aumentou também o número de teses e dissertações nas seguintes proporções:

Biênio	92-93	94-95	96-97
Teses de Doutorado	24	26	39
Teses de Mestrado	128	120	166

O tempo médio de titulação no mestrado permaneceu estacionário - em torno de 49 meses. Cinco dos oito programas que produziram teses no biênio anterior melhoraram significativamente o tempo de titulação, chegando a diminuir para uma média de 29 meses na UnB. Nos demais programas, o grande número de teses defendidas representou um esforço de qualificar novos e antigos matriculados, o que aumentou a média geral.

As revistas lançadas no último biênio, "Mana" (UFRJ) e "Horizontes Antropológicos" (UFRGS), firmaram-se no cenário intelectual assumindo seu lugar junto com publicações mais antigas dos programas de Brasília (Anuário Antropológico) e da Usp (Revista de Antropologia). Ao mesmo tempo surgiram a "Antropolíticas" da UFF e a "Revista de Antropologia" da UFPE. Cabe também ressaltar a existência de

periódicos organizados por alunos de pós-graduação que surgiram na Usp e na UnB. Além de inúmeros seminários e eventos pontuais, os profissionais da área organizaram diversos encontros de grande impacto durante este biênio: a XX Reunião Brasileira de Antropologia, da Associação Brasileira de Antropologia (Salvador, 1996), o Encontro da ABA - Norte/Nordeste (Recife, 1997), o Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Salvador, 1997) e o Encontro da ABA Mercosul (Piriápolis, 1997). Membros dos programas também tiveram participação expressiva em eventos científicos realizados no exterior.

O Museu Nacional continua a exercer uma liderança clara na área, com um nível de excelência "nota 7". Este programa, reconhecido como par por outros centros de excelência internacionais em pesquisa e ensino de Antropologia, inclui diversos antropólogos (docentes e pesquisadores) de projeção internacional. Diversos outros programas da área têm uma projeção que também merece comentário. A UnB, além de ter os melhores indicadores quanto ao fluxo de alunos e tempo de titulação, destacou-se com produção intelectual profícua em periódicos nacionais e internacionais. A UFRGS, com a primeira defesa de doutorado defendida em 48 meses, também demonstrou uma expressiva produção de livros e artigos publicados em revistas de grande impacto no Brasil e no exterior. A Usp foi, de longe, o maior produtor de titulados nesse biênio - responsável no período por mais de 50% dos novos doutores brasileiros. A Unicamp, por sua vez, sediou durante dois anos a ABA - associação extremamente atuante que agrega os profissionais na área da Antropologia em todo o território nacional. Os indicadores usados nesta avaliação também apontaram para o grande dinamismo do programa da UFSC que, em todos os aspectos, apresenta-se hoje como um programa consolidado. O mestrado da UFF, iniciado em 1994, já conta com sete teses defendidas. Com seu corpo docente dinâmico, dá toda indicação de estar em plena via de consolidação. A UFPE, foco principal de Antropologia no Nordeste, também manteve a produção regular de mestres em tempo hábil. O programa de Arqueologia (Usp), único na área, continua articulando seus esforços com o Museu de Arqueologia e Etnologia, incorporando nos últimos anos a formação sistemática de alunos da graduação.

O único programa que provoca preocupação é o da UFPA que, por sua localização, tem potencial para trazer uma contribuição específica para a área. Com apenas um número pequeno de professores capacitados para ministrar aulas e orientar dissertações, a produção discente é muito baixa. Em função dessa situação, o comitê recomenda uma visita urgente de consultores nomeados pela CAPES para avaliar a situação e estudar medidas que possam assegurar a consolidação desse programa novo, iniciado em 1994.

Recomendações finais para a CAPES

Recomenda-se:

- Que o relatório inclua novo quesito ou item (possivelmente dentro do quesito corpo discente) para avaliar a absorção dos egressos pelo mercado de trabalho.
- Que a CAPES reveja a formulação dos itens dentro dos quesitos em função da experiência desta avaliação (na qual este comitê particularmente teve que fazer adequações tópicas).
- Que a produção intelectual dos discentes seja separada da dos docentes.
- Que os coordenadores sejam assistidos no preenchimento para garantir a uniformização dos dados. O sistema Qualis e a definição de parâmetros como NRD,

que afeta todos os quesitos da avaliação, devem ser explicados em seus detalhes para o próximo preenchimento.

- Que os dados para a avaliação se encontrem disponíveis com mais antecedência. Apesar dos esforços da equipe, o rendimento da utilização do banco de dados foi severamente prejudicado pela entrega tardia dos indicadores e listagens.
- Que, para consolidar o sistema Qualis, seja convocada com antecedência uma reunião separada de comissões específicas por grande área.
- Que se crie e institucionalize um sistema específico que permita a avaliação qualitativa das teses, especialmente as de doutorado (talvez por amostragem).
- Que sejam solicitados aos Programas, e tornados disponíveis para o comitê, os programas das disciplinas ministradas no período.
- Que, em discussão com as sociedades científicas e possivelmente com o Ibict, a CAPES viabilize um índice de citações.
- Que se organize um roteiro de questões a serem necessariamente informadas no quesito "Proposta do Programa", como, por exemplo, "processo de seleção", "fontes de financiamento", "convênios internacionais", "infra-estrutura de informática", "organização de eventos (conferências, seminários, mesas-redondas, etc.)", "listas e tabelas de destino dos egressos", "bolsas de pesquisador do CNPq", "existência ou não de um programa de pós-doutorado", "dados numéricos e qualitativos sobre o acervo das bibliotecas", "teses publicadas e/ou premiadas", "participação de docentes na direção de associações científicas e em órgãos de gestão científica", "participações destacadas dos docentes no campo internacional", etc.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOGRAFIA

Áreas Básicas: Geografia, Geografia Humana

Comissão de Avaliação - Consultores

Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva - UFBA - BA - (Coordenador); Lúcia Helena de Oliveira Gerardi - Unesp/RC - SP; Luiz Fernando Scheibe - UFSC - SC; Marcelo José Lopes de Souza - UFRJ - RJ; Nilson Cortez Crocia de Barros - UFPE - PE

Relatório

Em 1997, a Geografia contava com 14 programas de pós-graduação em funcionamento, sendo 4 deles de mestrado e doutorado. No período de 1996/1997, foram criados os mestrados da Universidade Estadual do Ceará e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Já recomendados pela CAPES, começam a funcionar, em 1998, os mestrados da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com isto, a Geografia conta, hoje, com 17 programas de pós-graduação. Em comparação com outras áreas, apresenta, ainda, potencial importante para expansão, em especial no caso de doutorado.

Comparando o biênio 1994/1995 com o período 1996/1997, observa-se, de forma geral, o seguinte:

a) houve melhoria no dimensionamento e na qualificação do corpo docente;

- b) houve melhoria na produção científica dos docentes, mas há necessidade de crescimento ou retomada em alguns programas;
- c) continua pequena a produção científica dos docentes publicada no exterior;
- d) observa-se uma importante dinamização da produção discente;
- e) houve melhoria na estruturação de linhas e projetos de pesquisa para alguns programas, mas, para outros, há necessidade de revisão visando uma melhor adequação aos objetivos dos cursos;
- f) permanece grande o número de projetos de pesquisa individuais;
- g) ainda é elevado o tempo médio de titulação de mestrandos e doutorandos, embora tenha havido uma melhoria no período;
- h) houve melhorias, em termos gerais, na infra-estrutura dos programas; as bibliotecas apresentaram reforço com utilização dos recursos do Proap.

Recomendações gerais aos programas

1. os programas devem evitar nomes de disciplinas que sejam os mesmos das disciplinas da graduação (ou que possam ser tidas como características do ensino de graduação) ou genéricas demais, como é o caso de Geografia da População, Geografia Cultural, Sensoriamento Remoto, Climatologia, Geografia da Agricultura, Pedologia, Biogeografia, Hidrologia, Geografia Agrária: conceitos básicos;
2. muitos programas deveriam buscar a atualização, tanto da área de concentração, quanto das linhas de pesquisa, procurando adequá-las à dinâmica da ciência e da sociedade;
3. os programas deveriam realizar uma análise rigorosa de suas estruturas curriculares, excluindo delas disciplinas não ministradas há muito tempo ou linhas de pesquisa que já não tenham mais produção, para que a proposta do programa reflita exatamente sua operacionalidade e possa servir de informação segura para os eventuais candidatos;
4. é necessária a busca de uma maior eficiência de alguns programas, diminuindo o tempo médio de titulação que, atualmente, gira em torno de 60 meses para o mestrado;
5. os programas não devem descuidar da manutenção e atualização da infra-estrutura de laboratórios já instalada;
6. deveria ser incrementado o intercâmbio com o exterior, ausente em muitos cursos, bem como ampliar o intercâmbio entre os programas, por meio de convênios de ensino e pesquisa;
7. os programas deveriam avaliar, através da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - Anpege -, a oportunidade da instituição de uma revista nacional que expressasse a produção científica da área, com padrões compatíveis com sua importância;
8. deveria haver maior cuidado no fornecimento das informações que, em muitos casos, chegou incompleta e/ou incorreta, dificultando a avaliação.

Recomendações gerais à CAPES

1. Considerando que o sucesso e a qualidade de um curso de pós-graduação estão, em grande parte, associados à excelência dos recursos bibliográficos colocados à sua disposição; considerando ainda, que as universidades passam por sérias restrições orçamentárias, seria de fundamental importância que os recursos destinados pela CAPES aos programas pudessem continuar a ser utilizados para aquisição de material bibliográfico (pelo menos livros), para melhoria e/ou atualização de acervos.

2. Considerando que a Geografia, embora enquadrada como Ciência Humana, tem aspectos que a colocam ao lado das Geociências, e, por isso, a fazem necessitar de laboratórios específicos, como os de Sensoriamento Remoto, Sistemas de Informação Geográfica, Climatologia, Solos, Geomorfologia, urge que seja revista sua classificação quanto ao seu peso para cálculo da alocação de recursos da CAPES, visto que, para os programas, é imprescindível instalar, manter e melhorar estes laboratórios, bem como dispor de recursos para permitir aos alunos a realização de trabalhos de campo que, em grande parte dos casos, são condição *sine qua non* para execução das teses e dissertações.

3. Considerando que foi fundada, e funciona desde 1993, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - Anpege -, que congrega todos os programas de Geografia do país, é importante que a CAPES passe a considerá-la como uma instância de consulta e interlocução nos assuntos relativos à pós-graduação e que apoie a Anpege nas iniciativas de congregação dos programas para discussão dos problemas da área e propostas de políticas ou diretrizes gerais.

Avaliação da avaliação

Avaliando o processo de avaliação, a comissão considera o seguinte:

1. a importância da informatização do processo, que permitiu a reunião de uma grande variedade e quantidade de indicadores;
2. o funcionamento do sistema, com boa performance e facilidade de interação com os usuários;
3. o trabalho da comissão teria sido facilitado se esta tivesse recebido, logo na manhã do primeiro dia, todas as informações de que necessitava para começar as análises, ou seja, um exemplar completo do relatório de cada programa;
4. como isto não ocorreu, houve dispêndio de muito tempo para a localização das informações, quer acessando diretamente o sistema, quer com o auxílio do pessoal de apoio, por sinal solícitos e atenciosos, mas que tiveram que enfrentar a demanda de todos os grupos, em curto espaço de tempo;
5. o modelo de avaliação formulado levou à especificação de um número mínimo de quesitos para cada item avaliado. Na prática, muitos deles se mostraram pouco discriminadores e, portanto, sem significação para o processo de avaliação. Assim, a comissão sugere que, imediatamente após o término do presente processo, a CAPES realize uma discussão sobre o modelo e os quesitos de avaliação;
6. a atualização do quadro de Indicadores de Funcionamento e Desempenho seria de grande auxílio na elaboração da síntese evolutiva dos programas;
7. embora seja absolutamente necessário garantir um núcleo de referência docente consistente, com vinculação contratual às instituições que mantêm os programas e razoável dedicação a eles, a participação de professores aposentados nos programas deveria ser estimulada, para que não se perca o lastro de experiência e conhecimento acumulado por esses docentes, a orientação segura e mais diversificada e sua contribuição à produção científica dos programas. A ênfase na utilização de índices exclusivos tendo por base SP/CLT, pode levar os programas a uma atitude de exclusão desses profissionais, já que, da maneira como estão colocados os índices, referenciados ao NRD, acabam por penalizar os programas que contam com esta colaboração.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: PSICOLOGIA

Áreas Básicas: Psicologia; Psicologia experimental; Psicobiologia; Psicologia social; Psicologia cognitiva; Psicologia do ensino e da aprendizagem; Tratamento e prevenção psicológica

Comissão de Avaliação - Consultores

Lino de Macedo - Usp - SP - (Coordenador); Anna Carolina Lo Bianco Clementino - UFRJ - RJ; Celso Pereira de Sá - Uni-Rio - RJ; Cláudio Simon Hutz - UFRGS - RS; Jairo Eduardo Borges Andrade - UnB - DF; José Lino Oliveira Bueno - Usp/RP - SP; Maria da Graça B. Borges Dias - UFPE - PE; Olavo de Faria Galvão - UFPA - PA; Paulo Rogério Meira Menandro - Ufes - ES

Documento de Área

A Comissão Avaliadora dos programas da área de Psicologia, reunida de 11 a 15 de maio de 1998, na Fundação CAPES, em Brasília, foi composta pelos docentes Anna Carolina Clementino Lo Bianco (UFRJ), Celso Pereira de Sá (UERJ), Cláudio Simon Hutz (UFRGS), Jairo Eduardo Borges Andrade (UnB), José Lino de Oliveira Bueno (Usp /RP), Maria da Graça Bompastor Borges Dias (UFPE), Olavo de Faria Galvão (UFPA). A Comissão atuou sob a coordenação de Lino de Macedo (Usp) e Paulo Rogério Meira Menandro (Ufes).

Coube à comissão a responsabilidade de avaliar vinte e nove programas. Doze deles têm apenas o nível de mestrado.

A distribuição de conceitos ficou definida como se segue:

1 com conceito 2 (da região Sudeste)

5 com conceito 3 (3 da região sudeste e 2 da região Sul)

14 com conceito 4 (10 da região Sudeste, 2 da Nordeste, 1 do Norte e 1 do Sul)

6 com conceito 5 (5 da região Sudeste e 1 da Centro-Oeste)

3 com conceito 6 (1 da região Sudeste, 1 da Nordeste e 1 do Sul).

Quatro programas foram avaliados pela primeira vez. Doze programas receberam conceitos equivalentes aos que haviam recebido na avaliação anterior. Seis programas tiveram seu conceito reduzido em um nível e os sete restantes tiveram seu conceito elevado em um nível. Em três destes últimos casos, isso ocorreu pela expansão do topo da escala de avaliação.

A tendência dominante da avaliação dos programas da área foi bastante positiva, com 90% dos programas sendo qualificados como "bom" ou "muito bom".

As propostas dos programas foram consideradas adequadas em 96.4% dos casos, revelando efetiva maturidade da área.

Um dos pontos importantes a destacar é a expressiva qualificação do corpo docente dos programas da área. Em 50% dos casos, o corpo docente foi considerado "bom" e em 46.4% dos casos foi considerado "muito bom". Uma informação interessante refere-se ao aumento de docentes com titulação obtida há menos de dez anos, o que evidencia tendência de renovação do corpo docente atuando no sistema de pós-graduação.

Um dado importante é o aumento de docentes na condição NRD6 (dedicação expressiva ao programa), que se elevou de 60.8% em 1996 para 64.9% em 1997. Importante ressaltar, também, o fato de que a maior parte dos docentes dos programas lecionam também na graduação (66.9% em 1996 e 75% em 1997). Tal dado evidencia que é característica da área a crescente integração com a graduação (embora ainda

persistam alguns programas que não privilegiam tal integração). Diversos programas desenvolveram mecanismos pelos quais discentes de pós-graduação atuam diretamente na graduação, como estágio preparatório para uma provável futura carreira docente.

A relação orientandos por orientador na condição NRD6 tem valor médio de 4.9 na área. Esse valor é visto, pela comissão, como estando dentro de uma faixa adequada (entre 4 e 8). Mas, há programas que se afastam excessivamente dessa faixa, incluindo-se casos em que o número médio de orientandos por orientador no programa chega a doze, com casos individuais de até vinte orientações para um único orientador. Essas dispersões devem ser evitadas em favor de uma distribuição mais homogênea e em favor de uma qualidade mínima desejável na orientação dos alunos.

Em mais de 85% dos casos, o fluxo da produção de dissertações e teses foi considerado "bom" ou "muito bom". Em média, cada programa titulou em 1996 16.9% de seu corpo discente de mestrado e 12.2% de seu corpo discente de doutorado. Em 1997 esses percentuais elevaram-se, respectivamente, para 20.4% e 13.3%. Apesar de o fluxo ser adequado, o tempo médio de titulação continua muito alto, ainda que com tendência a declinar. O tempo médio de titulação de mestres em 1996 foi de 47.8 meses e de doutores 53,8 meses. Em 1997 esses tempos médios reduziram-se, respectivamente, para 44.6 meses e 46.9 meses. Esses dados mostram a necessidade de a área continuar seu esforço conjunto de redução do tempo médio de titulação.

O conjunto dos 29 programas da área (e 4 deles ainda são recentes) formou 665 mestres e 135 doutores no biênio 96/97. A grande maioria dos mestres e doutores permanece na atividade acadêmica, a maior parte deles dedicando-se ao ensino de graduação nos 130 cursos de Psicologia da rede de ensino superior nacional e, em menor proporção, à pesquisa e à pós-graduação, nos centros que reuniram as condições para essas atividades. O ensino de graduação em Psicologia é a principal fonte de demanda de mestres e doutores, quer por força legal, quer pela própria evolução da área, a exigir formação continuada do corpo docente em geral, para atender à demanda dos 130 cursos de graduação já existentes, que sobe a uma quantidade estimada de 3900 mestres e doutores (considerando-se 30 professores por curso), para lecionar um conjunto amplo de disciplinas básicas e aplicadas.

Outro indicador importante do estágio de desenvolvimento da área é o que classifica a produção intelectual, que foi considerada de "muito bom" nível em 35.7% dos casos e de "bom nível" em 39.3% deles. Tal produção aumentou globalmente em relação ao biênio anterior, tendo aumentado, também, a produção publicada especificamente na forma de artigos em periódicos de circulação nacional e internacional.

A exigência de classificação dos periódicos, pelo programa Qualis da CAPES, foi entendida pela Comissão de Avaliação como um passo importante no sentido de forçar a discussão de uma política editorial para a área. A classificação possível de ser feita (ordenando os periódicos segundo seu nível internacional, nacional ou local de circulação e sua qualidade em A, B ou C, conforme critérios editoriais) deve ser vista pelos programas da área como algo provisório e incipiente, ainda em construção. A classificação provisória não afetou a avaliação da produção dos programas. O aperfeiçoamento dessa classificação, que será divulgada, é tarefa para toda a comunidade.

A produção publicada da área distribuiu-se em algumas centenas de títulos de periódicos, jornais e revistas nacionais, internacionais e locais. Chama atenção o fato de que muitos dos títulos de periódicos nacionais que aparecem em um ano desaparecem no ano seguinte, provavelmente em razão da instabilidade nas condições de sustentação

financeira de tais publicações, que não conseguem manter periodicidade, muitas vezes nem mesmo chegando ao segundo número.

De forma característica, a maior parte dos trabalhos publicados da área são de autoria individual. Mesmo existindo razões concretas para compreender tal quadro de poucas co-autorias, não deveria ser descartado algum empenho no sentido de produções conjuntas de docentes que atuam em um mesmo grupo de pesquisa.

A qualidade das informações apresentadas nos relatórios é condição essencial para uma justa apreciação do desempenho dos programas. Apesar disso, alguns programas ainda fornecem dados de forma desleixada e incongruente. Em especial, a utilização dos quadros disponíveis para relatar características específicas dos programas (antigo formulário F) deveria ser mais cuidadosa com fornecimento de informações mais detalhadas. Alguns programas nem sequer forneceram tais dados, ou, quando o fizeram, foram extremamente sintéticos e omitiram informações preciosas para uma boa visão global dos mesmos. A classificação de docentes em NRD6 não foi bem compreendida por alguns programas, o que prejudicou sua avaliação

Universalmente, a área de conhecimento passa por um fantástico desenvolvimento e, no Brasil, é o conjunto dos programas de pós-graduação que responde pela integração e fluxo da produção de conhecimento na área e pela apropriação do estado da arte na Psicologia. Pode-se enxergar, na produção intelectual da área, comparada com a produção mundial, uma quantidade ainda modesta de contribuições, mas uma tendência positiva na quantidade absoluta, na quantidade relativa ao número de pesquisadores e na qualidade dos veículos de divulgação. Na América Latina, positiva na quantidade absoluta, na quantidade relativa ao número de pesquisadores e na qualidade dos veículos de divulgação. Na América Latina, esse conjunto de programas e produto tem um destaque positivo, como ficou evidente em 1997, quando da realização do Congresso Interamericano de Psicologia em São Paulo.

O ensino de pós-graduação já instalado ao longo das últimas décadas começa a enfrentar a questão da renovação do seu corpo docente, havendo, em 1998, a perspectiva de expansão do número de programas, em resultado de projetos de grupos emergentes.

A atuação profissional do psicólogo em todas as áreas, bem como de profissões afins, representa uma demanda incalculável de profissionais que, pouco a pouco, demandarão a formação pós-graduada *lato sensu* e *stricto sensu* para sua qualificação e, portanto, de docentes de altíssima qualidade, com conhecimento nas várias subáreas demandadas.

No conjunto das demandas que justificam a manutenção, melhoria e ampliação do sistema de pós-graduação, a fundamental é a constituição de um fluxo de produção de conhecimentos que, em última instância, alimenta a formação científica e fundamenta a prática profissional. Com relação a este último aspecto, a carência é particularmente alta e, portanto, é alta também a responsabilidade da pós-graduação na elevação da qualidade da fundamentação científica da atuação profissional do psicólogo e dos profissionais nos setores de saúde, educação e trabalho que dependem do conhecimento produzido pela Psicologia.

Ressaltamos que as atividades de extensão foram pouco relatadas, de forma explícita, pela maioria dos programas, inclusive pelas características do próprio instrumento de coleta. Mas uma análise qualitativa das atividades, dissertações e teses relatadas mostra que elas tendem nitidamente a focalizar temas e problemáticas de inequívoca relevância social.

A recomendação de visita a alguns programas permitirá maior contato com a realidade local e uma discussão mais detalhada da estrutura curricular, o que os dados disponíveis durante a avaliação não facultam.

Talvez desnecessariamente, destacamos o procedimento óbvio que foi adotado pela comissão: seus componentes não participaram da avaliação dos programas aos quais estão vinculados.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA POLÍTICA

Áreas Básicas: Ciência política; Comportamento político; Política internacional; Relações internacionais, bilaterais e multilaterais

Comissão de Avaliação - Consultores

Maria Hermínia Tavares de Almeida - Usp - SP - (Coordenador); Argelina Maria Cheibub Figueiredo - Unicamp - SP; Celi Regina Jardim Pinto - UFRGS - RS; Eduardo José Viola - UnB - DF

Relatório

Ao fazer a avaliação da área, a comissão tomou duas decisões que devem ser explicitadas. A primeira foi privilegiar os indicadores de produção científica, de titulação de mestres e doutores e de existência de um corpo docente permanente e totalmente dedicado à pesquisa e à docência de tamanho adequado. Os indicadores de produção científica foram particularmente exigentes. Eles incluíram, em primeiro lugar, artigos publicados em revistas de circulação nacional classificadas nos níveis A e B no programa Qualis/Capes, publicações no exterior (artigos em periódicos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais); e em segundo lugar, livros, capítulos de livros e organização de coletâneas. Outras formas de publicação acadêmica foram utilizadas apenas como indicador adicional do perfil de publicações dos programas.

A segunda decisão foi utilizar de maneira rigorosa a nova escala de conceitos aprovada pelo CTC da CAPES. Neste sentido, consideramos que o conceito 5 correspondia ao antigo A e que seria atribuído aos programas de mestrado e de doutorado considerados muito bons. Os programas de doutorado com desempenho destacado dos demais poderiam receber conceito 6. Reservamos o conceito 7 para programas que preenchessem plenamente os requisitos de desempenho excelente quanto à produção científica publicada, à titulação de mestres e doutores e à existência de um grupo significativo de docentes de alta qualificação e produção totalmente dedicados ao programa. Ao avaliar a área, consideramos que havia dois programas que inequivocamente se distinguiam dos melhores e que mereciam conceito acima de 5. Entretanto, por razões diferentes nenhum deles preenchia os requisitos exigidos para receber conceito 7. Acreditamos que os dois programas poderão superar com rapidez e facilidade os problemas que ainda os afastam do ponto mais alto da escala.

Ao atribuir os conceitos, tomamos em consideração apenas as características da área de Ciência Política, sua maturidade institucional e o nível elevado de qualidade já atingido pela produção científica. Nesse sentido, os resultados obtidos não são comparáveis com aqueles de outras áreas mais ou menos próximas da Ciência Política.

A área de Ciência Política possui 10 programas de pós-graduação: três oferecem mestrado e doutorado (IUPERJ, UFRGS e USP); dois têm mestrado e participação em doutorado interdisciplinar (Unicamp e UFMG) e cinco apenas mestrado (UnB/Ciência Política, UnB/Relações Internacionais, UFF, UFPE, PUC-RJ). Eles formam um sistema de pós-graduação consolidado, de âmbito nacional e caracterizado pela presença dominante de corpo docente permanente de alta qualificação - a participação de mestres e professores externos é exceção -, produção reconhecida e capacidade comprovada de formação de mestres e doutores.

Cada um a seu modo, os programas são capazes de proporcionar, com competência, formação básica e treinamento em pesquisa nas áreas de conhecimento fundamentais da disciplina.

Os programas mais antigos enfrentaram bem o desafio de reposição dos quadros docentes, agravado pela concentração de aposentadorias em curto período de tempo. A perda de algumas lideranças intelectuais de peso foi compensada pela incorporação de jovens doutores qualificados, sem que a atividade acadêmica se ressentisse.

O amadurecimento da área aponta para a crescente importância do doutorado. No período considerado por esta avaliação, as atividades de doutorado ampliaram-se com a criação do programa de Ciência Política da UFRGS e do programa de Sociologia e Ciência Política da UFMG. Nos programas que já possuíam os dois níveis, o doutorado consolidou-se, com maior clareza no IUPERJ e menor na USP, como centro de gravidade das atividades de formação.

O nível de maturidade atingido pela área requer e possibilita que os programas enfrentem algumas deficiências recorrentes e que se estabeleça patamares mais exigentes de avaliação e metas mais ambiciosas de excelência acadêmica.

Como desafios comuns a enfrentar cabe assinalar:

- 1) o tempo de titulação é ainda muito alto para a maioria dos mestrados - à exceção do IUPERJ e da UnB/Ciência Política - e para os doutorados (ver Quadro I). A comissão sugere que os programas caminhem para um tempo de titulação total de seis anos, o que requer diminuição significativa dos prazos atuais para a realização do mestrado.
- 2) os programas não parecem ter resolvido de maneira adequada a organização das áreas e linhas de pesquisa e sua reação com as áreas de concentração da pós-graduação. Tanto os programas em Ciência Política quanto os especializados em Relações Internacionais ainda não parecem ter logrado um equilíbrio entre as duas dimensões da formação pós-graduada, que espelhe a necessidade de combinar formação mínima nos campos fundamentais da Ciência Política ou da Política Internacional e a natural concentração das atividades de pesquisa em certas áreas, conforme as diferentes vocações institucionais.
- 3) a produção científica ainda está muito concentrada em alguns grupos ou docentes dentro de cada programa. Uma distribuição mais equilibrada é desejável e perfeitamente possível dada a qualificação do corpo docente de todos os programas.
- 4) a produção docente publicada em periódicos de circulação nacional de níveis A e B ainda está aquém da capacidade global dos programas, medida pelos indicadores de atividade de pesquisa e cotejada com o total da produção científica publicada em diversos veículos nacionais (quadro II). A comissão recomenda que os programas estimulem seus docentes a publicarem preferencialmente nos periódicos acadêmicos nacionais que são referência para os cientistas sociais.
- 5) a participação dos cientistas políticos no debate acadêmico internacional ainda está aquém da qualidade e volume da produção científica existente, parte da qual tem padrão internacional. A comissão recomenda fortemente que os programas estimulem e apoiem os esforços de seus docentes para publicar no exterior, especialmente nos periódicos

acadêmicos que alimentam a discussão intelectual na Ciência Política. É aconselhável também um esforço maior no estabelecimento de intercâmbio científico com instituições, grupos de pesquisa e pesquisadores estrangeiros.

Anexo I: Critérios de excelência para concessão de conceito acima de 5

1) Quanto ao corpo docente: Existência de um grupo numeroso de docentes altamente qualificados em dedicação exclusiva efetivamente envolvidos com docência e orientação, com liderança intelectual na área, grande experiência de pesquisa, participação significativa nos principais eventos científicos nacionais e internacionais de ciência política, participação destacada em associações científicas da área e comitês acadêmicos de agências de fomento, com produção regular publicada em revistas acadêmicas de circulação nacional e revisão por pares e com publicações internacionais em livros e revistas acadêmicas de qualidade reconhecida. Produção docente regular e bem distribuída entre os docentes atuantes no programa. Existência de intercâmbio acadêmico com instituições, grupos de pesquisa e pesquisadores estrangeiros.

2) Quanto às características do curso: existência de áreas pesquisa fortes e definidas. Coerência entre áreas de pesquisa, estrutura curricular e produção docente e discente.

3) Quanto ao desempenho do curso: Número significativo de titulados no biênio, tempo de titulação adequado, bom fluxo de alunos e número significativo de dissertações e teses publicadas na forma de artigos em revistas acadêmicas ou livros.

Anexo II

Quadro 1

Situação do programa - 1996/7

	UFF	UFMG	UFPE	UFRGS	UnB\ POL	Unicamp	Usp	Iuperj	Puc\ RJ	UnB\ REL	Total
Nº profs.	15	15	18	11	14	15	23	12	11	14	151
Nº alunos	17	38	38	36/9	38	50	57/53	13/71	35	42	364/133
Alunos\ profs.	1.1	2.5	2.1	4.1	2.7	3.3	4.8	7.0	3.2	3.0	3.29
Orientan do \prof.	1.7	3.2	2.1	3.3	2.6	5.4	4.5	6.4	3.0	3.0	3.5
Nº discip.	10	8.5	17	10	19	15	12	16	12	14	133.5
Titulados - Me	7	18	17	10	21	17	16	19	30	22	177
Titulados -Do	-			0			7	27			35
Mediana mest. (meses)	34	46	38.5	62.5	22.5	55.7	51.2	18.7	39	41.1	41
Mediana dout. (meses)	0	0	67.5	64.8	66.1						

Quadro 2
Produção científica - 1996/7

	UFF	UFMG	UFPE	UFRGS	UnB\ POL	Unicamp	Usp	Iuperj	Puc	UnB\ REL	total
Produção Internacional	1	8	2	2	8	1	12	6	1	10	51
Periódico A\B	5	4	5	3	1	6	13	8	5	3	53
Subtotal 1	6	12	7	5	9	7	25	14	6	13	104
Sub 1 per cap	0.40	0.80	0.38	0.45	0.64	0.46	1.08	1.16	0.54	0.92	0.76
Livro	5	5	3	2	3	5	6	6	0	2	37
Coletânea	0	2	2	2	1	2	0	0	0	1	10
Cap. Livro	3	13	17	13	4	12	15	0	1	19	97
Subtotal 2	8	20	22	17	8	19	21	6	1	22	144
Subtotal 2 per cap	0.53	1.33	1.22	0.94	0.57	1.26	0.91	0.50	0.09	1.57	1.16
Subtotal 1+2	14	32	29	22	17	26	46	20	7	35	248
Outros period.	6	15	13	2	1	8	9	6	3	4	67
Total	20	47	42	24	18	34	55	26	10	39	315
Total per cap.	1.33	3.13	2.33	2.18	1.28	1.77	2.39	2.16	1.45	2.78	2.08

ÁREA DE AVALIAÇÃO: HISTÓRIA

Comissão de Avaliação - Consultores

Maria Helena Rolim Capelato (Usp - coordenadora); Silvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS); Ronaldo Vainfas (UFF); José Flávio Sombra Saraiva (UnB); Maria do Socorro Ferraz Barbosa (UFPE); Joana Maria Pedro (UFSC); Maria Antonieta Antonacci (Puc-SP)

1. Composição da comissão:

A Comissão de avaliação da área de História foi composta pelos professores Maria Helena Rolim Capelato (Usp - coordenadora), Silvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS), Ronaldo Vainfas (UFF), José Flávio Sombra Saraiva (UnB), Maria do Socorro Ferraz Barbosa (UFPE), Joana Maria Pedro (UFSC) e Maria Antonieta Antonacci (Puc-SP). A Coordenadora indicou os consultores que compuseram a Comissão encarregada da avaliação dos 20 programas existentes na área de História. A indicação foi feita seguindo os critérios definidos pelo Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em História que leva em conta a experiência do historiador em pós-graduação e pesquisa, o conhecimento da área e dos programas existentes e a capacidade de representar o conjunto dos programas.

2. Etapas do trabalho da comissão

O trabalho da comissão foi desenvolvido em duas etapas:

A primeira etapa ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de março numa reunião convocada pela CAPES da qual participaram três membros da Comissão Avaliadora: a coordenadora da comissão profa. Maria Helena Rolim Capelato e os consultores profs. Joana Maria Pedro e Ronaldo Vainfas.

O encontro teve como objetivos: dar informes sobre os novos princípios e processos de avaliação; determinar o “Perfil de Excelência”, definir os critérios da área de avaliação; atribuir pesos a cada item dos quesitos; realizar uma avaliação simulada para testar o novo programa que gerou modificações nos relatórios e fichas de avaliação; classificação dos periódicos, jornais e revistas, anais e eventos.

A CAPES apresentou as “Instruções” gerais para a avaliação, a saber:

Cada quesito, de I a VII, desdobra-se em até seis itens. Quatro itens de cada quesito são pré-estabelecidos, comuns a todas as áreas de avaliação. Para cada área de avaliação cada comissão pode especificar até dois itens para cada quesito.

A cada item de um quesito deve ser associado um atributo. Para os itens do quesito Proposta do Programa, os atributos são Adequado e Inadequado e para os itens dos quesitos II a VII os atributos são: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

Aos itens de cada quesito podem ser associados pesos distintos, no intervalo de 10 a 100. A soma dos pesos dos itens de cada quesito deve ser igual a 100; cada um dos quatro itens fixos não pode ter peso inferior a 10; sendo introduzidos itens adicionais [até dois] os seus respectivos pesos devem ser maior que zero; os itens do quesito Proposta do Programa não recebem ponderação específica, ou seja, seus pesos são sempre iguais entre si.

A Comissão da área de História atribuiu pesos aos itens dos quesitos e formulou itens específicos da área em alguns quesitos quantificáveis, suprimiu alguns itens e acrescentou outros específicos da área, a saber:

Quesito V - Corpo Discente B, Item 2: supressão do enunciado “Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente” em virtude de não se adequar à realidade dos programas da área; Item 4: supressão do enunciado “Participação de discentes-autores da graduação”, pela mesma razão antes apontada. Como o programa não permitia supressão desses itens eles foram desconsiderados na avaliação desse quesito e por esse motivo foi atribuído conceito Muito Bom a todos os programas.

No que se refere à possibilidade de agregação de itens específicos em cada quesito foram propostas as seguintes formulações: Quesito III - Atividades de Pesquisa, item 5: Projetos de pesquisa financiados, e item 6: Relevância dos projetos para o conhecimento teórico; Quesito IV - Atividades de Formação, item 5: Existência de disciplinas teórico-metodológicas e de discussão de projetos na grade curricular; Quesito V - Corpo Discente, item 5: Participação discente em eventos científicos, e item 6: Critérios de seletividade para o ingresso no programa; Quesito VII - Produção Intelectual, item 5: Incidência na produção intelectual de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos de reconhecida importância, e item 6: Publicação de resultados de pesquisa substantiva não restrita aos veículos do programa.

No intervalo dos trabalhos houve discussões com os demais grupos presentes sobre os novos procedimentos de avaliação definidos pela CAPES: avaliação por programa em lugar da avaliação por cursos de mestrado e doutorado como ocorria anteriormente; escala de classificação composta por sete níveis de conceitos - de 1 a 7 - sem frações; conceitos superiores a cinco só poderiam ser atribuídos a programa que mantenha curso de doutorado; os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área para

compor o “Perfil de um curso A” deveriam corresponder, na Avaliação de 1998, ao perfil dos programas com conceito 5.

Um dos problemas discutido por membros de diferentes áreas dizia respeito à ênfase atribuída ao doutorado na avaliação em geral: muitos ponderaram que essa postura poderia motivar a abertura de doutorados sem a necessária consolidação dos mestrados. Esta é, também, a preocupação da Comissão de História.

As comissões tiveram dificuldades na classificação dos periódicos, revistas e jornais, anais e eventos. O montante de dados era muito grande e o tempo exíguo para realização de uma tarefa dessa importância. Não resta dúvida que a classificação auxilia enormemente a avaliação dos itens relacionados à publicação e participação em eventos, mas há necessidade de um exame mais detalhado das publicações para análise da qualidade e importância para a área, o que deveria ser feito pela área no seu conjunto e não apenas pelas comissões de avaliação. Muitos manifestaram preocupação de que esse procedimento classificatório possa ser utilizado para outras finalidades, dentre elas financiamento de periódicos ou eventos. Por esse motivo solicitou-se que a CAPES não divulgue os resultados desse trabalho considerado provisório.

A avaliação simulada permitiu constatar que vários programas tiveram dificuldades no preenchimento dos formulários. Em vista disso a CAPES sugeriu que os coordenadores de área convocassem uma reunião dos coordenadores de programas em Brasília para correção de dados e também para que pudessem tomar conhecimento dos pesos atribuídos a cada item e dos itens específicos acrescentados nos diferentes quesitos pela comissão que participou dessa primeira etapa do trabalho.

A reunião dos coordenadores da área de História ocorreu no dia 6 de abril com a presença da grande maioria dos representantes de programas. Essa iniciativa foi muito oportuna porque permitiu o esclarecimento e posterior correção de vários pontos do Relatório não preenchidos corretamente. Espera-se que esse procedimento seja mantido nas avaliações futuras já que o preenchimento adequado dos relatórios é essencial para o trabalho das comissões avaliadoras.

A segunda etapa da Avaliação ocorreu entre os dias 11 a 17 de maio com a presença de todos os membros da Comissão.

A Comissão havia solicitado anteriormente que fosse fornecido pela CAPES em material impresso o Relatório completo de todos os programas. No entanto, tal solicitação não pode ser atendida e houve dificuldades para se ter acesso aos documentos necessários à avaliação o que provocou grande atraso nos trabalhos.

No início da segunda etapa, as Comissões foram informadas de que a Avaliação de 1998 incluiria 4 momentos básicos:

Primeiro momento

- Análise pelas comissões de área do conjunto dos programas de pós-graduação e enquadramento de cada um dos programas em um dos cinco níveis da escala: 1,2,3,4 ou 5.

Segundo momento

- Análise pelas comissões de área dos programas enquadrados no momento anterior no nível 5, isto é, daqueles que apresentam um perfil pelo menos correspondente ao estabelecido como “Perfil do Curso A”, submetendo-os aos referenciais de excelência de desempenho estabelecidos para os níveis 6 e 7 da escala. Tais referências são delineados pelo atendimento do conjunto das seguintes exigências:

- a) desempenho diferenciado (em nível compatível com padrões internacionais) no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica;
- b) competitividade em nível compatível com programas similares de excelente qualidade no exterior;

c) demonstrações evidentes de que seu corpo docente desempenha papel de liderança representativa na sua respectiva comunidade;

- A atribuição do conceito 7 é restritiva exclusivamente a programa com desempenho claramente destacado dos demais, inclusive daqueles que obtiverem o conceito 6;

- Da análise correspondente a esta etapa poderá resultar ou não o enquadramento de programas nos dois níveis mais elevados da escala.

Terceiro momento

- Apreciação pelo Conselho Técnico-Científico, CTC, dos resultados correspondentes a cada área e ao conjunto de resultados referentes a cada grande área. Esta apreciação visa a assegurar um mínimo de coerência e uniformidade ao processo de avaliação das diferentes áreas e a permitir a composição de uma visão integrada do desempenho da pós-graduação.

Homologação pelo CTC dos resultados da avaliação correspondente a cada área.

Quarto momento

- Divulgação dos resultados

Os membros da Comissão haviam lido anteriormente a “Síntese das Principais Decisões do Conselho Técnico Científico da CAPES referentes à Avaliação da Pós-Graduação 1998” e os documentos fornecidos pela CAPES que esclareciam diferentes aspectos relacionados à: justificativa da “Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998” e aos novos instrumentos do Sistema de Avaliação (Base Conceitual, Tratamento dos dados e Indicadores, Relações Nominais e Instruções Gerais).

A Comissão ponderou que na avaliação dos cursos 6 e 7 seriam levados em conta os critérios do “Perfil de Excelência” definidos pela CAPES sem, no entanto, deixar de considerar os critérios que a própria área já havia estabelecido anteriormente a respeito do “Perfil do Curso A”. Nesse conjunto considerou-se que um Programa de Excelência deveria se destacar nos seguintes aspectos: quantidade e qualidade da produção historiográfica publicada em veículos de divulgação de bom nível; projeção historiográfica em âmbito nacional e internacional; relevância e ressonância da produção discente e boa titulação no que se refere à quantidade e qualidade; formação de mestres e doutores, inclusive para as regiões onde não há cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado; elevado número de doutores em dedicação exclusiva ao programa; Proposta de Programa bem estruturada; colaboração do programa com a sociedade através de cursos de extensão, trabalho voltado para arquivos, museus, preservação de patrimônio, etc.

Decidiu-se que cada programa seria analisado por dois avaliadores entre os quais não se encontraria a coordenadora da comissão uma vez que a CAPES atribui ao coordenador a função de presidir a avaliação sem atuar como avaliador de nenhum programa em particular para que possa atuar, caso necessário, como instância de recurso. Definiu-se que as duplas não seriam fixas e que um programa não seria avaliado por representantes de programas da mesma região ou que tivessem colaboração com o curso analisado. A comissão decidiu, também, que a coordenadora leria as partes dos relatórios disponíveis, deixando aos consultores a responsabilidade de análise e julgamento dos programas. Após a análise dos programas pelas duplas, a avaliação passaria para uma outra etapa na qual cada dupla faria o relato do trabalho e este seria discutido em conjunto. A coordenadora estaria presente nesta avaliação coletiva, exercendo o papel de coordenação e de moderadora. Decidiu-se, finalmente, que durante o relato do programa ao qual pertencia o consultor, este não poderia manifestar-se.

A comissão discutiu, também, a formulação de alguns itens que poderiam dar margem à interpretações distintas e os aspectos a serem mais valorizados em alguns quesitos. Dessa discussão resultaram as seguintes ponderações:

- no que se refere ao Núcleo de Referência Docente, conceito novo introduzido nesta avaliação, a comissão considerou que não seria feita distinção acentuada entre o NRD6 e o NRD5 porque como em todos os programas da área de História os docentes ministram cursos na graduação e pós-graduação, nem sempre é possível oferecer mais de um curso de pós-graduação por ano e os docentes que não o fizeram foram classificados como NRD5 apesar de terem desenvolvido muitas outras atividades no programa. Observou-se que a grande maioria dos docentes situa-se no NRD5 apesar de terem vínculo permanente com o programa, o que é uma característica da área de História, diferente de outras como Medicina, Engenharia, Direito, etc..
- no item que se refere à distribuição de orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente considerou-se que a média de orientandos por orientador deve ser 8, não sendo desejável que um mesmo orientador ultrapasse o número de 10 orientandos. Considerou-se também que a dependência de professores visitantes, de professores de outros programas não é desejável; a presença de mestres em atividades de orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado, participação em bancas ou realização de cursos de pós-graduação foi entendida como negativa.
- quanto às atividades de pesquisa, definiu-se que a participação de um mesmo docente em mais de duas linhas de pesquisa ou em mais de dois projetos é excessiva; considerou-se, também, que apenas um professor ou um projeto de pesquisa não devem constituir uma linha de pesquisa.
- na avaliação da produção docente considerou-se que os textos de divulgação são importantes, mas não tem o mesmo peso que a produção acadêmica. As publicações mais valorizadas são as que não se restringem a questões pontuais ou localistas, expressando produção historiográfica atualizada e de repercussão nacional ou internacional.
- no que se refere à estrutura curricular, considerou-se que a exigência de um número excessivo de créditos prejudica o desenvolvimento da pesquisa e que a oferta excessiva de cursos ao invés de contribuir para a formação aprofundada do pesquisador no que se refere ao conhecimento histórico, pode funcionar como elemento de fragmentação de conhecimentos ou especialização excessiva.

A partir desta primeira reunião, a comissão, organizada em duplas de consultores deu início à análise dos programas tendo como base os critérios e métodos definidos pelos avaliadores da área e pela CAPES; utilizou, além das partes dos relatórios a que tiveram acesso, as “Fichas da Avaliação” anterior e os “Relatórios de Visita” aos programas onde elas ocorreram.

A avaliação de 1998 teve como particularidade o acesso a inúmeros dados quantitativos fornecidos pelo programa de informática da CAPES; esses dados organizados em tabelas permitiram a comparação dos itens de cada quesito com a média da área. Para a análise qualitativa, os dados oferecidos não foram tão expressivos quanto os qualitativos e esta parte ficou um tanto prejudicada pela impossibilidade de acesso aos relatórios completos.

As fichas de avaliação também foram redigidas em duplas.

Concluído o primeiro trabalho com as fichas, foi realizada uma reunião conjunta para completar o processo de avaliação. Num primeiro momento houve o relato do conteúdo das fichas de cada programa com discussão de cada quesito e propostas de modificação do conteúdo do texto ou da pontuação. Num segundo momento foram feitos os cálculos de cada programa e atribuição de notas.

Completada essa etapa da avaliação de cada programa, passou-se à análise da área no seu conjunto utilizando como procedimento básico a comparação entre os diferentes programas e separação em blocos reunidos por notas.

Uma vez definida a classificação dos programas numa escala de 1 a 5, a comissão retomou os critérios de definição do “Perfil de Excelência” discutidos no início para definir quais os programas de nota 5, que correspondem ao antigo conceito A, poderiam ser considerados como centros de excelências. A comissão deteve-se longamente na análise dos que atendiam aos referenciais de desempenho estabelecidos para os níveis 6 e 7 da escala para definir essas notas finais que também foram atribuídas por comparação levando-se em conta os critérios qualitativos e quantitativos.

A última etapa do trabalho da comissão consistiu na redação definitiva das fichas de avaliação, acrescentando, nesse momento, as justificativas da nota de cada programa, as observações relativas aos progressos obtidos em relação ao biênio anterior e as indicações de aspectos problemáticos. Também foram feitas recomendações de visitas, em casos que a comissão julgou necessário.

3. Pontuação

A pontuação que foi atribuída a cada um dos itens dos quesitos consta da ficha de avaliação. Para a verificação da Tendência Dominante foi feita a seguinte equivalência, conforme instruções do documento Banco Conceitual da CAPES:

Para o quesito Proposta do Programa, a Tendência Dominante é o atributo predominantes entre as opções *Adequado e Inadequado*.

Para os demais quesitos, a Tendência Dominante é a média ponderada dos atributos, calculada com a utilização dos pesos dos quesitos e da tabela de equivalências: média = 100

Atributo	Equivalência	Critério	Tendência Dominante
Muito Bom	100	100 a 90	Muito Bom
Bom	80	90 a 75	Bom
Regular	60	75 a 50	Regular
Fraco	40	50 a 35	Fraco
Deficiente	20	35 a 20	Deficiente

4. Resultados da avaliação

A comissão, após avaliação dos 20 programas de pós-graduação em História no País, feita com base nos novos procedimentos indicados pela CAPES, chegou aos resultados finais que serão apresentados a partir de um quadro que contém as datas de implantação dos diferentes cursos, os resultados da avaliação anterior referente ao biênio 94/95, com o objetivo de permitir a visualização da evolução dos programas e a compreensão da situação da área no seu conjunto. A relação dos programas segue a ordem de início dos cursos de mestrado e doutorado.

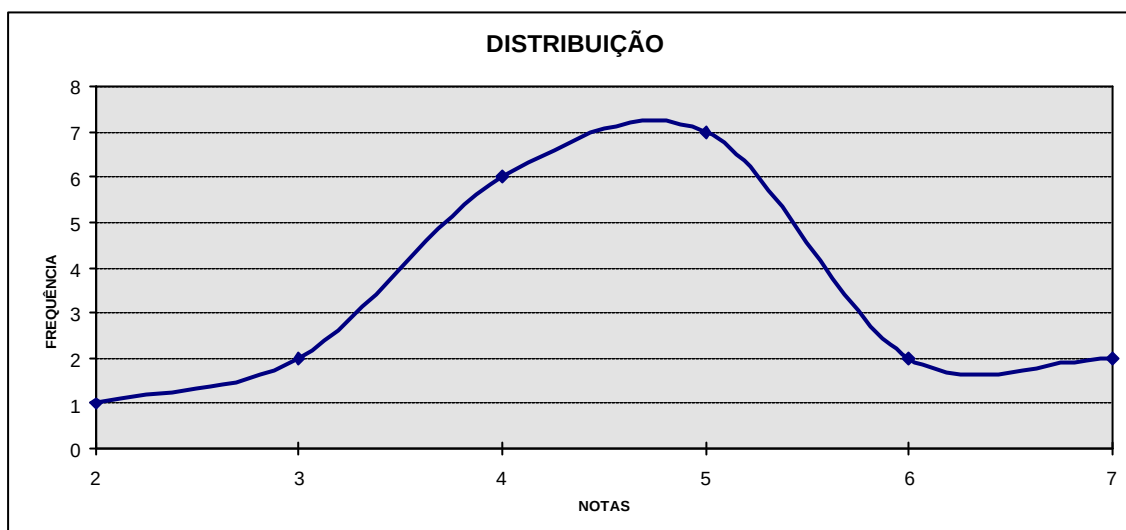
ÁREA DE HISTÓRIA						
Instituição	Programa	Ano de início		94/95		96/97
		M	D	M	D	
Usp	História social	71	71	A	A	7

Usp	História econômica	71	71	A	A	5
UFF	História	71	85	A	A	7
UFG	História	72	-	C	-	3
UFPR	História	72	82	B	B	4
Puc - SP	História	72	90	A	A	6
Puc - RS	História	73	87	B	B	4
UFPE	História	74	91	A	A	5
UFSC	História	75	98	B	-	5
Unicamp	História	76	84	A	A	6
UnB	História	76	94	B	B	5
Unesp/Franca	História	80	-	C	-	3
Unesp/Assis	História	80	89	B	B	4
UFRJ	História	82	92	A	A	5
UFRGS	História	86	97	B	-	5
Unisinos	História	87	-	B	-	4
Puc - RJ	História Social	87	97	A	-	5
UFBA	História	90	-	B	-	4
UFMG	História	90	-	B	-	4
USS	História	94	-	D	-	2

A seguir, apresentamos os resultados dos programas agrupados pela escala de notas. Em cada conjunto de notas, a relação dos programas seguem novamente a ordem de início do curso de mestrado ou doutorado.

ÁREA DE HISTÓRIA						
Instituição	Programa	Ano de Início		94/95		96/97
		M	D	M	D	
Usp	História social	71	71	A	A	7
UFF	História	71	85	A	A	7
Puc - SP	História	72	90	A	A	6
Unicamp	História	76	84	A	A	6
Usp	História Econômica	71	71	A	A	5
UFPE	História	74	91	A	A	5
UFSC	História	75	98	B	-	5
UnB	História	76	94	B	B	5
UFRJ	História	82	92	A	A	5
UFRGS	História	86	97	B	-	5
Puc - RJ	História Social	87	97	A	-	5
UFPR	História	72	82	B	B	4
Puc - RS	História	73	87	B	B	4
Unesp/Assis	História	80	89	B	B	4
Unisinos	História	87	-	B	-	4
UFBA	História	90	-	B	-	4
UFMG	História	90	-	B	-	4
UFG	História	72	-	C	-	3
Unesp/Franca	História	80	-	C	-	3
USS	História	94	-	D	-	2

A curva que acompanha a tabela com os resultados da avaliação permite visualizar a distribuição da área no que se refere ao conjunto das notas atribuídas aos 20 programas.



5. Situação geral da área

No “Documento de Área” da Avaliação de 1996 foi indicado que a pós-graduação em História no País já podia ser considerada uma área consolidada tanto pelo número de programas existentes e por sua distribuição geográfica, quanto por sua produção e qualidade acadêmica expressa pela existência de 50% de programas com mestrado e doutorado, assim como pelo nível de desempenho acadêmico de grande parte dos cursos e programas confirmado pelos conceitos obtidos em avaliações exigentes e criteriosas feitas a partir dos padrões estabelecidos pela CAPES. Nesse biênio constatou-se que dos 20 programas de pós-graduação em História havia 11 com mestrado e doutorado e 9 com mestrado. Dos 20 cursos de mestrado, 11 foram criados na década de 70, 6 na década de 80 e 3 na década de 90; dos 11 cursos de doutorado, 2 foram criados no início da década de 70, 5 na década de 80 e 4 na década de 90.

Na avaliação atual constata-se que o número de programas não se alterou mas houve ampliação dos cursos de doutorado: UFRGS, PUC/Rio de Janeiro e Santa Catarina.

O dado mais relevante a se observar nesta avaliação é que houve efetiva melhoria de qualidade nos cursos analisados. É evidente o enorme esforço feito pela maioria dos programas em solucionar os problemas apontados na avaliação anterior. A análise qualitativa e quantitativa feita a partir dos inúmeros dados fornecidos pelo Programa de Informática da CAPES que permitiu, inclusive, situar cada item dos programas na média da área, mostra o resultado de uma evolução bastante positiva da área no seu conjunto.

No primeiro momento de aferição de notas numa escala de 1 a 5, o resultado foi o seguinte: 11 programas com nota 5, que corresponde ao antigo conceito A; 4 programas com nota 4, que corresponde ao antigo conceito B; 3 programas com nota 3, que corresponde ao antigo conceito C; um programa com nota 2, que corresponde ao antigo conceito D. Comparando-se estas notas com a avaliação anterior constata-se que, fazendo-se a equivalência de conceitos para notas o número de programas com nota 5 representa um avanço dos programas que podem ser considerados de Muito Bom nível:

em 1996 havia 7 mestrados com A e 8 doutorados com A, em 1998 há 7 programas com 5.

Na classificação dos programas com nota 6 e 7, a Comissão, levou em conta o critério CAPES segundo o qual poderiam ser considerados de excelência os programas com doutorado consolidado. Os quatro programas que receberam notas 6 (dois) e 7 (dois), destacam-se dos demais pela produção acadêmica, presença de corpo docente com papel de liderança e representatividade na comunidade dos historiadores, pela grande contribuição na formação de mestres e doutores em nível nacional, recebendo alunos das regiões que ainda não dispõem de cursos de pós-graduação. Os que tiveram nota 7, além de sua tradicional importância na área, apresentaram melhoras significativas em relação ao biênio anterior: a Usp/História Social que se destacava por uma produção mais individualizada, organizou-se em linhas de pesquisa que já revelam uma atividade de trabalho conjunto bem articulada, além disso a identidade/coerência da proposta do programa é digna de destaque. A UFF apresentou resultados mais positivos, em relação ao biênio anterior, em vários quesitos como Corpo Docente, Produção Intelectual e Proposta do Programa. Dentre os cursos que obtiveram nota 6 observa-se que a Unicamp apresentou melhora significativa no tempo de titulação do mestrado e manteve seus bons resultados no que se refere à Produção Intelectual, com melhor distribuição da produção entre os docentes. A Puc/São Paulo, embora se trate de um programa menor, destaca-se pela excelente evolução que teve nestes dois últimos biênios e pelo resultado muito equilibrado no conjunto dos quesitos.

Dentre os programas aos quais foram atribuídas nota 5 na etapa final desta avaliação vale notar que alguns deles tiveram conceito A na avaliação anterior (Puc/Rio de Janeiro, Usp/História Econômica, UFPE e UFRJ) enquanto outros tinham recebido conceito B (UnB, UFRGS e UFSC). A Puc/Rio de Janeiro manteve, no seu conjunto, excelente resultado, destacando-se como pontos altos a produção intelectual com elevado número de publicações, as atividades de pesquisa, o número de titulados em mestrado e o tempo médio de titulação; a UFPE também apresentou resultados que atestam a continuidade da evolução positiva do curso já observada no biênio anterior, merecendo destaque o tempo médio de titulação em mestrado e doutorado, a relação bem equilibrada entre orientador/orientando e o número global de publicações. A História Econômica da Usp apresentou quadro bem melhor em relação à avaliação anterior sobretudo no que se refere à Proposta do Programa, às atividades de pesquisa, ao número de titulados em mestrado e doutorado e à Produção Intelectual, com significativo aumento no número global de publicações. A UFRJ também fez um esforço louvável de melhoria do programa revendo a proposta do curso que, embora ainda apresente problemas mostra sinais importantes de mudanças a serem consolidadas no próximo biênio. O fortalecimento do corpo docente é o aspecto mais positivo do programa e houve sensível melhora na relação orientando/orientador.

Os programas que obtiveram conceito B na avaliação anterior e 5 na avaliação atual (UnB, UFRGS e UFSC) demonstraram evolução geral muito boa: a UFRGS e a UFSC, que iniciaram curso de doutorado neste biênio, apresentam propostas de programa muito bem organizadas, havendo, também, uma salutar cautela na seletividade de alunos para o novo curso e na oferta de disciplinas destinadas a esse nível de formação; a UFSC caracteriza-se pelo bom número de titulados em mestrado em relação à média da área e pelo aumento de publicações, livros especialmente; a UFRGS ampliou o corpo docente e evoluiu bem nas atividades de pesquisa e produção intelectual; a UnB mantém um corpo docente considerado muito bom e apresentou resultados melhores nas atividades de pesquisa e na produção intelectual, o tempo médio de titulação está bem situado em relação à média da área, assim como a relação

entre orientador/orientando. Estes programas conseguiram mudança de nível porque a comissão, na reunião coletiva, considerou que mostraram desempenho muito bom no conjunto dos quesitos sobretudo quando comparados a programas com doutorado mais antigos.

A nota 4 foi atribuída a 6 programas: Puc/RS, Unesp/Assis, UFPR, UFBA, UFMG e Unisinos.

Estes três últimos. UFMG, Unisinos e UFBA são programas de mestrado que apresentaram bons resultados no biênio. O curso da Bahia, que na avaliação de 1996 passou de B para C, apresentou evolução positiva nestes dois últimos anos com bom número de publicações, de titulados em mestrado, boa relação orientando/orientador e corpo docente considerado muito bom. A UFMG mantém um corpo docente de muito bom nível mas apresentou redução no número de doutores com dedicação integral ao programa, além disso houve menor número de titulação de mestres neste biênio; nos demais itens o programa obteve bons resultados. A Unisinos aperfeiçoou sua proposta de programa e aumentou o número de titulação de mestres; no conjunto a evolução foi positiva.

Os 3 programas com doutorado que obtiveram nota 4 apresentam o seguinte quadro:

A Puc/RS, embora apresente grande número de publicações, boa titulação de mestrado, boa relação entre orientando/orientador, apresenta pouca titulação em doutorado tendo em vista os 10 anos de existência desse curso. O problema mais grave, no entanto, diz respeito à proposta do programa considerada inadequada em dois itens e com resultados negativos também na avaliação do quesito referente a atividades de pesquisa. A UFPR demonstra ter feito um grande esforço para solucionar os problemas apontados na avaliação anterior, mas como alguns deles são profundos porque decorrentes do elevado número de aposentadorias num passado recente, ainda se observa dificuldades na reestruturação do curso: a proposta do programa, embora modificada, ainda foi considerada inadequada em dois itens, a atividade de formação continua fraca e o número de titulados em mestrado e doutorado, apesar de ter melhorado em relação ao biênio anterior ainda é pequeno para um programa cujo doutorado teve início em 1982; mas houve sensível ampliação da Produção Intelectual e no que quesito relacionado ao corpo docente houve melhora. A Unesp/Assis apresenta problemas similares às duas anteriormente referidas: a proposta do programa foi reformulada mas ainda considerada insatisfatória, o número de titulados em mestrado e doutorado, embora tenha aumentado em relação ao biênio anterior ainda é fraco (sobretudo no doutorado), tendo em vista a dimensão e antiguidade do programa; como aspectos positivos cabe destacar que o número de publicações é alto e o quesito Corpo Docente assinala melhor desempenho em relação ao biênio anterior.

Os dois programas que obtiveram nota 3, Unesp/Franca e UFG tinham tido conceito C na avaliação anterior o que significa não alteração de nível. No entanto, foi possível observar que os programas conseguiram melhorar em vários aspectos. A UFG apresentou progressos nos quesitos referentes a atividade de formação, teses e dissertações e corpo docente, mas no que diz respeito ao corpo docente, considerado aspecto fraco na avaliação anterior, foi assinala diminuição do NRD6 e NRD5, ou seja, dos docentes com dedicação integral ao programa neste biênio, o que resultou em prejuízo na avaliação de vários outros itens relacionados à dimensão do NRD6. A Unesp/Franca apresentou proposta de programa mais articulada, mas este quesito é ainda considerado fraco; o mesmo acontece com Atividade de Pesquisa e Atividade de Formação (o tempo médio de titulação continua muito alto e o número de abandonos é

elevado); o corpo docente manteve-se forte e houve importante aumento de publicações no biênio.

O programa da USS obteve conceito D no biênio anterior e nota 2 no atual. A não alteração de nível se explica pela manutenção de inúmeros problemas que esse curso ainda muito novo não conseguiu superar. Houve grande esforço para reestruturação do programa depois da avaliação de 1996, com a saída de alguns professores que não estavam, de fato, vinculados ao curso e contratação de outros novos com dedicação integral; no entanto persiste a dificuldade de constituição de um corpo docente permanente na área de História, dedicado exclusivamente ao programa. A proposta do programa, apesar de alterada, continua sendo considerada inadequada. A produção intelectual é boa mas concentrada em alguns docentes, além do que algumas publicações indicadas como produzidas no programa constam no Relatório de outros cursos o que não é desejável. O programa teve início em 1994 e apresentou 2 titulações no biênio o que é considerado pouco tendo em vista o número de doutores vinculados ao programa (11) e o número de alunos matriculados em mestrado (23).

A Comissão pode constatar, no processo geral de avaliação, que os programas menores tiveram maior facilidade em ajustar-se aos novos padrões de avaliação CAPES, sobretudo no que se refere ao número e tempo de titulação e adequação das áreas de concentração às linhas de pesquisa e nível dos cursos. Os programas de mestrado e doutorado maiores e mais antigos continuam enfrentando dificuldades para diminuir o tempo de titulação embora tenham apresentado melhor resultado em relação à avaliação anterior (este é o caso da Usp/Social e Econômica, UFF, Unicamp). Em vários deles nota-se um número elevado de abandono que, em alguns casos, resultou de uma tentativa de “enxugamento” do corpo docente e maior exigência no cumprimento dos prazos de titulação. Nota-se, também, a partir das “Informações Complementares” que alguns programas fizeram grande esforço para reformulação da proposta do curso apontadas como inorgânicas, inadequadas e incoerentes na avaliação anterior, mas ainda se encontram numa fase transitória que não permite apresentação de melhores resultados em alguns itens importantes (este é o caso da Unesp/Assis, UFPR, Puc/RS, Unesp/Franca, UFRJ e UFMG).

Outros programas que apresentaram, na avaliação anterior, problemas de natureza estrutural como reposição do corpo docente após grande número de aposentadorias como é o caso da UFPR e UFG, ainda se defrontam com obstáculos que impedem uma evolução mais significativa.

Há que se lembrar também a situação de alguns programas que têm dificuldades de se adaptar aos novos padrões CAPES porque eles colidem com os regimentos internos da Pós-Graduação como é o caso das universidades estaduais de São Paulo. Por exemplo, nesses programas os alunos que fizeram trancamento de matrícula são também registrados, elevando ainda mais a média de tempo de titulação já bem alta naqueles que dispunham de muito tempo para terminar o trabalho.

6. Problemas de avaliação nas fichas

A comissão enfrentou problemas na avaliação de alguns itens por falta de dados ou má formulação do enunciado o que, neste caso, prejudicou o preenchimento dos formulários. Cabe destacar alguns deles:

II. Corpo Docente: Item 2 - Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa; Item 4 - Intercâmbio ou renovação do corpo docente.

O cálculo efetuado para definição do NRD6 fez com que em muitos programas a proporção de doutores desse nível em relação aos demais fosse muito pequena,

concentrando-se a grande maioria no NRD5. Este fato trouxe problemas na avaliação de outros itens que tinham como referência o NRD6

Além da dificuldade para se avaliar o intercâmbio do corpo docente por falta de dados, esse item não leva em conta a impossibilidade de renovação do quadro docente pelo fechamento das universidades públicas a novas contratações.

IV. Atividade de Formação: Item 1 - Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.

A falta de dados relativos aos cursos (programa, bibliografia, títulos sem identificação clara) impediu a avaliação mais aprofundada desse item considerado de grande importância.

V. Corpo Docente: Item 4 - Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo docente (e participação de discentes-autores da graduação). O termo discentes-autores provocou tal dificuldade de compreensão que o item não foi preenchido em vários Relatórios e em outros o preenchimento se fez de forma equivocada. Por esse motivo a comissão desconsiderou-o, atribuindo Muito Bom a todos os programas.

VI. Teses e Dissertações. Item 4 - Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos. Tendo em vista a impossibilidade de avaliar a “qualificação das Bancas”, a comissão considerou, neste item, apenas a participação de membros externos.

VII. Produção Intelectual. Item 4 - Autoria ou co-autoria de discentes. A comissão desconsiderou esse item por não se adequar às especificidades da área de História. Atribuiu o conceito Muito Bom a todos os programas.

A comissão teve grande dificuldade para levar em consideração alguns critérios constantes do documento CAPES sobre o “Perfil do Curso A”. Os itens mais problemáticos são os seguintes:

2) (p. 5) A estrutura curricular deve ter perspectiva pedagógica clara e bem fundamentada. Os programas de disciplinas devem possuir bibliografia adequada e atualizada. Nenhum desses dados constam do Relatório. Eles constam apenas das propostas para implantação de cursos de mestrado e doutorado enviadas à CAPES para pedido de credenciamento ou credenciamento. A comissão sugere que, na próxima avaliação, a CAPES apresente esses dados às comissões avaliadoras.

5) (p. 6) Deve ser considerada a qualidade das dissertações/teses cadastradas. A comissão indaga como proceder a uma avaliação desse tipo se não existe possibilidade de acesso às dissertações e teses? Além disso como avaliar qualitativamente o grande número de trabalhos cadastrados? A comissão concorda que a avaliação da qualidade é essencial e por isto sugere uma discussão com a CAPES para analisar a possibilidade de realização de um trabalho desta natureza.

7. Considerações finais

A comissão finalizou o seu trabalho tecendo considerações sobre os aspectos positivos e negativos da avaliação 1998.

Em primeiro lugar, a comissão ressalta de forma muito positiva o esforço de organização de dados feito pela Diretoria de Avaliação da CAPES representada pelo Prof. Adalberto Vasquez e a coordenação do projeto de informática representada pelo Prof. Antonio MacDowell de Figueiredo, cuja equipe se destacou pela extrema boa

vontade e gentileza no atendimento dos historiadores pouco afeitos aos números e tabelas. O fornecimento de dados quantitativos auxiliaram muito a avaliação mais precisa dos programas. O resultado desse trabalho foi produtivo pela possibilidade de situar cada item avaliado em relação à média da área, pela quantificação de dados indispensáveis à avaliação, tarefa antes realizada pelos consultores. No entanto, esta experiência teve também seus aspectos negativos: excesso de tabelas e números que, sobretudo no período inicial, não permitia ao avaliador ter discernimento entre os dados mais ou menos importantes. Além disso, quando houve necessidade de elaboração de uma tabela que contivesse dados comparativos para a classificação dos Programas, ela teve que ser feita manualmente porque o programa não oferecia essa possibilidade.

Com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de informatização dos dados a comissão sugere que se mantenham todos os dados relativos aos números utilizados na análise dos diferentes quesitos, porque eles se mostraram extremamente úteis. No entanto, os múltiplos cruzamentos e as múltiplas relações entre os dados mais atrapalharam do que ajudaram aos avaliadores. A existência de várias alternativas para a mesma variável, além de causar confusão entre os pares de avaliadores, provocava erros de resultados equivocados porque nem sempre as diferentes duplas optavam pela mesma alternativa. Isto provocou atraso na avaliação devido à necessidade de identificar esses problemas. Sugere-se, pois que os cruzamentos e alternativas múltiplos sejam simplificados para evitar dificuldades e dúvidas nas opções.

A comissão sugere, também, que seja revista a concepção dos NRDs que causou grande confusão não apenas no preenchimento dos relatórios como dificultou muito a tarefa dos avaliadores em relação aos itens definidos pelo NRD6. Chegou-se à conclusão de que, para a nossa área, a forma mais apropriada seria a de dedicação exclusiva ao programa.

Por último, mas não menos importante, a comissão deseja apontar dois aspectos considerados os mais negativos da atual avaliação comparada com a anterior:

1) A impossibilidade de se ter acesso ao relatório completo em material impresso. Sugere-se que, como na avaliação de 1996, esses relatórios sejam distribuídos antecipadamente aos consultores e coordenador da área para que possam realizar, de forma mais aprofundada e cuidadosa, a análise de cada item. O contato direto com os dados já na semana da avaliação provocou forte tensão nas equipes e preocupação de que o trabalho não estivesse sendo realizado de forma tão apurada como na avaliação anterior.

2) A supressão da etapa primeira da avaliação, com a presença de toda a comissão também foi sentida de forma negativa pela comissão, sobretudo pelos membros que participaram do processo de 1996.

Sugere-se a volta a forma anterior nestes dois itens.

Dentre as mudanças consideradas positivas, a comissão concluiu que a avaliação por programa é mais satisfatória do que a avaliação por cursos de mestrado e doutorado porque ela estimula a melhora do programa nos dois níveis.

A aferição de notas de 1 a 7 em lugar dos conceitos de A a E também foi considerada positiva porque permite classificação mais bem distribuída dos programas.

A definição dos programas de excelência tem a seu favor o estímulo de aperfeiçoamento dos programas a partir de um padrão de alto nível. Teme-se, no entanto, que nessa concorrência alguns programas apressem o início do doutorado, deixando de dispensar a necessária atenção ao mestrado, etapa que a área de História considera de especial relevância para a boa formação dos historiadores.

ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO

Comissão de Avaliação - Consultores

Mirian Jorge Warde - Representante de Área; Antonio Flávio Barbosa Moreira – UFRJ; Lucíola Licínio C. Paixão dos Santos – UFMG; Robert Verhine – UFBA; Francisco Creso Franco -Puc-Rio; Edil Vasconcellos de Paiva – Uerj; Jacques Therrien – UFC; Janete Maria Lins de Azevedo – UFPE; Maria Emília Engers - Puc/RS; Maria Hermínia Domingues – UFG; Sérgio Nobre - Unesp/Rio Claro; Sonia Barbosa Camargo Iglori - Puc/SP

1. Introdução

Este documento, respondendo à demanda da CAPES, apresenta os resultados da avaliação do biênio 96/97 e perspectivas para a área de Educação.

Com o objetivo de tornar compreensível aos programas o processo de avaliação, no documento são acrescentadas explicações relativas às etapas e aos procedimentos adotados pela Comissão de Avaliação.

2. Etapas da Avaliação

2.1. Indicação da Comissão:

Em fevereiro deste ano, foram encaminhados à Diretoria do DAA os nomes dos membros da Comissão de Avaliação. Foram efetuadas consultadas diversas e mantidos os mesmos critérios que presidiram a composição da comissão anterior: perfil acadêmico; cobertura de subáreas; presença regional e preservação de membros da comissão anterior. Acatou-se a orientação da CAPES de inclusão de um representante internacional. Com base nesses critérios a comissão foi assim formada:

- da comissão anterior, foram mantidos três membros, acrescidos da representante de área;
- sete membros novos e
- um representante internacional - prof. José Gimeno Sacristán da *Universidad de Valencia/Espanha*.

Em função das dificuldades interpostas para a presença do representante internacional, não foi confirmada a sua presença, no início de maio. Dimensionada a carga de trabalho, a representante de área decidiu convocar mais um membro para a Comissão: a Profa. Dra. Sonia B. C. Iglori, PUC/SP, por estar bastante familiarizada com os procedimentos de avaliação e por dispor de condições para assumir a agenda de compromissos da Comissão. A Comissão ficou assim composta:

Mirian Jorge Warde - Representante de Área
Antonio Flávio Barbosa Moreira - UFRJ
Lucíola Licínio C. Paixão dos Santos - UFMG
Robert Verhine - UFBA
Francisco Creso Franco -Puc-Rio
Edil Vasconcellos de Paiva - Uerj
Jacques Therrien - UFC
Janete Maria Lins de Azevedo - UFPE
Maria Emília Engers - Puc/RS

Maria Hermínia Domingues - UFG
Sérgio Nobre - Unesp/Rio Claro
Sonia Barbosa Camargo Iglioni - Puc/SP

2.2. Fases preliminares:

2.2.1) Por orientação da CAPES às coordenações, foi formada uma subcomissão para os trabalhos preliminares da avaliação. A subcomissão composta por Antonio Flávio B. Moreira, Creso Franco e Robert Verhine trabalhou com a coordenação em praticamente todas as fases preparatórias.

2.2.2) Nos dias 17 a 19 de março, a subcomissão esteve reunida em Brasília, para: as instruções gerais da CAPES; o estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação; definição do perfil de excelência; a partir do aplicativo *Qualis*, a tipificação e a classificação dos veículos de divulgação utilizados pelos programas, em 1996 e simulação da avaliação. Todas essas tarefas foram iniciadas naqueles dias, mas só foram completadas na semana que antecedeu o processo efetivo de avaliação.

2.2.3) Para definição dos critérios e parâmetros, a representante de área manteve até fins de abril contatos frequentes com a CAPES e a Coppe para discussão minuciosa dos instrumentos e indicadores a serem utilizados para avaliação, bem como para solicitação de documentos e indicadores adicionais. Durante esse período, a subcomissão tornou a se reunir em São Paulo e trocou regularmente informações através de meios eletrônicos.

2.2.4) Ainda em 23 de abril, foi realizada uma reunião em Brasília com os coordenadores de programas e os membros da comissão de avaliação com vistas à apresentação dos procedimentos de avaliação. Nessa oportunidade, sugestões foram apresentadas, dentre as quais algumas puderam ser incorporadas, nos limites dos instrumentos disponíveis.

2.3. Manipulação do aplicativo *Qualis*:

2.3.1) O *Qualis* é um aplicativo que arrola todos os periódicos, revista/jornais e eventos científicos registrados pelos programas nos anos de 1996 e 1997. As tarefas executadas, diante dessas listagens, foram: confirmação ou (re)tipificação dos registros; classificação, segundo os âmbitos de circulação, em internacionais, nacionais e locais; hierarquização em A, B e C. Essas tarefas foram de difícil execução, por uma série de fatores, dentre os quais merecem destaque:

- a distinção entre “periódico” e “revista/jornal” não encontra respaldo nas categorizações adotadas nacional e internacionalmente. Assim, é provável que, para a maioria dos autores que registraram suas produções no biênio, a distinção constante do instrumento de coleta não tenha feito sentido, e, por isso, as listas acusam uma distribuição confusa e aleatória entre “periódicos”, “revistas/jornais” e, até mesmo, publicações originárias de congressos e correlatos;

- a área não tem trabalhos completos e atualizados sobre a matéria;

- as listas extraídas dos relatórios eram muito grandes; sem descontar as repetições, constam em torno de 1.927 publicações (anais e assemelhados) de eventos; 853 periódicos e 494 revistas/jornais;

- somadas as três listas, a grande maioria reporta-se a veículos alheios à área de Educação, dentre os quais parcela considerável não diz respeito sequer às áreas afins.

2.3.2) consideradas as dificuldades apresentadas, a comissão pediu a colaboração à Diretoria e aos coordenadores de GTs da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Apenas dois coordenadores de GTs responderam à

solicitação. Já a Diretoria da Anped efetuou consultas especializadas e ofereceu uma boa colaboração de natureza conceitual.

2.3.3) A comissão, por razões de ordem estritamente prática e visando exclusivamente a avaliação do biênio 96/97, decidiu trabalhar com a seguinte categorização:

⇒ **Periódicos**: todos os veículos **acadêmicos especializados** (incluídos: **Journal e Review**).

⇒ **Revistas e jornais** todos os veículos **não acadêmicos - especializados e não especializados** (as modalidades internas foram distinguidas através das menções A, B e C) (incluídos: **Bulletin, Magazine, NewsLetters e Newspapers**).

2.3.4) Mediante essa categorização e procedidas consultas amplas e de diferente natureza, o trabalho iniciado em março foi completado até a primeira semana de maio, com a (re)tipificação dos periódicos, revistas/jornais e anais; a classificação seus âmbitos de circulação e a hierarquização nos três níveis acima indicados.

2.3.5) Com base no aplicativo *Qualis*, foi organizada a produção intelectual (bibliográfica e técnica) dos programas para efeito da avaliação desse quesito.

2.4. A Avaliação

A avaliação teve início na semana de 11 a 16 de maio. Nesses dias, foram avaliados os quesitos I a VI e redigidas as respectivas apreciações de todos os 46 programas da Área. Na semana de 18 a 26 foram conferidas as fichas. Entre os dias 26 a 29 de maio foi efetuada a avaliação e a redação das apreciações do quesito VII - Produção Intelectual. Nos dias 30 e 31 de maio, a comissão tornou a se reunir para completar e corrigir os últimos detalhes das fichas de avaliação, bem como encerrar os trabalhos, conferindo os conceitos finais.

3. Metodologia de Avaliação

3.1. Perfil de Excelência:

A Área de Educação destacou como traços de excelência:

- Promoção de impactos científico-acadêmicos na Área, através da produção intelectual do corpo docente e discente; da participação dos docentes nas associações acadêmicas e assessorias científicas da Área; da formação de pesquisadores e docentes para instituições do ensino superior; do apoio à criação de cursos novos;

- Criação de ambiente acadêmico através de intercâmbios científicos nacionais e internacionais, convênios e eventos científicos que promove;

- Elaboração de uma proposta de programa que prima pela consistência e coerência; pelo caráter inovador; pela especificidade e pertinência à Área.

3.2. Escalas para atribuição dos conceitos finais:

A comissão de avaliação trabalhou com duas escalas e conferiu os conceitos finais separando os dois conjuntos de programas: mestrado e mestrado/doutorado*.

3.2.1) Mestrado/Doutorado:

- 7: $m \geq 9,5$ (excelente)
- 6: $9,5 > m > 8,5$ (excelente)
- 5: $m = 8,5$ (muito Bom)
- 4: $8,5 > m \geq 7,0$ (bom)
- 3: $7,0 > m \geq 5,0$ (regular)
- 2: $5,0 > m \geq 3,5$ (fraco)
- 1: $m < 3,5$ (deficiente)

3.2.2) Mestrado:

- 5: $m \geq 8,5$ (muito bom + traços de excelência)
- 4: $8,5 > m \geq 7,0$ (bom)
- 3: $7,0 > m \geq 5,0$ (regular)
- 2: $5,0 > m \geq 3,5$ (fraco)
- 1: $m < 3,5$ (deficiente)

3.2.3) Faixas passíveis de alteração:

Mestrado/Doutorado:

- entre 5, 6 e 7 (a partir dos critérios de excelência)
- entre 4 e 5 ($m \geq 8,0$)
- entre 3 e 4 ($m \geq 6,5$)

Mestrado:

- entre 4 e 5 ($m \geq 8,0$)
- entre 3 e 4 ($m \geq 6,5$)

⇒ Critérios para alteração:

- comportamento *muito bom* e *bom* dos quesitos mais valorizados pela área;
- boa proposta, boa estruturação, mas desempenho ainda pouco significativo (cursos recentes; cursos em reestruturação e assemelhados);
- impactos negativos de conjuntura que interferiram negativamente nos resultados de certos quesitos;
- qualidade da proposta do programa.

3.3. Princípios Gerais:

3.3.1) A unidade de referência para avaliação são os programas da Área, sejam eles compostos de mestrado ou de mestrado e doutorado. Para se evitar uma avaliação que discrimine negativamente os programas que mantêm somente o mestrado, a Área trabalhou com duas escalas - uma para mestrado de 1 a 5, e outra para mestrado/doutorado de 1 a 7;

* A Comissão da área trabalhou com as faixas originalmente estabelecidas pela CAPES, a partir das quais havia organizado, entre março e a primeira semana de avaliação em maio, todos os seus procedimentos de avaliação.

3.3.2) Os programas da Área de Educação foram avaliados da perspectiva acadêmico-científica (proposta, estrutura e resultados). Ou seja, o perfil extensionista ou profissionalizante foi subordinado àquela perspectiva;

3.3.3) As atividades e resultados privilegiados dizem respeito ao programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, e não às suas relações ou implicações diretas ou imediatas com a graduação;

3.3.4) Abordagem do biênio: seguindo a base conceitual do sistema de avaliação, a área examinou os programas de dupla perspectiva: no que tange à proposta e aos elementos de estruturação do programa, os dois anos (96/97) foram considerados como unidade; no que se refere aos resultados das atividades, os dois anos foram destacados, de modo a ser aferida, no ano de 97, a tendência de desempenho do programa.

3.4. Critérios e parâmetros:

3.4.1. Proposta do programa

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Coerência e consistência da proposta do programa.	A ou I	[MB/B/R/F/D]
2	Adequação e abrangência das áreas de concentração.	A ou I	[MB/B/R/F/D]
3	Adequação e abrangência das linhas de pesquisa à proposta do programa.	A ou I	[MB/B/R/F/D]
4	Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.	A ou I	[MB/B/R/F/D]
5	Caráter inovador da proposta do programa.	A ou I	[MB/B/R/F/D]
6	Especificidade e pertinência à área de Educação.	A ou I	[MB/B/R/F/D]
	Tendência Dominante**	[A / I]	[MB/B/R/F/D]

*Atributos: A - Adequado; I - Inadequado.

**Tendência Dominante: atributo predominante entre os itens; não havendo predominância, a comissão deve definir.

Em função do lugar ocupado pela proposta na avaliação e do que a constitui, a comissão iniciou o trabalho de avaliação de cada programa por este quesito, mas concluiu-a somente ao final dos trabalhos. O exame da proposta dos programas centrou-se nos seguintes aspectos:

a. Inserção do quesito PROPOSTA DO PROGRAMA na avaliação:

- conta para efeito de “qualificação” dos dados pertinentes aos demais quesitos (observe-se que a proposta aparece regularmente no primeiro item dos demais quesitos);
- conta na avaliação final e
- também como traço distintivo de excelência;

b. Composição do quesito PROPOSTA DO PROGRAMA:

- compõem a proposta do programa: objetivos, metas e orientações gerais; nível dos cursos oferecidos e seus anos de início; áreas de concentração, grandes linhas de

pesquisa, áreas de conhecimento correlatas e afins; requisitos formais para inscrição e titulação; configuração geral do corpo docente. **Destaque-se:** coerência e consistência da proposta; seu caráter inovador e sua especificidade e pertinência à Educação;

c. Definições para aferir a adequação da PROPOSTA DO PROGRAMA:

- as **Informações Complementares** foram lidas integralmente, exatamente para se colher os elementos que compõem a Proposta do Programa.
- **Itens 1, 3, 5 e 6:** estes itens compõem 90% do quesito e através deles que se efetuou a apreensão global da proposta do programa;
- **Item 2:** o peso “simbólico” conferido a este item espelha a tendência da Área de secundarizar ou ignorar “área de concentração”; em contrapartida o peso do item 3, deve-se exatamente à valorização da área aos “eixos temáticos”, às “linhas de pesquisa”;
- **Item 4:** também foi conferido um peso “simbólico”, pois a configuração do corpo docente já tem peso forte no conjunto da avaliação.

3.4.2. Corpo docente

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	25	[MB/B/R/F/D]
2	Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no programa.	30	[MB/B/R/F/D]
3	Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às áreas de concentração e linhas (e projetos) de pesquisa. Qualificação do NRD6.	30	[MB/B/R/F/D]
4	Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	15	[MB/B/R/F/D]
5	[a critério da Comissão]	[≥0]	[MB/B/R/F/D]
6	[a critério da Comissão]	[≥0]	[MB/B/R/F/D]
	Tendência Dominante**	100	[MB/B/R/F/D]

*Atributos: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

**Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos itens.

O Corpo Docente (como parte dos recursos humanos) é o primeiro elemento de estruturação do programa a ser avaliado. O exame deste quesito centrou-se nos seguintes aspectos:

a. Inserção do quesito CORPO DOCENTE na avaliação (15%):

- visa a análise da composição, qualificação, dedicação e atividades do corpo docente, bem como a composição, qualificação e atividades do corpo complementar (pesquisadores e outros participantes);

b. Composição do quesito CORPO DOCENTE:

- **constitui o corpo docente:** o professor SP/CLT; o professor visitante, o bolsista recém-doutor e o outro [“outro” = não se enquadra nos SP/CLT; Professor Visitante;

Bolsista Recém-Doutor; é uma forma genérica para incluir modalidades diversas; por exemplo, professores aposentados também deveriam estar cadastrados nesta categoria].

- **corpo complementar** (recursos humanos complementares): pesquisador e outro participante [“outro participante” = categoria destinada ao cadastro daqueles que colaboraram complementar ou apenas indiretamente com as atividades do programa: membros externos de banca de tese, co-autores externos, membros externos de equipes de projeto, etc.];

- para todos os fins, é o **NRD6** que foi utilizado como referência, ou seja: o docente SP/CLT com período mínimo de 9 meses de atividade no programa, com regime de trabalho mínimo de 30 horas semanais e dedicação ao programa superior a 30% da carga horária contratada, todos no Ano-Base.

c. Definições para aferir a adequação do CORPO DOCENTE:

- Item 1: Foi o último a ser avaliado neste quesito, pois demandava um balanço geral da configuração do corpo docente;

- Item 2: o NRD6 serviu para a verificação da base mais permanente, mais duradoura sobre a qual o programa se apoiou no biênio. Esse indicador não foi utilizado para desvalorização ou desconsideração de outras participações docentes, mas, sim, para a verificação do corpo docente que “ancorou” o programa (no que tange ao ensino, à pesquisa, à orientação, à produção intelectual), bem como para efeito de verificação da dependência ou não das demais modalidades docentes; as *outras atuações* do NRD6/corpo docente no programa contribuíram, especialmente, para a aferição da excelência do programa;

- Item 3: Verificou-se a qualificação do NRD6: tempo de titulação; áreas de titulação (considerando a área e as subáreas implicadas na proposta do programa). Foi considerado o título máximo de “doutor” (as demais titulações são internas às IES ou são oficialmente pouco seguras).

- Item 4: Foram levados em conta os recém-doutores, visitantes, pós-doutorantes, pesquisadores e outros diretamente envolvidos com as atividades do programa (dentre essas modalidades não devem ser considerados os “outros participantes”). Neste item, não se pretendeu julgar a dependência dessas modalidades de docentes, mas a capacidade de intercâmbio, renovação, atração acadêmica que o programa exerce.

d. Parâmetros e Escalas de Referência para Avaliação do CORPO DOCENTE:

- Item 1: Caracterização Geral do Corpo Docente. Todos as escalas e parâmetros de referência apresentados relativos ao quesito Corpo Docente foram considerados integralmente para a avaliação deste item.

- Item 2: Dimensão e Atuação do NRD6.

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados :*

• NRD6	≥ 60%
(NRD6)	
• Docência na PG	100%
• Docência na graduação	≥ 25%
• Orientação na PG	³ 90%
• Autoria e co-autoria	≥ 90%
• Banco Examinadora	≥ 90%
• Equipe de Projeto	≥ 90%

* Os parâmetros referem-se sempre ao atributo BOM.

Escala de referência para a dimensão e atuação do NRD6 em relação ao corpo docente como um todo:

MB $\geq$ 70%; B $\geq$ 60%; R $\geq$ 50%; F $\geq$ 40% e D $<$ 40%

- Item 3: Abrangência, especialização e qualificação do NRD6.

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

(todos e o NRD6)	
• Doutor	100%

Escala de referência para o tempo de titulação do NRD6: 02 anos e mais de titulação

MB $\geq$ 70%; B $\geq$ 60%; R $\geq$ 50%; F $\geq$ 40% e D $<$ 40%

Escala de referência para as áreas de titulação do NRD6:

MB $\geq$ 80% na área de Avaliação/Área Básica/Área de Conhecimento/Áreas Afins e $\leq$ 20% externas

B $\geq$ 70% na área de Avaliação/Área Básica/Área de Conhecimento/Áreas Afins e $\leq$ 30% externas

R $\geq$ 60% na área de Avaliação/Área Básica/Área de Conhecimento/Áreas Afins e $\leq$ 40% externas

F $\geq$ 50% na área de Avaliação/Área Básica/Área de Conhecimento/Áreas Afins e $\leq$ 50% externas

D $\geq$ 40% na área de Avaliação/Área Básica/Área de Conhecimento/Áreas Afins e $\leq$ 60% externas

- Item 4: Intercâmbio e renovação do corpo docente

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• SP/CLT	$\geq$ 80%
• Professor Visitante	$\geq$ 0% e $\leq$ 5%
• NRD1 / Total	$\geq$ 90%
• NRD4 / Total	$\geq$ 80%
• NRD6 / NRD3	$\geq$ 90%
• Doutorado	$\geq$ 50%
• Equipe de Projeto	$\geq$ 90%
• Doutorado	100%
• Banca	$\geq$ 70%
Examinadora	

- Geral: Outros parâmetros de referência referente ao quesito I.

(Todo o Corpo Docente)	
• Docência na PG	100%
• Docência na graduação	$\geq$ 50%
• Orientação na PG	$\geq$ 70%
• Autoria e co-autoria	$\geq$ 70%

autoria • Banco examinadora • Equipe de projeto	
--	--

3.4.3. Atividades de pesquisa

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Adequação e abrangência dos projetos e linhas de pesquisa em relação às áreas de concentração. (consistência e coerência das linhas e projetos de pesquisa em relação à proposta do programa).	25	[MB/B/R/F/D]
2	Vínculo entre linhas e projetos de pesquisa. (coerência e vínculo dos projetos com as linhas de pesquisa).	25	[MB/B/R/F/D]
3	Adequação da quantidade de linhas e projetos de pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6. (Distribuição das linhas e projetos de pesquisa em andamento pelo NRD6. Relação entre as linhas e projetos de pesquisa e a qualificação do NRD6).	25	[MB/B/R/F/D]
4	Participação do corpo discente nos projetos de pesquisa.	10	[MB/B/R/F/D]
5	Relação entre os projetos (concluídos) e os relatórios de pesquisa.	10	[MB/B/R/F/D]
6	Financiamento/apoio de agências.	5	[MB/B/R/F/D]
	Tendência Dominante **	100	[MB/B/R/F/D]

*Atributos: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

**Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos itens.

As atividades de pesquisa são o segundo elemento de estruturação do programa avaliado. Foram destacados os seguintes aspectos na análise deste quesito:

a. Inserção do quesito Atividades de Pesquisa na avaliação (20%):

- com este quesito pretende-se verificar a quantidade e qualidade das atividades de pesquisa que estruturam o programa. Com base nos indicadores relativos a este quesito, pretende-se aferir, posteriormente, os resultados obtidos pelo programa, especialmente no que tange às dissertações e teses e à produção intelectual;
- este quesito é fortemente ligado à proposta do programa;
- por isso, exigiu uma carga significativa de avaliação qualitativa. Em decorrência, a avaliação deste quesito dependeu muito do conhecimento da comissão sobre as pesquisas em andamento na área; sobre “quem está pesquisando o que”; sobre as tendências atuais de pesquisa na área e nas subáreas e assim por diante;

b. Composição do quesito Atividades de Pesquisa:

- compõem estas atividades as linhas e projetos de pesquisa.

c. Definições para aferir a adequação das Atividades de Pesquisa:

- Item 1: foi o último a ser avaliado neste quesito, pois demanda um balanço geral da configuração das atividades de pesquisa;
- Item 2: foi verificada a relação efetiva entre as ementas dos projetos e as ementas das linhas (não somente o registro de que se trata de um projeto vinculado ou não); se a(s) temática(s) da(s) linha(s) está(ão) bem contemplada(s) na(s) temática(s) do(s) projeto(s); se a quantidade e natureza do(s) projeto(s) isolados não afeta o papel estruturante das linhas de pesquisa;
- Item 5: neste item, pretendeu-se avaliar a relação entre projetos de pesquisa concluídos e um tipo específico de resultado - “relatórios de pesquisa” -, pois outras modalidades de resultados seriam aferidas no quesito Produção Intelectual;
- Item 6: este item foi incluído pela Área por se considerar de fundamental importância que os projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos programas passem pelo crivo das assessorias acadêmicas das agências de fomento. Por outro lado, a ele foi conferido um peso “simbólico” em decorrência da grande redução, no biênio, dos financiamentos e apoios das agências.

d. Parâmetros e escalas de referência para avaliação das Atividades de Pesquisa:

- Item 2: Coerência e vínculo dos projetos com os linhas

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Projetos vinculados	$\geq 70\%$
-----------------------	-------------

Escala de referência para a coerência e vínculo dos projetos com as linhas de pesquisa:

MB $\geq 80\%$; B $\geq 70\%$; R $\geq 60\%$; F $\geq 50\%$ e D $< 50\%$

- Item 3: Distribuição das linhas e dos projetos pelo NRD6. Relação com a qualificação do NRD6

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

(NRD6) • Equipe de Projeto	$\geq 70\%$
-------------------------------	-------------

Escala de referência para a participação do NRD6 em equipe de projeto:

MB $\geq 90\%$; B $\geq 70\%$; R $\geq 50\%$; F $\geq 30\%$ e D $< 30\%$

- Item 4: Participação discente nos projetos de pesquisa

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Alunos envolvidos (AE) • Alunos de mestrado envolvidos (AME) • Alunos de doutorado envolvidos (ADE)	AE/Total A $\geq 0,70$ (AME/Total AM) $\geq 0,60$ (ADE/T AD) $\geq 0,80$
---	--

• Equipe de	$\geq 70\%$
-------------	-------------

projeto	
---------	--

• Linhas de pesquisa • Projetos de pesquisa	$\geq 80\%$ $\geq 60\%$
--	----------------------------

- Item 5: Relação entre projetos concluídos e relatórios

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Relatórios / Projetos Concluídos	$\geq 70\%$
--	-------------

- Item 6: Financiamento/apoio das agências

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Projetos com Financiadores	$\geq 70\%$
--	-------------

Escala de referência para o financiamento/apoio de agências:

MB $\geq 80\%$; B $\geq 70\%$; R $\geq 60\%$; F $\geq 50\%$ e D $< 50\%$

3.4.4. Atividades de formação

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Adequação e abrangência da estrutura curricular relativamente à proposta do programa e às suas áreas de concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às linhas e projetos de pesquisa.	30	[MB/B/R/F/D]
2	Distribuição da carga letiva e carga horária média (pelo NRD6). Participação de outros docentes.	30	[MB/B/R/F/D]
3	Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Número médio de orientandos por docente. [distribuição da orientação entre os docentes]	25	[MB/B/R/F/D]
4	Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	5	[MB/B/R/F/D]
5	Outras atividades acadêmico-científicas promovidas pelo programa.	10	[MB/B/R/F/D]
6	[a critério da Comissão]	[≥ 0]	[MB/B/R/F/D]
	Tendência Dominante**	100	[MB/B/R/F/D]

*Atributos: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

**Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos itens.

As Atividades de Formação compõem o terceiro elemento de estruturação do Programa avaliado. Foram destacados para o exame deste quesito:

a. Inserção do quesito Atividades de Formação na avaliação (15%):

- com este quesito pretende-se verificar como o programa está preparando seus mestrandos e doutorandos; que padrão formativo está ofertando aos seus alunos;
- com base em que “perfil” de mestre e de doutor o programa estão organizando suas atividades formativas.

b. Composição do quesito Atividades de Formação:

- compõem estas atividades: a estrutura curricular do programa (Me e/ou Do);
- as disciplinas ministradas no ano base e
- a carga docente e orientação

c. Indicadores/relatórios e Itens/Pesos para aferir a adequação das Atividades de Formação:

• Item 1: foi o último a ser avaliado neste quesito, pois demanda um balanço geral da configuração das atividades de formação;

• Item 2: foi avaliado, em primeiro lugar, se é o NRD6 que sustentou as atividades curriculares ou se houve dependência dos demais; em contrapartida, foi verificada a natureza da colaboração dos demais na docência. Deve ser avaliado, também, se houve uma distribuição equilibrada das atividades de docência entre os professores do NRD6;

• Item 3: foi avaliado, em primeiro lugar, se é o NRD6 que sustentou as atividades de orientação ou se houve dependência dos demais. Foi avaliado, também, se houve uma distribuição equilibrada das atividades de orientação entre os professores do NRD6 e o número médio de orientandos pelo NRD6. Os dados disponíveis sobre a distribuição da orientação entre os docentes foram “qualificados”, de sorte a verificar se as “discrepâncias” decorreram da presença de docentes recém-ingressos no programa, face os docentes mais antigos (o que não é *per se* negativo; situação oposta: professores mais antigos com cargas muito diferentes; professores novos com cargas muito diferentes e/ou muito altas e assim por diante);

• Item 4: o peso “simbólico” conferido a este item decorreu do entendimento de que é o programa de pós-graduação que está sendo avaliado; a presença (grande ou pequena) ou ausência dos docentes do programa na graduação depende da configuração de cada IES. Neste caso só há duas referências: “ter” ou “não ter” atividade na graduação;

• Item 5: a Área incluiu na avaliação a quantidade e a qualidade das atividades acadêmico-científicas que o Programa promoveu no biênio e que contribuíram para ampliar e aprofundar as atividades disciplinares regulares, bem como para promover intercâmbios. Este item não diz respeito às “Atividades de Extensão”, que foram registradas nos “Complementos” da ficha de avaliação.

d. Parâmetros e escalas de referência para avaliação das Atividades de Formação:

- Item 2 e 4: Distribuição da carga letiva

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• <i>Oferta/estrutura curricular Mestrado</i> • Oferta/estrutura curricular – Doutorado • Disciplinas ministradas por docentes	$\geq 80\%$ $\geq 80\%$ 100%
(NRD6) • Disciplinas por docentes	$\geq 60\%$
(NRD6) • Disciplinas de graduação por docente • Disciplinas de pós-graduação por docente • Média de disciplinas	$M = 0,5$ $M = 3$ e $>$ do que a M dos demais docentes $M = 3,5$

Escala de referência para a carga letiva na PG do NRD6:
MB $\geq 80\%$; B $\geq 60\%$; R $\geq 40\%$; F $\geq 20\%$ e D $< 20\%$

- Item 3 e 4: Quantidade de orientadores do NRD6

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

(NRD6) • Orientadores na PG por docente • Orientandos da PG por docente • Orientandos da PG por orientador • Número máximo de orientações na PG • Número máximo do total de orientações (GR e PG)	$M = 0,9$ e $>$ do que para os demais docentes $M = 7$ e $>$ do que para os demais docentes $M = 8$ e $>$ do que para os demais docentes 10 e $>$ do que para os demais docentes ≤ 15
---	--

Escala de referência para a carga de orientação na PG do NRD6:
MB $\geq 80\%$; B $\geq 60\%$; R $\geq 40\%$; F $\geq 20\%$ e D $< 20\%$.

- Item 5: Outras atividades acadêmico-científicas

Parâmetros para as atividades complementares a serem consideradas (seminário, ciclo de estudos e equivalentes) relativos a: 1) projetos de pesquisa em andamento; 2) resultados de projetos de pesquisa concluídos 2) convênios com grupos de pesquisa nacionais ou internacionais; 3) abertura de uma nova linha ou projeto de pesquisa; 4) aprofundamento teórico de temas envolvidos nas atividades de pesquisa ou de formação. A presença de convidados externos ao Programa (nacionais ou internacionais) merece especial atenção.

Escala de referência para as atividades acadêmico-científicas complementares:

MB ≥ 04 atividades no Ano Base; B = 03 atividades no Ano Base; R = 02 atividades no Ano Base; F = 01 atividade no Ano Base e D = 0 atividade no Ano Base.

3.4.5. Corpo discente

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.	30	[MB/B/R/F/D]
2	Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.	5	[MB/B/R/F/D]
3	Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40	[MB/B/R/F/D]
4	Número de discentes-autores [de produção Intelectual] da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação].	25	[MB/B/R/F/D]
5	[a critério da Comissão]	[≥0]	[MB/B/R/F/D]
6	[a critério da Comissão]	[≥0]	[MB/B/R/F/D]
	Tendência Dominante**	100	[MB/B/R/F/D]

*Atributos: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

**Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos itens.

O Corpo Discente é o primeiro elemento dos resultados de atividades do programa a avaliado. Destacaram-se neste quesito:

a. Inserção do quesito Corpo Discente na avaliação (10%):

- este quesito visa aferir a composição do corpo discente; tendências de evolução quantitativa; relações entre entrada/saída (titulações, desistências etc.)

b. Composição do quesito Corpo Discente:

- compõem este quesito: o fluxo de alunos no ano base;
- a dimensão do corpo discente em relação ao corpo docente;
- número de orientandos em relação ao corpo discente;
- número de discentes-autores em relação ao corpo discente.

c. Definição dos itens para aferir o desempenho do Corpo Discente:

- Item 1: Foi verificado se o programa não está sobrecarregando o NRD6 em função do ingresso de novos alunos.
- Item 2: a este item foi conferido peso “simbólico”, bem como “neutralizado”, pois o número de orientandos em relação ao corpo docente varia muito em função das dinâmicas internas dos programas decorrentes de suas Atividades de Formação. Em todas as fichas de avaliação aplicou-se o atributo bom,
- Item 3: este é o item fundamental quanto ao fluxo de alunos.
- Item 4: Considerou-se apenas os discentes-autores da pós-graduação. Este item diz respeito especificamente à Produção Intelectual.

d. Parâmetros e escalas de referência para avaliação do corpo discente:

- Item 1: Dimensão do corpo discente/NRD6

Escala de referência para a relação alunos/NRD6:

MB = até 12; B = até 15; R = até 18; F = até 20 e D = mais de vinte

- Item 2: Número de orientandos/dimensão do corpo docente

Foi conferido o atributo BOM em todas as fichas.

- Item 3: Número de titulados x abandonos
Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

1 - nº de abandonos e desistências (1996 + 1997) , nº de titulados = 70%

Escala de referência quanto às “saídas” (por titulação ou por abandono/desistência) dos alunos:

MB $\geq$ 90% de titulados; B $\geq$ 70% de titulados; R $\geq$ 50% de titulados; F $\geq$ 30% de titulados e D < 30% de titulados.

- Item 4: Número de discentes autores (produção intelectual)/corpo discente
Valores de referência para o número de discentes-autores (produção intelectual):
MB $\geq$ 60%; B $\geq$ 40%; R $\geq$ 20%; F $\geq$ 10% e D < 10%

3.4.6. Teses e dissertações

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Vínculo (e coerência) das teses e dissertações com áreas de concentração e com linhas e projetos de pesquisa; adequação ao nível dos cursos.(proposta do programa)	35	[MB/B/R/F/D]
2	Tempo médio de titulação de bolsistas; (tempo médio de bolsa). Relação entre o tempo médio de bolsistas e de não bolsistas.	35	[MB/B/R/F/D]
3	Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	5	[MB/B/R/F/D]
4	Qualificação (perfil) das bancas examinadoras. Participação de membros externos.	15	[MB/B/R/F/D]
5	Número de orientadores em relação à dimensão do NRD6.	10	[MB/B/R/F/D]
6	[a critério da Comissão]	[$\geq$ 0]	[MB/B/R/F/D]
	Tendência Dominante**	100	[MB/B/R/F/D]

*Atributos: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

**Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos itens.

As teses e dissertações são o segundo elemento dos resultados de atividades do Programa a ser avaliado. O exame deste quesito centrou-se nos seguintes aspectos:

a. Inserção do quesito Teses e Dissertações na avaliação (20%):

- com este quesito tem-se por intenção um dos produtos principais das atividades desenvolvidas pelo programa. No que tange às expectativas de produção discente, este é o produto principal;

- neste quesito busca-se a aferição não só quantitativa, mas também qualitativa das dissertações e teses, particularmente através do seu cotejamento com a proposta do programa.

b. Constituição das Teses e Dissertações:

- compõem este quesito: a quantidade de teses e dissertações em relação ao corpo discente;
- o vínculo e a coerência das teses e dissertações com a proposta do programa;
- o perfil das bancas examinadoras e
- os orientadores em relação ao NRD6

c. Definição dos itens para aferir a adequação das Teses e Dissertações:

- Item 1: Este item é de fundamental importância. Através dele pode-se aferir se a proposta do programa (área de concentração ou eixo temático ou núcleo, linhas e projetos de pesquisa) está se expressando, se efetivando na produção discente principal. Neste momento a verificação de coerência entre as atividades de formação e de pesquisa e os resultados obtidos nas dissertações e teses é decisiva.

- Item 2: O resultado desse item foi obtido mediante o tempo médio de titulação de bolsistas e não bolsistas;

- Item 3: A este item foi conferido peso “simbólico” já que o número de titulados tem pouco a ver com a dimensão do NRD6 no ano base.

- Item 4: Quanto à qualificação das bancas examinadoras = doutor e notório saber. Foram considerados “membros externos” todos os que estão excluídos do NRD (1 a 6);

- Item 5: Este item aferiu o número de orientadores do NRD6 que estiveram envolvidos nas titulações;

d. Parâmetros e Escalas de Referência para Avaliação das Teses e Dissertações:

- Item 1: Vínculo com proposta do programa:

Escala de referência quanto à coerência das teses e dissertações com a proposta do programa:

MB $\geq$ 90%; B $\geq$ 70%; R $\geq$ 50%; F $\geq$ 30% e D $<$ 30%

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Área de Concentração • Linha de Pesquisa • Projeto de Pesquisa	100% $\geq$ 80% $\geq$ 60%
--	----------------------------------

- Item 2: Tempo médio de titulação (bolsistas e não bolsistas)

Escala de referência quanto ao tempo médio de titulação de mestrados bolsistas e não bolsistas:

MB - média $\leq$ 33 meses; B - média $\leq$ 39 meses; R - média $\leq$ 45 meses; F - média $\leq$ 51 meses e D - média $>$ 51 meses

Escala de referência para o tempo médio de titulação de doutorandos bolsistas e não bolsistas:

MB - média $\leq$ 51 meses; B - média $\leq$ 57 meses; R - média $\leq$ 63 meses; F - média $\leq$ 69 meses e D - média $>$ 69 meses

- Item 3: Titulados por NRD6

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Doutorado por NRD6	1,0
• Mestrado por NRD6	0,8

- Item 4: Qualificação das bancas examinadoras

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Banca examinadora (doutorado): docente	≥ 60%
• Banca examinadora (mestrado): docente	≥ 66,6%
• Banca examinadora: doutor + notório saber	100%

Valores de referência para a participação de membros externos:

Mestrado: 03 membros, 01 externo $\Rightarrow$ 33%

Doutorado: 05 membros, 03 externos $\Rightarrow$ 40%

Escala de referência para participação externa em bancas examinadoras:

MB - $33,3\% \leq$ participação externa $\leq 50\%$; B - $25\% \leq$ participação externa $\leq 33,3\%$;

R - $20\% \leq$ participação externa $\leq 25\%$; F - $10\% \leq$ participação externa $\leq 20\%$ e D - participação externa $< 10\%$.

- Item 5: Orientadores por NRD6

Escala de referência para o número de orientadores pelo

NRD6:

MB $\geq 80\%$; B $\geq 60\%$; R $\geq 40\%$; F $\geq 20\%$ e D $< 20\%$

3.4.7. Produção intelectual

	Itens	Pesos	Avaliação*
1	Adequação dos tipos de produção à proposta do programa e vínculo com as áreas de concentração ou linhas e projetos de pesquisa ou teses e dissertações.	20	[MB/B/R/F/D]
2	Qualidade dos veículos ou meios de divulgação.	25	[MB/B/R/F/D]
3	Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes. (quantidade da produção bibliográfica adequada à proposta e às atividades do programa em relação à dimensão do NRD6. Distribuição pelo NRD6).	30	[MB/B/R/F/D]
4	Autoria ou co-autoria de discentes. (quantidade da produção bibliográfica e técnica dos discentes-autores em relação à dimensão do corpo discente).	5	[MB/B/R/F/D]
5	Quantidade da produção bibliográfica e técnica adequada à proposta e às atividades em relação à dimensão dos outros docentes.	10	[MB/B/R/F/D]
6	Quantidade da produção técnica adequada à proposta e às atividades em relação à dimensão do NRD6. Distribuição pelo NRD6.	10	[MB/B/R/F/D]

Tendência Dominante**	100	[MB/B/R/F/D]
------------------------------	-----	--------------

*Atributos: MB - Muito Bom; B - Bom; R - Regular; F - Fraco; D - Deficiente.

**Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos itens.

A produção intelectual é o terceiro e último elemento dos resultados de atividades do programa examinado. A ele foram conferidos os seguintes destaques:

a. Inserção do quesito Produção Intelectual na avaliação (20%):

- com este quesito, somado às dissertações e teses, pretende-se verificar os resultados acadêmicos-científicos obtidos pelo programa; não casualmente, a estes dois quesitos foram conferidos pesos idênticos
- neste quesito buscou-se a aferir não só quantitativa, mas também qualitativa da produção bibliográfica e técnica, através do cotejamento com a proposta do programa, bem como através dos veículos de divulgação/apresentação utilizados;
- com este quesito, ainda, verificou-se, a quantidade e a distribuição da produção intelectual em relação NRD6, aos demais docentes e aos discentes.

b. Composição do quesito Produção Intelectual:

- compõem este quesito: a quantidade e distribuição da produção intelectual (bibliográfica e técnica) em relação NRD6;
- a quantidade da produção intelectual (bibliográfica e técnica) em relação aos demais docentes;
- a quantidade da produção intelectual (bibliográfica e técnica) em relação ao corpo discente;
- adequação da produção intelectual do programa em relação à sua proposta (com destaque a áreas de concentração/eixos temáticos/núcleos e linhas/projetos de pesquisa);
- qualidade dos veículos de divulgação e apresentação.

c. Definição dos itens para aferir a adequação da Produção Intelectual:

- Item 1: seleção da produção registrada, considerando-se a área e as subáreas implicadas na proposta do programa;
- Item 2: neste item foram verificados a qualidade dos veículos de divulgação (periódicos, anais e editoras). Neste item foi aferido se a produção bibliográfica do programa distribui-se equilibradamente entre veículos internacionais, nacionais e locais ou se há uma concentração em veículos de tipo local.
- Item 3: Este é o item de maior peso no quesito. Para efeito de sua avaliação - quantidade e distribuição da produção bibliográfica selecionada em relação à dimensão do NRD6 - foram observados os seguintes índices de produção bibliográfica: artigos completos em periódicos, trabalhos completos em anais e livros (textos integral, capítulo, coletânea e verbete). Para efeito de avaliação dos itens relativos à produção bibliográfica do NRD6, foram considerados: trabalho completo em periódico e em anais; livro (textos integral, capítulo, coletânea e verbete);
- Item 4: A este foi conferido um valor simbólico, porque está inserido na produção intelectual de todo o programa (portanto, em relação à produção intelectual do corpo docente); em contrapartida, no quesito corpo discente à presença do discente-autor na produção intelectual (item 4) foi conferida peso 20%;
- Item 5: Neste item foi verificada a quantidade da produção bibliográfica e técnica do docente complementar gerada no âmbito do programa. Neste item, foram consideradas as mesmas espécies de produções destacadas para o NRD6 e, também,

efetuada a seleção da produção pertinente à área e às subáreas implicadas na proposta do programa;

- Item 6: Neste item pretendeu-se verificar a quantidade da produção técnica do NRD6. Para efeito de sua avaliação - quantidade e distribuição da produção técnica selecionada em relação à dimensão do NRD6 - foram observados os seguintes índices de produção: editoria, organização de evento, relatório de pesquisa e mais: resumos em anais, tradução e trabalho em jornal/revista. Para efeito de avaliação dos itens relativos à produção técnica do NRD6, serão considerados: editoria, organização de evento, relatório de pesquisa e mais: resumos em anais I e N, A e B, tradução e trabalho em jornal/revista (estas três últimas modalidades foram coletadas originalmente como produção bibliográfica e a área está transferindo para produção técnica).

d. Parâmetros e escalas de referência para avaliação da Produção Intelectual:

- Item 1: Adequação da Produção Intelectual com a Proposta do Programa

Parâmetros de referência para os indicadores quantificados:

• Vínculo com área de concentração	≥ 90%
• Publicações com vínculo com as atividades de pesquisa	≥ 80%
• Vínculo com teses ou dissertações	≥ 60%

- Item 2: Qualidade dos veículos

Para efeito de avaliação, este item foi conjugado com o item 3. Os indicadores disponíveis, isoladamente, não permitiram uma adequada aferição da qualidade dos meios de divulgação utilizados pelos programas. Assim, a dimensão qualitativa contida nesse item foi aferida combinadamente com a dimensão quantitativa contida no item 3. Com raras exceções, e a favor dos programas, foram conferidos atributos distintos aos dois itens.

- Item 3: Quantidade e distribuição da produção bibliográfica pelo NRD6

Escala de referência para produção bibliográfica individual dos membros do NRD6:

MB média ≥ 2 títulos no biênio; B média $\geq 1,5$ títulos no biênio; R média ≥ 1 título no biênio; F média $\geq 0,5$ título no biênio e D média $< 0,5$ título no biênio.

Escala de referência para produção bibliográfica coletiva do NRD6:

MB $\geq 90\%$; B $\geq 70\%$; R $\geq 50\%$ F $\geq 30\%$ e D $< 30\%$.

- Item 4: Produção intelectual dos discentes

Escala de referência para produção intelectual dos discentes-autores:

MB $\geq 80\%$; B $\geq 60\%$; R $\geq 40\%$ F $\geq 20\%$ e D $< 20\%$.

- Item 5: Produção intelectual dos outros docentes

Escala de referência para produção bibliográfica e técnica do corpo docente complementar:

MB $\geq 80\%$; B $\geq 60\%$; R $\geq 40\%$ F $\geq 20\%$ e D $< 20\%$.

- Item 6: Produção técnica do NRD6

Escala de referência para produção técnica individual dos membros do NRD6:

MB média $\geq 3t$ no biênio; B média $\geq 2t$; R média $\geq 1,5t$; F média $\geq 1,0t$ e D média $< 1,0t$.

Escala de referência para produção técnica coletiva do NRD6:

MB $\geq 90\%$; B $\geq 70\%$; R $\geq 50\%$ F $\geq 30\%$ e D $< 30\%$.

Qualidade dos dados e informações

	Quesitos	Pesos	Coerência*	Completo*
I	Proposta do Programa**	xxx	[B/R/D]	[B/R/D]
II	Corpo Docente	15%	[B/R/D]	[B/R/D]
III	Atividades de Pesquisa	20%	[B/R/D]	[B/R/D]
IV	Atividade de Formação	15%	[B/R/D]	[B/R/D]
V	Corpo Discente	10%	[B/R/D]	[B/R/D]
VI	Teses e Dissertações	20%	[B/R/D]	[B/R/D]
VII	Produção Intelectual	20%	[B/R/D]	[B/R/D]
	Tendência Dominante***	100%	[B/R/D]	[B/R/D]

*Coerência e Completo: B - Bom; R - Regular; D - Deficiente.

** Proposta do Programa: não participa na determinação da Tendência Dominante.

***Tendência Dominante: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos quesitos.

Conceito do programa

	Quesitos	Pesos	Tendências Dominantes*
I	Proposta do Programa**	A ou I	[exibição]
II	Corpo Docente	15%	[exibição]
III	Atividades de Pesquisa	20%	[exibição]
IV	Atividades de Formação	15%	[exibição]
V	Corpo Discente	10%	[exibição]
VI	Teses e Dissertações	20%	[exibição]
VII	Produção Intelectual	20%	[exibição]
	Tendência Global da Avaliação***	100%	[MB/B/R/F/D]

* Tendências Dominantes: exibição dos atributos definidos nos respectivos quesitos.

** Proposta do Programa: não participa na determinação da Tendência Global da Avaliação.

***Tendência Global da Avaliação: atributo equivalente à média ponderada dos atributos dos quesitos.

Síntese evolutiva

Com base nos processos anteriores de avaliação e nos relatórios do biênio, foi analisada a evolução histórica dos Programas. Foram devidamente consideradas as

mudanças introduzidas no sistema de avaliação deste ano em relação aos parâmetros adotados nos anos anteriores.

	Quesitos	Pesos	Situação *	Aspecto **
I	Proposta do Programa ***	A ou I	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
II	Corpo Docente	15%	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
III	Atividades de Pesquisa	20%	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
IV	Atividades de Formação	15%	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
V	Corpo Discente	10%	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
VI	Teses e Dissertações	20%	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
VII	Produção Intelectual	20%	[M/P/S]	[Ft/Fc/In]
	Tendência da Evolução ****	100%	[M/P/S]	xxx

* Situação do quesito para o Programa: M - Melhor; P - Pior; S - Sem alteração significativa.

** Aspecto do quesito para o Programa: Ft - Forte; Fc - Fraco; In - Inespecífico.

*** Proposta do Programa: não participa na determinação da Tendência de Evolução.

**** Tendência da Evolução: prevalece o atributo para o qual a soma dos pesos dos quesitos correspondentes for maior que 50; não havendo predominância, a comissão deve definir.

Complementos

As informações sobre participação em atividades de cursos de graduação e participação em atividades de extensão foram colhidas nos relatórios e nas “Informações Complementares”

4. Resultados

4.1. Considerações gerais sobre os programas avaliados:

Foram avaliados 26 programas de mestrado - incluídos os programas da UFSM e UFMT, que mantêm doutorados não recomendados - e 20 com mestrado e doutorado. Recomendados no biênio, apenas dois: o da Puccamp, com o mestrado, criado em 1990, e o da Unesp-Araraquara, criado em 1997, com o mestrado e o doutorado.

Os 46 programas examinados apresentam a seguinte distribuição, por níveis e regiões:

Tabela I

Programas por níveis segundo regiões do país

Regiões	Níveis		Total
	Me	Me/Do	
Norte	01	00	01
Nordeste	04	03	07
Sudeste	09	14	23
Sul	07	03	10
Centro-Oeste	05	00	05
TOTAL	26	20	46

Quanto ao estatuto jurídico das IES que mantêm os programas da área, temos a seguinte distribuição:

Tabela II

Programas por níveis segundo estatuto jurídico das IES

Estatuto Jurídico	Níveis		Total
	Me	Me/Do	
Federal	16	09	25
Estadual	03	05	08
Particular	07	06	13
TOTAL	26	20	46

Destaque-se que dentre os 05 programas estaduais com mestrado e doutorado, todos são paulistas, sendo 03 da mesma IES (Unesp). Quanto aos 06 particulares com os dois níveis, 05 são mantidas por Pucs, sendo 03 deles, pela Puc/SP.

4.2. Considerações sobre o preenchimento dos relatórios:

Verificou-se uma melhora significativa no preenchimento dos relatórios, particularmente nas “Informações Complementares”. Ainda assim, por fatores de ordem diversa, alguns tópicos foram especialmente embaraçosos para a avaliação:

2.1) Proposta do Programa: embora bastante alertados, muitos programas deixaram de informar todos os elementos que compõem a sua proposta, incluindo aqueles que efetuaram alterações no biênio;

2.2) Corpo Docente: muitos programas informaram incorretamente as modalidades de recursos humanos com as quais contaram no biênio. Essas incorreções afetaram especialmente a definição do NRD6 - índice privilegiado no conjunto da avaliação;

2.3) Atividades de formação: muitos programas não informaram sua estrutura curricular, o que impediu o cotejamento entre essa e o conjunto das disciplinas ofertadas;

2.4) Produção Intelectual: esse foi seguramente o aspecto mais prejudicado no conjunto dos relatórios, tanto que praticamente não foi possível manusear o aplicativo *Qualis* para aferição da qualidade dos veículos de divulgação. Os programas ainda registram toda e qualquer sorte de produção docente e discente. Livros, folhetos, panfletos, periódicos, revistas, jornais, anais etc., descontadas as reais dificuldades de distinção de algumas dessas modalidades (destacadamente, periódicos e revistas), aparecem intercambiados. Os títulos desses veículos aparecem registrados de inúmeras maneiras; em regra, os nomes oficiais são ignorados.

4.3. Balanço dos resultados obtidos nos quesitos:

4.3.1. Apresentação dos resultados finais:

Tabela III

Distribuição dos conceitos finais - programas de mestrado

Conceitos	Avaliação Global	N	%
1	Deficiente	04	15
2	Fraco	08	31
3	Regular	08	31
4	Bom	06	23

5	Muito Bom	00	00
TOTAL		26	100

Tabela IV

Distribuição dos conceitos finais - programas com Me e Do

Conceitos	Avaliação Global	N	%
1	Deficiente	00	00
2	Fraco	00	00
3	Regular	05	25
4	Bom	10	50
5	Muito Bom	02	10
6	Excelente	02	10
7	Excelente	01	05
TOTAL		20	100

Tabela V

Distribuição dos conceitos finais por regiões do país - programas de mestrado

	Conceitos					
Regiões	1	2	3	4	5	TOTAL
Norte	01					01
Nordeste	02	01		01		04
Centro-Oeste		02	02	01		05
Sudeste	01	01	04	03		09
Sul		04	02	01		07
TOTAL	04	08	08	06		26

Tabela VI

Distribuição dos conceitos finais por regiões do país - programas com Me e Do

	Conceitos							
Regiões	1	2	3	4	5	6	7	TOTAL
Norte								
Nordeste			02	01				03
Centro-Oeste								
Sudeste			03	08	01	01	01	14
Sul				01	01	01		03
TOTAL			05	10	02	02	01	20

Tabela VII

Distribuição dos conceitos finais por estatuto jurídico das IES - programas de mestrado

	Conceitos					
Estatuto Jurídico	1	2	3	4	5	TOTAL
Federal	03	05	05	03		16
Estadual			02	01		03
Particular	01	03	01	02		07
TOTAL	04	08	08	06		26

Tabela VIII

Distribuição dos conceitos finais por estatuto jurídico das IES - programas com Me e Do

	Conceitos							
Estatuto	1	2	3	4	5	6	7	TOTAL
Federal			02	05	01	01		09

Estadual			02	03				05
Particular			01	02	01	01	01	06
TOTAL			05	10	02	02	01	20

4.3.2. Corpo Docente ^{**}:

Mais da metade dos programas situou-se, quanto ao quesito Corpo Docente, entre Bom e Muito Bom (57%).

Quanto à qualificação, a quase totalidade apresentou bons indicadores do nível de titulação mínima (doutorado); raros programas, destoando completamente da tendência da área e dos sistema de pós-graduação como um todo, mantiveram ou incluíram mestre entre seus docentes. Em contrapartida, um problema se destacou no biênio em exame, relevando tendência já insinuada no biênio anterior: a perda de quadros por aposentadoria tem levado muitos programas a preencherem suas lacunas mediante a incorporação de quadros não afeitos - por formação ou pesquisa - à área de Educação. Essa medida, a médio prazo, poderá representar um risco de desfiguração das propostas dos programas e, por decorrência, a introdução paulatina de temas que pouco fazem avançar o conhecimento do ainda carente campo da investigação educacional. Essa tendência soma-se a outra já detectada na avaliação anterior: alguns dos programas recomendados entre fins dos anos 80 e início dos anos 90 nasceram, e permanecem, fruto do agregado de docentes das mais diversas origens acadêmicas; composição que, por sua vez, deve se refletir negativamente na proposta do programa e na sua consolidação.

É evidente que esse novo problema tem emergido especialmente nas universidades federais, fruto da política que, de um lado, vem impedindo a reposição integral dos quadros perdidos por aposentadoria e, de outro lado, tem dificultado as federais de atraírem quadros habilitados, em função dos baixos salários e das precárias condições de trabalho.

Destaque-se, em relação à dimensão do NRD6 e distribuição das atividades básicas do programa: isolado o problema do incorreto registro das modalidades de recursos humanos, a maioria dos programas, que recebeu Deficiente e Fraco nesse quesito (28%), apresentou deficiências em ambos aspectos; enquanto isso, muitos dos programas que obtiveram entre Regular e Bom apresentaram problemas relativos à distribuição das atividades (54%). O que reforça o argumento das dificuldades enfrentadas pelos programas de reposição e incorporação de novos quadros com vistas à manutenção ou aprimoramento da sua proposta.

Os indicadores de intercâmbio docente são relativamente positivos. Foram registrados números alentadores de visitantes, mais internacionais do que nacionais, fato que indica pouco aproveitamento interno dos recursos humanos já acumulados.

No que tange aos índices de renovação não são animadores: foram registrados números mais baixos do que o biênio anterior de professores em pós-doutoramento e praticamente inexistente bolsista recém-doutor na área. Apenas um programa registrou a presença de dois pós-doutorandos cumprindo estágio no biênio. Quanto a docentes cursando doutoramento, com vistas a futura incorporação, poucos programas apresentaram sinais significativos.

Os programas com mestrado e doutorado apresentaram melhores índices em relação ao corpo docente (95% entre Bom e Muito Bom) do que os programas que mantêm apenas o mestrado (30% nos mesmos atributos).

^{**} Tal como ocorreu no processo de avaliação, o quesito "Proposta do Programa" será comentado ao término dos demais.

Tabela IX

Distribuição dos programas por atributos do corpo docente e níveis

	Atributos					
Níveis	M B	B	R	F	D	Total
Mestrado	01	06	07	06	06	26
Mestrado e Doutorado	07	12		01		20
TOTAL	08	18	07	07	06	46

O Sudeste é a região com os índices mais favoráveis quanto ao corpo docente conforme pode ser visualizado na Tabela X. Mas, esse dado deve ser associado à distribuição dos atributos em relação ao estatuto jurídico das IES, que pode ser verificada na Tabela XI: 44% dos programas das universidades federais apresentaram índices entre Bom e Muito Bom, enquanto as estaduais, concentradas no Sudeste, 87% nos mesmos atributos (ou seja, das 08, 07 entre Bom e Muito Bom, e apenas uma em Regular).

Tabela X

Distribuição dos programas por atributos do corpo docente e regiões do País

	Atributos					
Regiões	M B	B	R	F	D	Total
Norte					01	01
Nordeste		02	01	02	02	07
Centro-Oeste		02	02	01		05
Sudeste	06	12	02	01	02	23
Sul	02	02	02	03	01	10
TOTAL	08	18	07	07	06	46

Tabela XI

Distribuição dos programas por atributos do corpo docente e estatuto jurídico das IES

	Atributos					
Estatuto Jurídico	M B	B	R	F	D	Total
Federal	02	09	04	07	03	25
Estadual	03	04	01			08
Particular	03	05	02		03	13
TOTAL	08	18	07	07	06	46

Por fim, ainda quanto ao quesito corpo docente, registre-se a sua relação com os conceitos obtidos pelos programas, apresentada nas Tabelas ...

A partir das tabelas, sem que seja necessário calcular coeficientes de correlação estatística, é visível que aos conceitos mais elevados dos dois tipos de programas estão associadas as maiores concentrações nos atributos entre Muito Bom e Regular.

Tabela XII

Relação entre conceitos finais e atributos do corpo docente - programas com mestrado

Conceitos	Atributos					
	MB	B	R	F	D	Total
1					04	04
2			01	05	02	08
3		04	03	01		08
4	01	02	03			06
5						
TOTAL	01	06	07	06	06	26

Tabela XIII

Relação entre conceitos finais e atributos do corpo docente - programas com Me e Do

Conceitos	Atributos					
	MB	B	R	F	D	Total
1						
2						
3		04		01		05
4	03	07				10
5	01	01				02
6	02					02
7	01					01
TOTAL	07	12		01		20

4.3.3. Atividades de Pesquisa:

Os dados do biênio relativos às atividades de pesquisa não são preponderantemente positivos, mas são melhores do que os apresentados no biênio anterior. Foi exatamente em favor das atividades de pesquisa que a área parece ter se mobilizado no período. Muitos programas ao informarem alterações no biênio referiram-se ao privilegiamento dessas atividades.

Os índices positivos couberam, basicamente, aos itens que se referem às bases de estruturação das linhas e projetos de pesquisa, pois quanto ao envolvimento do corpo docente (NRD6 em particular), ao corpo discente e aos demais itens avaliados, esse quesito manteve sinais ainda insatisfatórios. Esse desequilíbrio sugere que os programas estão mais capacitados a conceber linhas e projetos de pesquisa do que a desenvolvê-los efetivamente; mais do que isso, parecem enfrentar dificuldades de converter a pesquisa efetivamente em eixo articulador da sua estrutura e das suas atividades.

Destaque-se, quanto ao teor das atividades de pesquisa, a manutenção da tendência de se criar linhas de pesquisa de escopo excessivamente amplo, de tal sorte que delas podem derivar projetos de diversa natureza.

Dois outros traços foram percebidos, também: em primeiro lugar, uma certa reincidência temática das linhas de pesquisa em diversos programas; temas como:

Linguagem e Educação; Educação e Sociedade; Trabalho e Educação e Cultura, Sociedade e Educação apareceram com muita frequência, indicando pouca originalidade ou capacidade inovadora. Em segundo lugar, a originalidade ou o caráter inovador de muitos programas tem ficado por conta da introdução, sob diversos argumentos, dentre eles o presuntivo argumento epistemológico da “inter” ou “multidisciplinaridade”, mediante os quais temáticas pouco ou nada afeitas à Educação têm penetrado à sorrelfa nas linhas e, principalmente, nos projetos de pesquisa. Em boa parte dos casos, foi possível verificar que esse fenômeno deve-se muito mais à recente composição do corpo docente, produzida por agregações estranhas à área.

Os programas que mantêm apenas o mestrado apresentaram um quadro pouco alentador, pois 54% obtiveram os atributos Deficiente e Fraco neste quesito e nenhum Muito Bom. Em contrapartida, os programas com os dois níveis obtiveram 70% entre Bom e Muito Bom. Deve ser destacado que muitos programas preservam o mau hábito de registrar como projeto de pesquisa as dissertações e teses dos seus alunos.

Tabela XIV

Distribuição dos programas por atributos das atividades de pesquisa e níveis

	Atributos					
Níveis	M B	B	R	F	D	TOTAL
Mestrado		07	05	06	08	26
Mestrado e Doutorado	02	12	04	01	01	20
TOTAL	02	19	09	07	09	46

Quanto à distribuição regional, uma série de fatores contribuiu para uma situação de pesquisa bem mais favorável nos programas do Sudeste e, a uma certa distância, do Sul. Dentre esses fatores há de se destacar o apoio das agências estaduais de fomento e a ambiência institucional. Dentre os fatores positivos, não é seguro incluir o número de bolsistas (mestrado e doutorado), pois essa informação não se revelou suficientemente transparentes nos relatórios de indicadores oferecidos para avaliação.

Contraditoriamente, registrou-se número muito maior de convênios internacionais entre os programas do Norte e do Nordeste do que entre os programas daquelas duas regiões. Esse dado exige uma análise mais detida sobre as políticas institucionais e das agências de incentivo à pesquisa.

Tabela XV

Distribuição dos programas por atributos das atividades de pesquisa e regiões do país

	Atributos					
Regiões	M B	B	R	F	D	TOTAL
Norte					01	01
Nordeste		02	01	01	03	07
Centro-Oeste		01	01	02	01	05
Sudeste	02	11	06	02	02	23
Sul		05	01	03	01	10
TOTAL	02	19	09	08	08	46

Os dados institucionais contribuem para a composição do quadro de pesquisa dos programas da área.

Tabela XVI

Distribuição dos programas por atributos das atividades de pesquisa e estatuto jurídico das IES

	Atributos					
Estatuto Jurídico	M B	B	R	F	D	TOTAL
Federal		09	05	05	06	25
Estadual		05	02	01		08
Particular	02	05	02	02	02	13
TOTAL	02	19	09	08	08	46

Embora nenhum dos programas das universidades federais tenha obtido Muito Bom neste quesito, 56% deles situam-se entre Regular e Bom, e respondem pela metade desses atributos no conjunto dos programas.

No âmbito das particulares, 69% estão entre Regular e Muito Bom, embora contribuam com apenas 30% desses atributos para o conjunto. Destaque-se que os resultados mais altos obtidos entre as particulares centram-se naquelas IES que guardam tradição de pesquisa.

Registre-se, ainda, quanto ao quesito Atividades de Pesquisa, a sua relação com os conceitos obtidos pelos programas, apresentada nos quadros. Considerando-se que ao quesito Atividades de Pesquisa foi conferido, juntamente com Teses/Dissertações e Produção Intelectual, o peso mais alto - 20% - merece realce o fato de que nenhum dos programas que mantêm apenas o mestrado obteve a pontuação mais alta, mas a grande maioria concentrou-se no atributo Bom.

Da Tabela XVII depreende-se que há uma associação entre os atributos Regular e Bom com os conceitos mais elevados (3 e 4) obtidos pelos programas com mestrado; inversamente, aos conceitos mais baixos (1 e 2) estão associados os atributos mais baixos das atividades de pesquisa - Fraco e Deficiente.

Tabela XVII

Relação entre conceitos finais e atributos das Atividades de Pesquisa - programas de mestrado

Conceitos	Atributos					
	M B	B	R	F	D	Total
1					04	04
2				05	03	08
3		02	04	02		08
4		05	01			06
5						
TOTAL		07	05	07	07	26

Quanto aos programas com mestrado e doutorado, destaque-se que apenas dois obtiveram o atributo mais alto e houve uma concentração no atributo Bom (60%). Aqui, a mesma associação anteriormente efetuada é mais evidente; 18 programas obtiveram entre Regular e Muito Bom, dentre os quais 15 obtiveram os conceitos entre 4 e 7.

Tabela XVIII

Relação entre conceitos finais e atributos das Atividades de Pesquisa - programas com Me e Do

Conceitos	Atributos					Total
	MB	B	R	F	D	
1						
2						
3			03	01	01	05
4		09	01			10
5		02				02
6	01	01				02
7	01					01
TOTAL	02	12	04	01	01	20

4.3.4. Atividades de Formação:

Neste quesito a área apresentou resultados muito mais positivos, confirmando o que é próprio da sua tradição: maior habilidade com as práticas de ensino do que as de pesquisa: 85% dos programas situaram-se entre Regular e Muito Bom, sendo que mais da metade nos dois atributos mais altos. A maioria apresentou-se bem nos itens relativos à concepção curricular e às atividades letivas e de orientação, mas, mais uma vez os programas com mestrado e doutorado apresentaram resultados mais satisfatórios: 80% entre Bom e Muito Bom, enquanto os programas só com mestrado compuseram somente 35% desses atributos.

Deve-se ressaltar, no entanto, que muitos programas ofertam exatamente as mesmas atividades para o mestrado e o doutorado. A tendência de se organizar os programas em núcleos de estudos, eixos temáticos ou equivalentes gera uma configuração muito propícia às atividades integralmente comuns, presuntivamente articuladas em torno de pesquisas compartilhadas. Ocorre que as reduções dos prazos, agregadas à inexperiência teórica e de pesquisa que a maior parte dos mestrandos vem revelando, acabam por inibir iniciativas teóricas e metodológicas mais avançadas para os doutorandos. Os argumentos em favor dos ganhos adicionais dos mestrandos não parecem obter sustento empírico, pois tem-se verificado, nos programas que mantêm os dois níveis, melhoria no padrão das teses de doutorado, o mesmo não ocorrendo nas dissertações de mestrado.

Tabela XIX

Distribuição dos programas por atributos das Atividades de Formação e níveis

Níveis	Atributos					TOTAL
	M B	B	R	F	D	
Mestrado	04	05	10	05	02	26
Mestrado e Doutorado	04	12	04			20
TOTAL	08	17	14	05	02	46

Dois itens merecem destaque neste quesito: o primeiro diz respeito às atividades letivas e de orientação na graduação. Excetuada uma instituição particular, todos os

programas apresentaram seu corpo docente, vale dizer o NRD6, em atividades regulares em cursos de graduação. No caso das federais, mais do que manter regularidade, verificou-se, em muitos casos, uma grande sobrecarga de trabalho letivo e de orientação, agregados os dois níveis. Os relatórios da área enfermagem, assim, análises segundo as quais a pós-graduação tem provocado abandono da graduação.

O segundo aspecto a ser destacado diz respeito às atividades acadêmico-científicas ofertadas pelos programas como complemento e aprofundamento das atividades de formação. A maioria dos programas registrou alguma espécie de atividade complementar, mas foram valorizadas aquelas que se vinculam de forma extensa e intensa com as metas e objetivos do programa, ou seja, com sua proposta.

Tabela XX

Distribuição dos programas por atributos das Atividades de Formação e estatuto jurídico das IES

Estatuto Jurídico	Atributos					TOTAL
	M B	B	R	F	D	
Federal	05	06	10	02	02	25
Estadual	01	04	02	01		08
Particular	02	07	02	02		13
TOTAL	08	17	14	05	02	46

Ressalte-se, ainda, quanto ao quesito Atividades de Formação a sua relação com os conceitos obtidos pelos programas, apresentada nas Tabelas XXI e XXII. Merece menção a distribuição muito diferenciada entre os dois quadros: enquanto o primeiro apresenta uma frequência indesejável nos atributos mais baixos, o segundo sinaliza positivamente para uma distribuição entre Regular e Muito Bom, com concentração no Bom (60%).

Tabela XXI

Relação entre conceitos finais e atributos das Atividades de Formação - programas com mestrado

Conceitos	Atributos					Total
	M B	B	R	F	D	
1				02	02	04
2			06	02		08
3	01	02	04	01		08
4	03	03				06
5						
TOTAL	04	05	10	05	02	26

Tabela XXII

Relação entre conceitos finais e atributos das Atividades de Formação - programas com Me e Do

Conceitos	Atributos					Total
	M	B	R	F	D	

	B					
1						
2						
3		02	03			05
4	02	07	01			10
5		02				02
6	01	01				02
7	01					01
TOTAL	04	12	04			20

4.3.5. Corpo Discente:

Nesse quesito foram mais valorizados os itens relativos à dimensão do corpo discente em relação ao NRD6 e a relação entre os titulados e abandonos/desistências. Pelos resultados gerais obtidos no quesito, pode-se inferir que nesses aspectos os programas da área melhoraram no biênio, especialmente no que tange ao primeiro aspecto, pois muitos providenciaram a redução dos ingressos em função das reduções ocorridas no corpo docente.

Quanto ao número de titulados, os resultados são em média satisfatórios, embora tenha se verificado um número muito grande de perdas por abandono ou desistência. Fenômeno que tende a ser relacionado diretamente a dois fatores: redução considerável do número de bolsas; valores muito baixos das bolsas de mestrado e doutorado e a conseqüente necessidade de parte do corpo discente de manter seus vínculos empregatícios. Parcela considerável das perdas deve-se às dificuldades de cobertura das mensalidades (no caso das universidades particulares) ou à impossibilidade do cumprimento dos prazos.

O número de titulações aumentou no biênio, especialmente no mestrado; nos programas com doutorado, os resultados foram menos satisfatórios; destaque-se que os doutorados criados entre 1993 e 1994 apresentaram um número reduzido de titulações, excetuados dois programas cujos prazos de defesa foram inferiores a 48 meses.

Quanto à autoria de discentes, é evidente o aumento das participações dos alunos na produção intelectual do programa, mediante participação em eventos e outros. Destaque-se, no entanto, que a maior parte dos registros pouco ou nada tem a ver com as atividades do programa, especialmente com o seu campo de estudos e pesquisa; não é casual que a grande presença de discentes na produção intelectual deve-se às atividades técnicas que não derivam dos planos de pesquisa e formação dos programas. Com raras exceções, a produção bibliográfica dos discentes foi significativa e esse aspecto foi particularmente destacado nos programas que mantêm também o doutorado.

Merece, ainda, referência, o número considerável de registros de participações discentes em eventos, em regra, promovidos pelo próprio programa. É evidente a importância do estímulo para que os alunos participem de eventos científicos. Muitas vezes, no entanto, esses registros atingiram tal índice que resultou muito superior ao próprio número de alunos matriculados e acabou por obscurecer a qualidade e a quantidade da produção docente.

As tabelas abaixo evidenciam os resultados obtidos neste quesito, sendo bem superiores nos programas com mestrado e doutorado (90%) do que naqueles que mantêm somente o mestrado (53%); razoáveis no Nordeste (57%) e Centro-Oeste (60%), bons no Sudeste (74%) e muito bons no Sul (80%). Nas estaduais os resultados

foram muito bons (87%), bons nas federais (72%) e razoáveis nas particulares (53%), dados que tornam patentes as interpretações acima enunciadas.

Tabela XXIII

Distribuição dos programas por atributos do corpo discente e níveis

	Atributos					
Níveis	M B	B	R	F	D	TOTAL
Mestrado	04	10	07	02	03	26
Mestrado e Doutorado	06	12	01	01		20
TOTAL	10	22	08	03	03	46

Tabela XXIV

Distribuição dos programas por atributos do corpo discente e regiões do país

	Atributos					
Regiões	M B	B	R	F	D	TOTAL
Norte					01	01
Nordeste	02	02	01	01	01	07
Centro-Oeste		03	02			05
Sudeste	05	12	03	02	01	23
Sul	03	05	02			10
TOTAL	10	22	08	03	03	46

Tabela XXV

Distribuição dos programas por atributos do corpo discente e estatuto jurídico das IES

	Atributos					
Estatuto Jurídico	M B	B	R	F	D	TOTAL
Federal	07	11	04	01	02	25
Estadual	01	06	01			08
Particular	02	05	03	02	01	13
TOTAL	10	22	08	03	03	46

Por sua vez, as tabelas seguintes revelam uma situação mais positiva dos programas que mantêm apenas o mestrado, no que tange ao corpo discente, mesmo nos programas que obtiveram o conceito “2”. No caso dos programas com mestrado e doutorado, registra-se apenas uma exceção negativa. Deve ser lembrado, aqui, que o corpo discente foi predominantemente (70%) avaliado mediante o cotejamento da dimensão do corpo discente e o NRD6, bem como a relação entre titulados e perdas por abandono ou desistência.

Tabela XXVI

Relação entre conceitos finais e atributos do corpo discente - programas com mestrado

Conceitos	Atributos
-----------	-----------

	MB	B	R	F	D	Total
1				01	03	04
2	01	02	05			08
3	01	05	01	01		08
4	02	03	01			06
5						
TOTAL	04	10	07	02	03	26

Tabela XXVII

Relação entre conceitos finais e atributos do corpo discente - programas com Me e Do

Conceitos	Atributos					
	MB	B	R	F	D	Total
1						
2						
3		03	01	01		05
4	04	06				10
5		02				02
6	01	01				02
7	01					01
TOTAL	06	12	01	01		20

4.3.6. Teses e Dissertações:

Os resultados obtidos neste quesito derivaram, predominantemente, da aferição do vínculo/coerência entre as teses e dissertações e as propostas dos programas (áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa). Esses resultados indicam que a área teve um comportamento entre Regular e Bom (72%), que se deve a: em primeiro lugar, a maioria dos trabalhos defendidos pelos alunos guarda uma relação muito genérica com as atividades de pesquisa do programa, excetuados os casos de relação muito clara entre os dois termos e, na outra ponta, os casos de trabalhos que não guardam vínculo nem com o campo temático que compõe a proposta do programa. Tendencialmente, as dissertações são menos claramente vinculadas às linhas e projetos do que as teses; o que pode decorrer do fato de os candidatos ao doutorado, tendo seus projetos prévios mais definidos, procuram os Programas que, sabidamente, desenvolvem estudos compatíveis com seus interesses. Mas é provável que a esse fator acrescente-se o fato de que as dissertações parecem cada vez mais indefinidas como trabalhos acadêmicos; seus títulos e resumos sugerem a presença intensa de relatos de experiências pessoais e equivalentes. Assim, muitos trabalhos de doutorado sugerem mais precisão científica e especificidade cognitiva, enquanto as dissertações parecem estar sendo menos cuidadas.

Destaque-se, também, a melhora na composição das bancas, embora alguns programas mantenham a prática endógena, compondo-as somente com docentes internos, ou convidando mestres para examinar dissertações.

A comissão avaliou o tempo médio de titulação, conjugando bolsistas e não bolsistas. Os resultados ainda são insatisfatórios: 62% dos programas com mestrado estiveram entre Regular e Muito Bom e 38% obtiveram pontuação nos atributos Fraco e Deficiente. Quanto aos outros programas, os resultados foram melhores (excetuado o programa da Unesp de Araraquara, criado em meados de 1997): 79% entre Regular e

Muito Bom, dos quais 52% nos dois primeiros atributos. Cabe ainda destacar que uma boa parte dos doutorados recentes, que completaram 04 anos de vigência no biênio, ainda não levaram teses à defesa.

Na Tabela abaixo, pode-se ter uma visão geral do comportamento do quesito, quanto aos dois tipos de programas, que confirma as impressões mais otimistas apresentadas no quesito anterior, quanto aos resultados discentes globais, relativos às dissertações e teses.

Tabela XXVIII

Distribuição dos programas por atributos das teses/dissertações e níveis

	Atributos					
Níveis	M B	B	R	F	D	TOTAL
Mestrado	01	06	11	07	01	26
Mestrado e Doutorado	04	07	09			20
TOTAL	05	13	20	07	01	46

No que tange à distribuição geográfica, devem ser realçados: os melhores resultados dos Programas do Sul, nos dois atributos mais altos, e a concentração dos Programas do Centro-Oeste no Regular (100%).

Tabela XXIX

Distribuição dos programas por atributos das teses/dissertações e regiões do país

	Atributos					
Regiões	M B	B	R	F	D	TOTAL
Norte				01		01
Nordeste		02	02	02	01	07
Centro-Oeste			05			05
Sudeste	02	08	10	03		23
Sul	03	03	03	01		10
TOTAL	05	13	20	07	01	46

Quanto às variantes institucionais, ressaltem-se os resultados razoáveis dos programas das universidades federais (80% entre Regular e Muito Bom, com 32% nos atributos mais altos). Neste quesito os resultados das particulares foram muito melhores, pois 85% ficaram entre Regular e Muito Bom, sendo que 54% entre os dois maiores quesitos.

Tabela XXX

Distribuição dos programas por atributos das teses/dissertações e estatuto jurídico das IES

	Atributos					
Estatuto Jurídico	M B	B	R	F	D	TOTAL
Federal	01	07	12	04	01	25
Estadual		03	04	01		08
Particular	04	03	04	02		13

TOTAL	05	13	20	07	01	46
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Distinguidos os resultados obtidos pelas duas modalidades de programas é possível verificar que, isoladamente, os percentuais dos programas com mestrado não são tão satisfatórios, pois nenhum obteve o atributo Muito Bom neste quesito e 35% ficaram entre Fraco e Regular, com maior concentração em Regular (54%).

Tabela XXXI

Relação entre conceitos e atributos das teses/dissertações - programas com mestrado

Conceitos	Atributos					
	MB	B	R	F	D	Total
1				03	01	04
2		01	05	02		08
3		01	05	02		08
4		01	04	01		06
5						
TOTAL		03	14	08	01	26

Em contrapartida, todos os programas com mestrado e doutorado obtiveram resultados entre Regular e Muito Bom neste quesito, com 55% nos dois atributos mais altos.

Tabela XXXII

Relação entre conceitos e atributos das teses/dissertações - programas com Me e Do

Conceitos	Atributos					
	MB	B	R	F	D	Total
1						
2						
3		02	03			05
4	01	03	06			10
5	01	01				02
6	01	01				02
7	01					01
TOTAL	04	07	09			20

4.3.7 Produção Intelectual:

A este quesito foi atribuído o peso 20%, como às atividades de pesquisa e teses/dissertações, por se entender que os resultados principais daquelas atividades - centrais em programas de pós-graduação *stricto sensu* - a serem aferidos devem ser exatamente os mencionados. Os resultados obtidos ficaram, no entanto, aquém das expectativas.

A produção intelectual do corpo docente vem crescendo significativamente, especialmente através da participação em eventos nacionais e internacionais e outras modalidades registradas como técnicas. A produção chamada bibliográfica também se

avolumou neste biênio, mas em proporção consideravelmente menor, além de permanecer mal distribuída entre os membros do corpo docente, vale dizer, do NRD6. Vale ressaltar que a má distribuição da produção técnica e bibliográfica entre os membros daquele núcleo de referência docente interferiu negativamente nos resultados obtidos nos itens respectivos.

Cabe ressaltar que no conjunto da produção examinada, docente e discente, inúmeros títulos não guardam relação nem direta nem indireta com as temáticas que compõem a proposta dos programas, ou seja, com as pesquisas em desenvolvimento. Mais grave do que isso, em alguns programas, não guardam relação com a Educação, repita-se, nem direta nem indireta.

Quanto aos veículos, registrou-se uma grande incidência em eventos locais, publicados em anais de circulação restrita, bem como em revistas e jornais não acadêmicos, com forte presença dos não especializados. Entre os 1.927 registros de eventos com publicação (não descontadas as repetições), 853 periódicos (parcela considerável retipificada para revistas/jornais segundo critério acima apresentado e também sem descontar as repetições) e 494 (valem os comentários anteriores), a maior parte é de circulação local e muitos não compõem o campo acadêmico e especializado da Educação.

No que tange à produção intelectual dos discentes, é valioso o incentivo percebido em muitos programas para que publiquem ou apresentem trabalhos em eventos. Os resultados não são especialmente alentadores, pois pela analisada efetuada nos títulos registrados pelos discentes, parte considerável não diz respeito ao seu itinerário de estudos e pesquisas no programa de origem e pelo volume de participações, a grande maioria não passou por alguma espécie de crivo especializado. Com raras exceções, os programas com doutorado apresentaram índices significativos de produção bibliográfica, que é um indicador relevante neste nível de formação.

Quanto à produção dos demais docentes externos ao NRD6, verificou-se uma grande variação, pois alguns programas deixaram intencionalmente de registrá-la e outros o fizeram integralmente.

O quadro abaixo evidencia que os resultados nas duas modalidades de programa não foram muito alentadores, embora superiores nos programas com mestrado e doutorado que tiveram 75% dos atributos entre Regular e Muito Bom, mas com uma certa concentração no Regular.

Nos outros programas, houve uma alta concentração nos atributos inferiores (65%).

Tabela XXXIII

Distribuição dos programas por atributos da produção intelectual e níveis

Níveis	Atributos					TOTAL
	M B	B	R	F	D	
Mestrado		03	06	06	11	26
Mestrado e Doutorado	04	04	07	04	01	20
TOTAL	04	07	13	10	12	46

A distribuição regional dos atributos conferidos à produção intelectual indicam que nenhum programa do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ultrapassou a marca do Regular, mas o comportamento dos programas do Sul e do Sudeste nos atributos mais altos não foi expressiva, mantendo-se em torno de 30% e 34%, respectivamente, do conjunto de suas produções

Tabela XXXIV

Distribuição dos programas por atributos da produção intelectual e regiões do País

Regiões	Atributos					TOTAL
	M B	B	R	F	D	
Norte					01	01
Nordeste			02	01	04	07
Centro-Oeste			01	02	02	05
Sudeste	03	05	09	05	01	23
Sul	01	02	01	02	04	10
TOTAL	04	07	13	10	12	46

A distribuição por tipo de instituição indica um resultado pouco satisfatório dos programas das universidades federais (60% entre Fraco e Deficiente), provável produto das alterações dos quadros docentes. Os resultados dos programas de IES particulares reiteram o que foi observado nas atividades de pesquisa: os atributos Bom e Muito Bom (38%) foram obtidos pelas IES que têm certa tradição de produção acadêmica ou que nela vêm investindo mais recentemente. Vale ressaltar, que no âmbito dessas IES, foram obtidos também 38% nos atributos mais baixos.

Os resultados das Estaduais merecem destaque, pois aí estão presentes IES com forte tradição de produção intelectual, inclusive duas com dois e três programas. O desequilíbrio da produção intelectual entre os docentes foi fator considerável para os resultados obtidos.

Tabela XXXV

Distribuição dos programas por atributos da produção intelectual e estatuto jurídico das IES

Estatuto Jurídico	Atributos					TOTAL
	MB	B	R	F	D	
Federal	02	02	06	05	10	25
Estadual		02	04	01	01	08
Particular	02	03	03	04	01	13
TOTAL	04	07	13	10	12	46

Na tabela abaixo, destaca-se a forte incidência dos atributos Deficiente e Fraco (65%) entre os programas com mestrado e ausência de incidência no atributo mais alto. Dado o peso deste quesito, das atividades de pesquisa e das teses/dissertações (os três somados, 60%), que também não apresentaram registros no atributo Muito Bom, explica-se a distribuição desses programas na escala conceitual final.

Tabela XXXVI

Relação entre conceitos finais e atributos da produção intelectual - programas com mestrado

Conceitos	Atributos					Total
	MB	B	R	F	D	
1					04	04
2			01	04	03	08

3		01	01	02	04	08
4		02	04			06
5						
TOTAL		03	06	06	11	26

No caso dos programas com mestrado e doutorado, o quadro é mais alentador, mas não é de todo satisfatório, pois 25% da produção incidiram nos atributos mais baixos e somente 40%, ou seja menos da metade, nos mais altos.

Tabela XXXVII

Relação entre conceitos finais e atributos da produção intelectual - programas com Me e Do

Conceitos	Atributos					Total
	MB	B	R	F	D	
1						
2						
3		01	01	02	01	05
4		02	06	02		10
5	01	01				02
6	02					02
7	01					01
TOTAL	04	04	07	04	01	20

4.3.8. Proposta:

No biênio 96/97, foram registrados várias iniciativas de reformulação das propostas dos programas. As mudanças incidem, predominantemente, sobre os elementos de estruturação dos programas: áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular. E o objetivo preponderante é tornar a estrutura mais articulada, de sorte a viabilizar maior integração entre as atividades de pesquisa e de formação.

Alguns programas já completaram esse processo de reestruturação e os resultados se manifestaram no biênio; outros estão em fase de implantação.

Embora um tanto reiterativas, essas novas estruturas são benéficas, principalmente para as atividades de pesquisa.

Cabe ressaltar, no entanto, que, salvo raras exceções, não foram registradas exposições mais alentadas sobre as escolhas temáticas e teórico-conceituais que, supostamente, informam as mudanças de natureza mais organizativa. Nesse sentido, a área carece de um balanço mais alentado que permita mapear as tendências temáticas e teóricas que estão predominando nos programas. Resta a impressão, também nesse aspecto, de uma certa incidência em certos temas, tais como: Linguagem e Educação; Representação Social e Educação; Formação, Trabalho e Saber Docente; Trabalho e Educação. Verifica-se, mais recentemente, a emergência do tema da Cultura.

As ementas dos “Núcleos”, “Eixos”, “Linhas” ou quaisquer outras nomenclaturas utilizadas para os elementos norteadores ou articuladores dos programas sugerem tal abertura temática que, aparentemente, inviabilizam o sentido norteador ou articulador almejado.

Esses traços percebidos na exposição das propostas dos programas, explicam porque um número ainda grande (46%) das propostas foi considerado inadequado, sendo que os programas com mestrado parecem enfrentar maior dificuldade de compor suas

propostas (65%), enquanto que os demais apresentam índice muito mais baixo de inadequação (20%).

Ainda relação às propostas dos programas, deve-se registrar que alguns traços temático-conceituais novos foram percebidos. Em primeiro lugar, a emergência de alguns pólos de investigação em História da Educação, incidindo sobre objetos culturais específicos; alguns programas parecem buscar uma certa centralidade nos estudos desta natureza. Em contrapartida, verifica-se uma tendência crescente à dissolução da Filosofia da Educação como campo específico de interesse. Em segundo lugar, o surgimento com mais nitidez da Educação Matemática como subárea de investigação; são apenas três os programas a ela dedicados integralmente, mas seus contornos estão começando a se afirmar. Em terceiro lugar, trata-se de uma tendência a ser cuidada: a presença de professores ou de núcleos de professores ligados ao Ensino de Ciências no interior de programas com outros campos de interesse. Essa convivência não tem parecido pacífica, na maioria dos casos, e nem parece estar contribuindo para avanços mútuos. Não há um modelo a ser sugerido; há problemas epistemológicos de fundo a serem seriamente enfrentados.

5. Balanço da área

A área não cessou o seu processo de aperfeiçoamento, verificado desde o biênio anterior. A maioria dos programas introduziu modificações na proposta e em sua estrutura; no biênio 96/97, muitos não puderam ainda colher todos os frutos dessas mudanças. As expectativas são, então, positivas, para o próximo período de avaliação.

Muitos dos resultados não satisfatórios decorreram do processo de mudança e recomposição do corpo docente; esse fenômeno está afetando especialmente as universidades federais, mas também as estaduais. Alguns programas estão conseguindo recompor seus quadros, mantendo os padrões de alta qualificação e a exigência de inserção na área; ainda assim, a transição é sempre penosa e esse foi o segundo ano em que se registrou esse processo. Outras estão com dificuldades de recompor seus quadros e estão tomando medidas desacertadas, tais como (re)incluir mestres ou, o que é mais freqüente, incorporar quadros alheios à Educação. O argumento da “inter” ou “multidisciplinaridade” precisa ser definitivamente bem definido epistemologicamente, posto que, em princípio, a área de Educação é por sua própria natureza interlocutora potencial de todas as áreas de conhecimento; algumas com mais intensidade e freqüência, outras menos.

Em função dessas medidas, às quais outras se agregam, verifica-se a introdução lenta de temas cujas conexões com a Educação são pouco evidentes, e seguramente, carecem de destreza teórica e metodológica para produzi-las.

As atividades de pesquisa já foram bastante aperfeiçoadas no biênio, mas seguramente, carecem de avanço. Essa é uma tarefa fundamental para a qual os programas devem dedicar todo o empenho, envolvendo o conjunto do corpo docente e discente. Os resultados obtidos dependeram em parte do aprendizado recente de se fazer dos programas *loci* de investigação científica, mas não se pode ignorar que a piora significativa das políticas de apoio e fomento nos últimos anos prejudicou muito a área que não é, como nunca foi, objeto de zelo das agências.

O corpo discente melhorou muito, até porque muitos dos programas tomaram o cuidado de conter os ingressos em função da redução do corpo docente. Mas o número de titulados em relação aos abandonos e desistências carecem de cuidados especiais.

Merecem, também, atenção especial: o tempo médio de titulação, que permanece alto, embora tenha melhorado no biênio e a inserção das temáticas das teses e

dissertações nas linhas e projetos de pesquisa. Não tem mais cabimento registrar os trabalhos discentes como projetos do programa; é o inverso que deve ocorrer.

A produção intelectual, por fim, deve ser alvo de preocupação no mesmo nível dos alertas anteriores: ainda se produz pouco e mal na área. Mas não se pode imputar aos programas responsabilidade exclusiva dos resultados obtidos, pois eles têm a ver com a carência editorial na área e com as dificuldades de obter financiamento para promoção e participação em eventos científicos mais significativos.

Porém, como nas atividades de pesquisa, o problema da produção intelectual deveria ser objeto de decisões mais coletivas nos programas. Sem provocar riscos à liberdade de pensamento e de iniciativa, os programas poderiam discutir entre docentes e discentes quais das suas temáticas estariam em condições de gerar escritos originais e contributivos ao avanço do conhecimento na área.

Por fim, deve ser destacado que muitos programas, embora tenham revisto suas propostas e tenham procurado explicitar sua identidade cognitiva, os efeitos não só ainda não se manifestaram, como os registros efetuados nas “Informações Complementares” sugerem que há uma certa resistência em se buscar uma certa centralidade temática, que exerça o efeito agregador sobre as pesquisas docentes e discentes.

6. Perspectivas e Sugestões

Além das sugestões e perspectivas já presentes nas considerações anteriores, acrescente-se:

1. O trabalho iniciado com o *Qualis* deve ser completado e aperfeiçoado de forma a se contar com uma lista tipificada e classificada segundo critérios técnicos e especializados;

2. Os programas devem aperfeiçoar e intensificar os intercâmbios nacionais, sem menosprezo dos internacionais; são evidentes os sinais de que o privilegiamento dos intercâmbios internacionais desconsidera os recursos humanos já amadurecidos no país e o conhecimento acumulado na área;

3. No implemento desses intercâmbios nacionais, os programas com doutorado deveriam criar mecanismos, sem prejuízo da qualidade, que permitam ampliar a oferta de vagas e, conseqüentemente, o aumento de titulações nesse nível;

4. Entre os intercâmbios internacionais, os programas da área deveriam implementar contatos com países da América Latina, para efeito de estudos conjuntos e pesquisas de natureza comparativa;

5. Os programas que obtiveram resultados não satisfatórios, além de contar com as visitas a serem promovidas pela CAPES, deveriam acionar mecanismos de intercâmbio com programas do País, especialmente os da mesma região, que vêm obtendo bons resultados para obterem através deles colaboração mais intensiva e freqüente;

6. Os programas congêneres deveriam promover mais regularmente eventos de natureza acadêmico-científica, com vistas a discussões de pesquisa.

7. O problema dos estreitos limites do mercado editorial deve ser debatido e políticas editoriais devem ser propostas para a área como um todo. Esse trabalho deve ser comandado pela Diretoria da Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação;

8. É indispensável e urgente que a Diretoria da Anped coordene, também, um debate amplo e conseqüente sobre a pós-graduação em Educação no país, a partir dos resultados obtidos na avaliação e das sugestões aqui apresentadas. Esse trabalho deve visar, mais do que um balanço crítico dos programas existentes, seus caminhos e

horizontes, deve ensinar o desenho de políticas que sejam encaminhadas às agências e sirvam de pauta para os que representam a área junto a essas agências.

9. Um problema de grande importância deve ocupar as atenções: inúmeras propostas de criação de programas na área. Parte originárias de instituições recém-convertidas em universidades. Por fatores diversos, alimentados pela nova LDB, essas instituições pretendem criar seus programas de pós-graduação *stricto sensu* e essas intenções recaem sobre a área de Educação. São instituições sem qualquer lastro em pesquisa, sem infraestrutura especializada, que compõem o corpo docente mediante a juntada aleatória de antigos quadros e quadros aposentados das universidades públicas. Dominantemente, suas propostas são de má qualidade; não por um acaso, no biênio, apenas dois pedidos foram recomendados: o da Puccamp, que aguardou quase sete anos para amadurecer uma boa proposta (vide o resultado) e o da Unesp-Araraquara, cuja qualidade justificou sua recomendação com os dois níveis (os resultados obtidos na avaliação também atestam o acerto).

10. Em contrapartida, a área precisa crescer. São inúmeros os docentes que precisam ser qualificados e titulados, tanto em nível de mestrado como de doutorado. O Mestrado Interinstitucional é uma alternativa, mas parcial. É preciso pensar outras.

11. A contenção do processo de crescimento desordenado e de arriscada desqualificação da área não pode ficar apenas nas mãos de quem a representa junto à CAPES. Deve ser alvo de atenção da Anped.

7. Considerações finais sobre o processo de avaliação

1. A avaliação do biênio 94/95, na área de Educação, as discussões dela decorrentes, bem como o acompanhamento de um número significativo dos programas existentes e de outros em constituição, indicam que parte considerável do diagnóstico apresentado no documento da CAPES relativo à reformulação da Avaliação não é adequada para a área de Educação e, conseqüentemente, não sustenta as diretrizes sugeridas.

2. as mudanças no processo de avaliação propostas para esse biênio não foram preparadas e discutidas na extensão e profundidade necessárias. Os programas estavam desprevenidos.

3. quanto à questão do peso conferido ao mestrado, da consagração do esquema seqüencial e do paralelismo entre o mestrado e o doutorado: a avaliação do biênio 96/97 foi conduzida com base na compreensão de que - no que tange a área de Educação - não há como e nem porque diminuir o peso e o lugar ocupado pelo mestrado. O mestrado continua tendo papel fundamental de preparo de profissionais-pesquisadores para a área de Educação. Para a grande maioria do corpo discente dos nossos programas, a passagem pelo mestrado é condição *sine qua non* para enfrentar a carga acadêmica e científica que representa a elaboração de uma tese de doutorado; além do que, o mestrado não tem representado necessariamente etapa preliminar de estudos que culminam no doutorado; e isso não nos parece nada problemático. Dentre outras coisas, esse dado indica que o mestrado está servindo, para a área de Educação, à qualificação de profissionais-pesquisadores não só para o nível superior. Quanto à questão do paralelismo, esse um problema que pouco se manifesta em nossa área e, por suposto, de fácil correção se a própria CAPES parar de dar essa orientação aos programas;

4. a questão da preponderância do “mercado acadêmico” como destinatário principal dos programas de pós-graduação afeta a área de Educação de uma maneira muito diferente da de outras áreas. Em verdade, nos nossos mestrados a diversidade de origem e destinação do corpo discente é relativamente alta. Quanto ao doutorado, o mercado acadêmico é o destinatário privilegiado dos seus concluintes. E não deve ser de outro

modo: o título de doutor é um título acadêmico por excelência. É com esses princípios que a avaliação do biênio será conduzida na área, como o foi na anterior;

5. quanto ao problema da relação pós-graduação/graduação: é importante, no que se refere aos benefícios que o primeiro pode e deve conferir ao segundo. Mas, certamente, os problemas implicados são muito complexos e de natureza política profunda (as contribuições de um programa aos cursos de graduação de uma cidade ou de uma região não contam? Ou só têm importância os benefícios diretos aos cursos de graduação da própria instituição? Programas de pós-graduação mantidos em instituições superiores que não oferecem cursos de graduação deveriam ser impedidos ou devem ser avaliados negativamente por não terem correspondência a cursos de graduação?) Essa relação é de difícil, senão impossível aferição, a partir do que o instrumento oferta de dados. Área de Educação, na avaliação do biênio 96/97, como ocorreu na anterior, não conferiu peso específico a essa relação para efeito de conceituação dos programas;

6. quanto ao privilegiamento da concepção de programa e não de cursos: não houve discordância quanto a esse aspecto, aliás, a área já vinha trabalhando com esse conceito, o que está patenteado no documento de área da avaliação 94/95.

7. a mudança dos antigos conceitos pela escala numérica de 7 níveis resultou da intenção de intervir mais diretamente sobre as áreas que tinham concentração dos resultados da avaliação no conceito “A”. Esse não era certamente o caso da área de Educação

8. a referência à desvinculação entre avaliação e fomento não parece suficientemente clara, posto que pode sugerir tanto uma autonomia positiva, na medida em que não faculta a retroalimentação das desigualdades, mas, por outro lado, disponibiliza uma margem alta de liberdade para as discriminações de natureza política. Não há como obscurecer o fato de que os dois setores - avaliação e fomento - estão integralmente separados na CAPES, no que tange ao espaço físico, à ordem administrativa, às instâncias decisórias e aos interlocutores.

9. Por fim, algumas considerações sobre as bases conceituais e os indicadores que deram sustento à nova sistemática de avaliação. Sem dúvida, essas bases permitiram avanços específicos no processo de avaliação, mas não corrigiram falhas e introduziram dificuldades que precisam ser sanadas, destacadamente:

9.1) A substituição dos parâmetros de dimensionamento e distinção das modalidades do corpo docente do programa foi para melhor, mas criou fetiches como os NRDs e o maior dos fetiches que é o NRD6. O peso conferido a esse núcleo acabou por dificultar a avaliação dos programas que são dinâmicos e têm modalidades especiais de participação docente;

9.2) Ainda quanto ao corpo docente, o número de indicadores relativos a esse componente de estruturação dos programas poluiu a visão do avaliador. Exemplo destacado: a relevância do recém-doutor em detrimento do pós-doutorante. Na Educação há 05 (cinco!) bolsas recém-doutor disponíveis e a Fapesp denomina a bolsa de recém-doutor de pós-doutoramento. Está feita a confusão.

A maioria dos programas enfrentou grande dificuldade de acomodar os seus diversos colaboradores: “outros”; “pesquisadores”; “outros participantes”?

9.3) Os espaços abertos para atividades de pesquisa e de formação continuam burocráticos. Há de se pensar alternativas que permitam registros mais dinâmicos e mais próximos da efetiva atuação nesses campos;

9.4) A nova sistemática de avaliação continuou incapaz de resolver o problema do fluxo de alunos. Aliás, todas as informações que exigem visão de “fluxo”, “continuidade”, permanecem sem solução;

9.5) O *Qualis* é um aplicativo muito bem concebido. Para ser adequadamente utilizado deveria ter sido introduzido na próxima avaliação, com preparo de pelo menos dois anos;

10. As equipes da CAPES e da Coppe foram excelentes no trato pessoal e na competência para orientar os avaliadores. As condições infraestruturais não foram tão boas assim.

OPINIÃO

Repensando os objetivos do mestrado em Medicina

Oswaldo Malafaia⁴

Prestes a completar três décadas, a pós-graduação na área médica brasileira merece re-análise. Foram grandes os benefícios conseguidos, sobretudo ao revolucionar a formação do profissional ligado ao binômio ensino/pesquisa. Esse período caracterizou-se pelo intenso trabalho da CAPES na oferta de meios para que os programas sempre se orientassem pela busca permanente de dinâmica, agilidade e melhoria de qualidade na consecução de seus objetivos.

Contudo, o que foi possível notar na área médica é que a proposta inicial que criou a pós-graduação teve, ao longo desses anos (mais acentuadamente na primeira década), interpretação distorcida por aqueles que a puseram em prática.

O Aviso do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, de 1965, ao solicitar regulamentação da pós-graduação, aponta os três motivos fundamentais que exigiram, de imediato, a instauração do sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente para atender a expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

Com o conseqüente Parecer Nº 977/65, do Prof. Newton Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 3 de dezembro de 1965, já se pôde ver que o relator tinha a preocupação de criar uma pós-graduação diferente. Em suas palavras: "... o exame dos estatutos e regimentos nos tem mostrado que, de modo geral, falta às escolas uma concepção exata da natureza e fins da pós-graduação, **confundindo-se freqüentemente seus cursos com os de simples especialização...**" (destaque em negrito nosso).

Era entender do Ministro de Estado da Educação e Cultura da época e do relator Sucupira que os programas de pós-graduação deveriam destinar-se à formação de pesquisadores e docentes para os cursos superiores e fazerem-se em dois níveis sucessivos, equivalentes aos graus acadêmicos de *Master* e *PhD* da sistemática americana.

Nessa época, as ciências médicas já dispunham de intensa e extensa atividade de pós-graduação, destinada à formação do especialista. Além dos cursos de especialização e aperfeiçoamento, que formaram a grande maioria dos bons nomes da medicina brasileira da atualidade, já estavam em franco progresso os cursos de **Residência Médica**, que vieram a ocupar o mais destacado lugar na formação do especialista, deixando os demais cursos para enfoques particulares de sub-especialidades ou de temas menos abrangentes. Caracterizou-se assim parte da pós-graduação hoje denominada *lato sensu*, que ocupa papel fundamental na formação do bom profissional para o atendimento ao paciente, ou seja, para a medicina assistencial, mas não para a acadêmica.

⁴ Representante da área de Medicina III na CAPES.

Quando instituído como diretriz inicial para a pós-graduação brasileira, e não entendida a pós-graduação como continuidade dos cursos de residência, o Parecer Nº 977/65 orientou o tema em 16 pontos, dos quais destaco os seguintes:

“3 - O mestrado pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção de grau de doutor ou como grau terminal.”

“4 - O doutorado tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e poder criador nos diferentes ramos do saber.”

Ou seja, já na própria concepção inicial definiu-se que a formação do professor e pesquisador poderia ser terminal no nível de mestrado, sem, contudo, deixar de estimular a continuidade da formação no doutorado.

Mais à frente, ainda no mesmo parecer, diz o relator: “*De qualquer modo, seguindo tradição generalizada em todos os países, não se aconselharia a instituição de mestrado em Medicina.*”

Talvez esse entendimento estivesse alicerçado no fato de se considerar a residência médica como uma espécie de pós-graduação e no fato de a formação nas ciências médicas estar à frente das demais áreas do saber. Seria, assim, injusto comparar títulos que têm o mesmo valor, mas cuja obtenção envolve tempo e dedicação bem diferentes.

A síntese feita pelo próprio Prof. Newton Sucupira é muito clara quando diz:

“*Em resumo, a pós-graduação sensu stricto apresenta as seguintes características fundamentais: é de **natureza acadêmica e de pesquisa** e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido **eminentemente prático-profissional**; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário...*”

Estabelecia-se, assim, um divisor de águas: de um lado, a pós-graduação *lato sensu*, dedicada à formação do profissional especializado, bem treinado e destinado ao atendimento ao homem doente; e, de outro, iniciou-se a implementação da pós-graduação *stricto sensu*, voltada para a formação do pesquisador e do professor para o ensino superior, com a determinação de melhorar o atendimento ao aluno de graduação e fortalecer a pesquisa em nosso território, produzindo trabalhos bem conduzidos metodologicamente.

Contudo, se examinarmos as características dos primeiros cursos de mestrado ou doutorado implantados no Brasil, verificaremos que se constituem, geralmente, em repetições das residências médicas. A diferença alegada é que os temas, embora sendo os mesmos, são abordados na pós-graduação *stricto sensu* de maneira mais aprofundada que na residência médica. Como exemplo, pode-se citar a disciplina de anatomia de determinados segmentos do corpo humano como parte integrante do currículo de cursos de mestrado e doutorado. Outros exemplos são disciplinas com denominações diversas, mas tendo como temário condutas nas doenças inflamatórias dos cólons, megaesôfago e seu tratamento cirúrgico, diferentes formas de hepatite e seus marcadores virais, e outras tantas que considero inoportunas na pós-graduação *stricto sensu*. Não seria melhor, ao invés de focar a fisiopatologia do câncer gástrico (já devidamente aprendida na graduação e pós-graduação *lato sensu*), abordar os marcadores imunológicos tumorais aplicáveis ao câncer gástrico e seu potencial na pesquisa do tema?

Por outro lado, com o discente, que ingressou no mestrado ou doutorado na expectativa de evoluir na compreensão dos conceitos e no saber, acontece a desmotivação ao constatar a repetição de conteúdos que já lhe foram ministrados e, não infreqüentemente, com melhor qualidade e praticidade. Começa a “caça aos créditos”, a obtenção de tempo de horas-aula aborrecidas e desinteressantes e não importando do que se trata, mas considerado isso como sacrifício necessário para conseguir seu almejado grau acadêmico!

Sentindo o rumo desordenado que a pós-graduação na Medicina tomava, o Conselho Federal de Educação institui resolução sob Nº 11/77, em vigor a partir de 23 de junho de 1977, que, dentre outras deliberações, definia:

“Art. 6o. - A área de concentração dos cursos de mestrado e doutorado constará de atividade e estudos que **constituam acréscimo significativo à formação especializada obtida em curso de Residência Médica** da mesma área e se caracterizem pela ênfase científica na abordagem aprofundada da matéria...”

“Art. 7o. e 8o.(resumidos) - O domínio conexo dos cursos de mestrado e doutorado **incluirá necessariamente disciplinas e atividades em áreas consideradas essenciais ao desenvolvimento do estudo da área de concentração; matérias básicas de fundamentação científica da atividade de pesquisa na área de concentração dando ênfase à interação com áreas conexas e incentivando a participação em projetos interdisciplinares; disciplinas que desenvolvam atividade docente.** (destaques nossos)

Apesar de estar bem clara por esta Resolução que a composição do elenco de disciplinas deve abranger três áreas distintas, a saber, **temas da concentração do curso com enfoques somente de ponta e não repetitivos, desenvolvimento do tirocínio científico e aprendizado de como efetuar uma pesquisa, e detalhamento de temas de formação em didática e pedagogia aplicadas ao ensino médico**, o que se vê na análise dos currículos de muitos programas é que o número de créditos nas duas últimas áreas, em conjunto, corresponde a menos de 10% de todo o elenco de disciplinas. Freqüentemente, verifica-se a existência de “somente disciplinas obrigatórias por lei” (Pedagogia Médica, Didática Especial e Metodologia Científica) com inexpressivo número de horas-aula, contrastando com a colossal carga horária (muitas vezes mais de mil horas) na área de concentração, incluindo na maioria das vezes atividades práticas em ambulatorios médicos destinados ao atendimento rotineiro de pacientes!

Também, para terminar seu curso, o aluno de mestrado é obrigado a executar trabalho de pesquisa de alto nível, não raro envolvendo-se em trabalho final exageradamente dimensionado, o que acarreta prejuízo para a conclusão do trabalho no prazo estabelecido.

Assim, a simples leitura da Resolução nº 5, de 10 de março de 1983, do Conselho Federal de Educação, esclarece que o trabalho de mestrado aplicado à área médica deve ser aquele que mostre simplesmente que o candidato ao título tem domínio da metodologia científica.

...”Art. 2º. e 8º., incisos IV e V (resumidos) -... ao grau de mestre exigir-se-á a apresentação de dissertação ou de outro tipo de trabalho terminal compatível com as características da área do conhecimento e ao grau de doutor, defesa de tese que represente trabalho original, fruto de pesquisa, importando real contribuição à área do conhecimento”.

No dizer de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu dicionário de 1986, dissertação é: “1. *Exposição escrita ou oral desenvolvida de matéria doutrinária científica ou artística*. 2. *Exposição, escrita ou oral, acerca de um ponto das matérias estudadas, que os estudantes apresentem aos professores*. 3. *Discurso, conferência, preleção*”.

Vê-se, portanto, mais uma vez, que os programas, em regra, exigem mais de seus alunos do que dispõe o preceito legal. É certo que os locais em que se desenvolvem cursos de pós-graduação *stricto sensu* já têm tradição em pesquisa e não devem aceitar de seus alunos a apresentação de trabalhos de qualidade inferior à reinante. Contudo, também não é justo exigir deles o desproporcionalmente complexo. Naturalmente, o bom senso recomenda que se estimule os alunos a fazerem trabalhos simples, muitas vezes somente modelos experimentais, que poderão ser continuados de maneira mais complexa em outro trabalho, em nível de doutorado, na mesma linha de pesquisa. O importante, a meu ver, é que o trabalho de mestrado demonstre capacitação do aluno no manuseio da metodologia científica em seu mais amplo sentido.

Em síntese final, penso que é oportuno reavaliar o que existe no nível de mestrado e doutorado em nosso país. A flexibilidade da pós-graduação *stricto sensu* permite mudanças rápidas. Mais do que desejar mudanças nas regras vigentes da pós-graduação, penso que urge mudar os conceitos que alguns coordenadores e entidades mantenedoras têm dos programas de mestrado e doutorado, que não aplicam (ou superlativam) as exigências legais, muitas vezes com interpretações próprias, dificultando a já complexa formação médica. Com a maturidade que o tempo vivido na pós-graduação me deu, penso que o mestrado se aplica ao médico com residência médica. Contudo, o que ele deve aprender nesse novo estágio de seu desenvolvimento não se pode encerrar em uma repetição, mesmo que ampliada, de assuntos já tratados em sua formação especializada. Deve sim ter um número de créditos bem abrangente e detalhado em temas da formação do pesquisador; extensas e exaustivas atividades no aprendizado da docência para o ensino superior (muito além do que o entendimento geral considera o mínimo previsto nas resoluções vigentes) e igual dimensão de tempo nas atividades de ponta, com ótica voltada à pesquisa, na área de concentração escolhida. Deve terminar seu curso de mestrado com bom e, fundamentalmente, simples trabalho de pesquisa que demonstre sua capacitação no exercício da metodologia científica.

Referências

1. Parecer nº 977/65 – Conselho Federal de Educação – 3/12/1965.
2. Parecer nº 77/69 – Conselho Federal de Educação – 11/2/1969.
3. Parecer nº 576/70 – Câmara do Ensino Superior – 7/8/1970.
4. Resolução nº 11/77 – Conselho Federal de Educação – 23/6/1977.
5. Plano Nacional de Pós-Graduação – Decreto nº 87814 de 16/11/1982.
6. Resolução nº 5 – Conselho Federal de Educação – 10/2/1983.

CAPES INFORMA

Eventos apoiados

A CAPES apoiou, neste período, por meio de sua Coordenadoria de Desenvolvimento Setorial, a realização dos seguintes eventos no País:

Julho:

Instituição	Evento/data
CBPF	II Escola do CBPF – Comemorativa de seus 50 anos – 12 a 30
SBPr	IX Congresso Brasileiro de Primatologia – 25 a 30
FURB	50º Congresso Nacional de Botânica – 18 a 23
Unesp / Botucatu	44ª Reunião Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e 8º Simpósio de Estatística Aplicada à Experimentação Agronômica – 26 a 30
UFPA	Seminário Internacional sobre Avaliação e Planejamento do Ensino Superior – 26 e 27
UFMG	II Iupac – International Conference on Biodiversity – 11 a 15
UFRJ	Regional Conference on Geomorphology – 17 a 22
ANPUH	XX Simpósio Nacional de História – Fronteiras – 25 a 30
ANPOLL	XIV Encontro Nacional da Anpoll – 5 a 7
USP	Conference on Representations of Algebras – 19 a 24
UFMG	IX Encontro Nacional de Patologia Veterinária – 9º Enapa – 26 a 30
SBZ	XXXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia – 26 a 29

Agosto:

Instituição	Evento/data
UFBA	XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (Anppom) – 15 a 17
SAB	XXV Reunião Anual da Sociedade Astronômica Brasileira – 1 a 5
UnB	Workshop sobre Mecânica Estatística de Não-Equilíbrio – agosto/setembro
USP	II Encontro Latino-Americano de Ensino de Jornalismo – Formação – 8 a 11
UFSCar	VIII Encontro Brasileiro sobre Ensino de Engenharia Química – 22 a 25
Unicamp	International Conference on Microelectronics and Packaging – 3 a 6
UFRN	IV Pharmatech “New Perspectives in Drug Delivery Systems” – Sociedade Brasileira de Tecnologia Farmacêutica – 8 a 11
URCA	XVI Congresso Brasileiro de Paleontologia – 1 a 7
SBG	6º Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica – 15 a 19
UFRJ	6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas – 8 a 13

PUC/MG	XVII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa – 16 a 20
Unesp/Botucatu	I Congresso Internacional de Acupuntura Animal e Curso de Acupuntura – 6 a 8

Setembro:

Instituição	Evento/ data
CBHA	I Colóquio Internacional de História da Arte, Paisagem e Arte – 5 a 10
SBF/SP	XXII Reunião de Trabalho em Física Nuclear no Brasil – 8 a 12
Interco	XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 1 a 9
Epusp	4º Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente – 8 a 10
UFRJ	“Um olhar para o mundo – a contemporaneidade de Anísio Teixeira” – 2
UFSC	XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – 12 a 17
SBPqO	16ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica – 8 a 11
UFRJ	VI Encontro Latino-Americano de Fotoquímica e Fotobiologia – 12 a 16
UFBA	VI Encontro de Clarinetistas – 23 a 26
UFRPE	VIII Reunião Brasileira de Ficologia – 22 a 26
ANPEd	22ª Reunião Anual da ANPEd – 26 a 30
UFPE	X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira – 19 a 24
ANPOLL	Encontro de Belo Horizonte do GT de Literatura Comparada – 22 a 24
Unesp/Araraquara	II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde – 19 a 22
UFBA	10º Congresso Brasileiro de Catálise – 22 a 24
UFV	Simpósio Internacional de Genética e Melhoramento Animal – 21 a 24

Avaliação internacional

Consultores estrangeiros, convidados pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação da área médica que receberam notas 6 e 7, visitaram os programas de Oncologia, de Odontologia e de Nefrologia, da Universidade de São Paulo (USP), de Medicina Tropical, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de Medicina Tropical, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e de Doenças Infecciosas e de Oftalmologia, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), nos dias 20 a 22 de julho. Os consultores foram os professores Zena Werb, da Universidade da Califórnia em São Francisco, Estados Unidos, Melvin Silverman, da Universidade de Toronto, Canadá, Christopher Bremer, da Escola de Medicina da Universidade de Carolina do Norte, Estados Unidos, e Konrad Messmer, da Universidade de Munique, Alemanha.

Programa Apartes

Trinta candidatos foram selecionados como bolsistas do Apartes em instituições estrangeiras em 1999, devendo viajar ao exterior a partir de agosto. Inscreveram-se 203 candidatos, tendo as comissões acadêmico-artísticas considerado que 189 preencheram todos os requisitos do programa. Os critérios de seleção compreenderam o mérito e talento dos candidatos, expectativa de futura contribuição artística no Brasil, excelência da instituição onde desenvolverão seus estudos, competência do orientador e qualidade do plano de atividades a ser aplicado no exterior. Dos trinta selecionados, quinze são da área de Música, seis de Cinema, Fotografia e Vídeo, quatro de Artes Plásticas, três de Dança e dois de Teatro.

Pró-Ciências

O Programa de Aperfeiçoamento de Professores de 2º Grau em Ciências e Matemática (Pró-Ciências) foi criado em 1995, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de 2º grau, promovendo cursos de aperfeiçoamento para professores de física, química, biologia e matemática, em parceria com secretarias estaduais de ciência e tecnologia, secretarias estaduais de educação e fundações de apoio à pesquisa. Foram oferecidos até agora, em todo o país, 1.218 cursos, freqüentados por 40.239 professores. A distribuição dos cursos realizados por região é a seguinte: 92 (7,5%) na região Norte; 393 (32,3%) na região Nordeste; 274 (22,5%) na região Sudeste; 308 (25,3%) na região Sul; e 151 (12,4%) na região Centro-Oeste. Os professores treinados foram: 3.113 (7,7%) no Norte; 10.021 (24,9%) no Nordeste; 12.601 (31,3%) no Sudeste; 9.531 (23,7%) no Sul; e 4.973 (12,4%) no Centro-Oeste.

Realizar-se-á na cidade de Curitiba, de 4 a 8 de outubro, promovido por instituições do Governo do Paraná, o III Simpósio Latino-Americano e Caribenho de Educação em Ciências, do *International Council of Associations for Science Education (ICASE)*. Nessa ocasião, serão apresentados 16 projetos apoiados pelo Pró-Ciências. Esses projetos, relacionados a seguir, foram selecionados pela comissão avaliadora do programa da CAPES.

UF	ÁREA	PROJETO
AC	Integrado	Integração interdisciplinar das Ciências
BA	Gestão	Pró-Ciências na Bahia: Inovações pedagógicas reinventam a sala de aula e despertam no aluno o prazer em aprender Ciências
BA	Integrado	Relato de experiência do Programa Pró-Ciências: Uma contribuição para a reflexão sobre os limites e perspectivas da formação continuada dos professores de Ciências
CE	Matemática	O Pró-Ciências de Matemática no Ceará
ES	Química	Treinamento para professores de Química do ensino médio da rede pública da região norte do Estado do Espírito Santo
PA	Química	Curso de aperfeiçoamento para professores de Química do ensino médio
PE	Biologia	Ensino de Biologia no Programa Pró-Ciências I: O exemplo de Pernambuco
PR	Biologia	Oficinas de Parasitologia: O professor na prevenção das parasitoses humanas
PR	Física	Um curso de atualização em Física: Considerações e efeitos

PR	Matemática	Novas perspectivas para a formação continuada de professores das áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias
PR	Química	O uso de temas para a aprendizagem da Química no ensino médio
RJ	Biologia	O entendimento da Microbiologia ao alcance de todos
RR	Física	Curso modular de capacitação em Física
RS	Física	Curso de aperfeiçoamento para professores de Física do 2º grau do Programa Pró-Ciências do Departamento de Física da FURG
SC	Química	Química: Atualização de professores das redes estadual e particular pelo Pró-Ciências
SP	Matemática	Reabilitação do ensino da Matemática em escolas públicas de 2º grau

Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância

As propostas de participação do Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (Paped) tiveram prazo até o dia 20 de setembro para serem apresentadas à CAPES. O Paped apóia projetos de pesquisa em educação a distância de mestrandos e doutorandos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação cujos diplomas tenham validade nacional. Os candidatos devem ter seus projetos já previamente aprovados pelos seus orientadores, ou pela coordenação do curso, e devem estar em fase de elaboração da dissertação ou tese. Poderão ser financiados os seguintes itens: programas de informática, periódicos especializados, material de consumo, passagens e diárias para pesquisa de campo.

Programa “Musicistas”

Iniciaram-se em 17 de agosto as atividades do Programa “Musicistas”, na Escola de Música da Universidade Federal de Goiás (UFG). A Escola de Música sedia os cursos e *master classes*. Os concertos ocorrem no Teatro Goiânia, com entrada franca. A programação é a seguinte:

- American Piano Quartet (Estados Unidos)
Cursos e *master classes*: 17 a 25 de agosto
Concerto: 23 de agosto
- Herbert Lindsberger – Viola (Áustria)
Cursos e *master classes*: 30 de agosto e 6 de setembro
Concerto: 6 de setembro
- The Chicago Brass Quintet (Estados Unidos)
Cursos e *master classes*: 5 a 13 de outubro
Concerto: 11 de outubro
- Hamburger Klavier Trio (Alemanha)
Cursos e *master classes*: 18 a 29 de outubro
Concerto: 25 de outubro
- Horácio Franco – Flauta doce (México)
Cursos e *master classes*: 3 a 12 de novembro
Concerto: 10 de novembro

48ª Reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC)

Em reunião realizada no dia 8 de julho, foram discutidos os seguintes assuntos: a avaliação continuada da pós-graduação, o mestrado profissionalizante, a reestruturação da Diretoria de Programas da CAPES, a concessão de bolsas para o doutorado pleno no exterior em 1999, a análise das propostas de implantação de novos cursos de pós-graduação, a indicação dos novos representantes de área e a integração dos bancos de currículos da CAPES (Coleta) e do CNPq (Lattes). Foram recomendados os seguintes cursos de pós-graduação:

ÁREA / CURSO	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	NOTA
Engenharias Radioproteção e Dosimetria	Ipen	MP	3
Ciências da Saúde Odontologia	Uerj	DO	3
Odontologia	Unitau	ME	3
Ciências Exatas e da Terra Química	UFPI	ME	3
Multidisciplinar Ciências da Saúde	UnB	ME/DO	4

DO: doutorado; ME: mestrado; MP: mestrado profissionalizante

49ª Reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC)

Reunido nos dias 17 e 18 de agosto, o CTC examinou 147 processos de cursos de pós-graduação solicitando credenciamento. Desse total, 96 obtiveram nota abaixo da mínima (3), ficando na categoria de “não recomendados”, “em diligência” ou “retirados de pauta”. Foram recomendados 51 cursos, relacionados a seguir:

ÁREA / CURSO	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	NOTA
Engenharias Engenharia Elétrica e Informação Industrial	Cefet/PR	DO	3
Estruturas e Construção Civil	UnB	DO	4
Engenharia Elétrica	UFC	ME	3
Engenharia Elétrica	UFSC	MP	4
Ciências da Saúde Odontologia	Unaerp	ME	3
Odontologia	Ulbra	ME	3
Odontologia (Periodontia)	Usp/RP	ME	3
Estomatopatologia	Unicamp	ME/DO	4
Saúde Pública	Fiocruz/CPqAM	DO	3
Saúde Coletiva	Unesp	ME	3
Clínica Médica	Puc/RS	DO	3
Ciência da Motricidade Humana	UCB/RJ	ME	3
Enfermagem Psiquiátrica	Usp/RP	DO	3
Ciências Biológicas Ecologia	UFRGS	DO	3

Ciências Humanas			
Educação	Puc/MG	ME	3
Educação	UEL	ME	3
Educação Especial	Ufscar	DO	3
Educação para a Ciência	Unesp/Bauru	ME	3
História	UFMS	ME	3
História	UEM/UEL	ME	3
História	UPF	ME	3
Ciências e Práticas Educativas	Unifran	ME	3
Psicologia	UFRN	ME	3
Psicologia	Ufes	DO	3
Sociologia	UFPA	ME	3
Ciências Exatas e da Terra			
Física	UFSM	DO	3
Física	UFPR	DO	3
Física	UEM	DO	3
Física	UEL	DO	3
Geodinâmica e Geofísica	UFRN	DO	3
Geologia	Unisinos	DO	3
Oceanografia Química e Geológica	Usp	ME/DO	3
Química	UFPR	DO	3
Ciências Agrárias			
Agronomia (Sistemas de Produção)	Unesp/Ilha Solteira	ME	3
Ciências Veterinárias	Ufu	ME	3
Desenvolvimento Rural	UFRGS	ME	3
Produção Vegetal	Uenf	DO	3
Medicina Veterinária (Cirurgia Veterinária)	Unesp/Jab.	DO	3
Medicina Veterinária	Unesp/Jab.	ME/DO	3
Ciências Sociais Aplicadas			
Administração	UEM/UEL	ME	3
Arquitetura e Urbanismo	UFBA	DO	4
Comunicação Social	Puc/RS	DO	3
Comunicação e Linguagens	UTP	ME	3
Multimeios	Unicamp	DO	3
Serviço Social	Unesp/Franca	DO	3
Letras e Artes			
Linguística	UnB	ME	3
Letras	Ufal	DO	3
Letras	Ufes	ME	3
Música	UFG	ME	3
Multidisciplinares			
Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável	UFPA	ME	3
História da Ciência	Puc/SP	ME	3

50ª Reunião do Conselho Técnico-Científico (CTC)

Na reunião do CTC do dia 15 de setembro estiveram em pauta 65 processos de credenciamento de cursos de pós-graduação. Desse total, foram recomendados 15 novos

curso, cujos processos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Educação, para homologação dos pareceres da CAPES. São os seguintes os cursos recomendados:

ÁREA /CURSO	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	NOTA
Ciências Humanas			
Ciências Sociais	Ufscar	DO	4
Ciências Sociais	Puc/MG	ME	3
Filosofia	UnB	ME	3
Ciências Sociais Aplicadas			
Ciências Contábeis	UFRJ	ME	3
Direito	Unaerp	ME	3
Comunicação Social	Umesp	DO	3
Comunicação e Mercado	FCLíbero	ME	3
Ciências da Saúde			
Nutrição	Unifesp	MP	4
Ciências Biológicas			
Genética e Bioquímica	Ufu	DO	3
Ciências Agrárias			
Agronomia	UEL	DO	3
Agronomia	UEM	DO	3
Medicina Veterinária	UFRPE	DO	3
Zootecnia	UFPB/UFC/UFRPE	DO	3
Ciências Exatas e da Terra			
Estatística	UFSCar	ME	3
Multidisciplinar			
Processos Biotecnológicos	UFPR	DO	3

Representantes de área

Em cerimônia realizada no dia 27 de setembro, foram empossados os 42 representantes das áreas do conhecimento, assim distribuídos, quanto à sua vinculação institucional: 30 da região Sudeste, 7 da região Sul, 3 da região Centro-Oeste e 2 da região Nordeste. Os representantes de área, com mandatos de dois anos, são nomeados a seguir:

Área	Representante / IES
Filosofia / Teologia	Oswaldo Giacóia Júnior / Unicamp
Química	Alfredo Arnóbio de Souza da Gama / UFPE
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	Alice Eiko Murakami / UEM
Odontologia	Altair Antoninha Del Bel Cury / Unicamp
Economia	Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi / USP
Letras / Linguística	Antonio Dimas de Moraes / USP
Geociências / Oceanografia	Ari Roisenberg / UFRGS
Engenharias III	Carlos Alberto de Almeida / PUC-RJ
Artes	Celso Loureiro Chaves / UFRGS
Ciências Biológicas I	Cláudio José Barros de Carvalho / UFPR
Engenharias II	Cyro Takano / USP
Planejamento Urbano / Demografia	Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer / UFMG
Engenharias I	Eugênio Foresti / USP-SC

Antropologia / Arqueologia	Giralda Seyferth / UFRJ-Museu Nacional
Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Educação Física	Go Tani / USP
Medicina I	Irineu tadeu Velasco / USP
Administração / Turismo	Jaime evaldo Fensterseifer / UFRGS
Psicologia	Jairo Eduardo Borges Andrade / UnB
História	Janaína Amado / UnB
Farmácia	João Luís Calegari Lopes / USP
Ciências Biológicas II	Jorge Almeida Guimarães / UFRGS
Medicina III	José Renan da Cunha Melo / UFMG
Educação	José Silvério Baia Horta / UFF
Ciências Agrárias I	Liovando Marciano da Costa / UFV
Física	Lívio Amaral / UFRGS
Geografia	Lúcia Helena de Oliveira Gerardi / Unesp-RC
Direito	Luiz Edson Fachin / UFPR
Ciências Biológicas III	Luiz Rodolpho Raja Gabaglia Travassos / Unifesp
Sociologia	Maria Arminda do Nascimento Arruda / USP
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Maria Beatriz Abreu Glória / UFMG
Serviço Social / Economia Doméstica	Maria Carmelita Yazbek / PUC-SP
Enfermagem	Maria Gaby Rivero de Gutierrez / Unifesp
Ciência Política	Maria Tereza Sadek Ribeiro de Souza / USP
Matemática / Probabilidade e Estatística	Mário Jorge Dias Carneiro / UFMG
Saúde Coletiva	Moisés Goldbaum / USP
Ciência da Computação	Nelson Maculan Filho / UFRJ
Arquitetura e Urbanismo	Paulo Bruna / USP
Ecologia	Rogério Parentoni Martins / UFMG
Medicina Veterinária	Rômulo Cerqueira Leite / UFMG
Engenharias IV	Sandoval Carneiro Júnior / UFRJ
Medicina II	Vanize de Oliveira Macedo / UnB
Ciências Sociais Aplicadas I	Wilson da Silva Gomes / UFBA

A composição do Conselho Técnico-Científico ficou definida da seguinte maneira:

Luiz Edson Fachin (Direito); Alfredo Amóbio de Souza da Gama (Química);
Altair Antoninha Del Bel Cury (Odontologia);
Antonio Dimas de Moraes (Letras e Linguística);
Carlos Alberto de Almeida (Engenharias III);
Celso Loureiro Chaves (Artes);
Irineu Tadeu Velasco (Medicina I);
Jaime Evaldo Fensterseifer (Administração/Turismo);
Jorge Almeida Guimarães (Ciências Biológicas II);
José Silvério Baia Horta (Educação);
Liovando Marciano da Costa (Ciências Agrárias I);
Lívio Amaral (Física);
Luiz Rodolpho Raja Gabaglia Travassos (Ciências Biológicas III);
Maria Arminda do Nascimento Arruda (Sociologia);
Rômulo Cerqueira Leite (Medicina Veterinária);
Sandoval Carneiro Júnior (Engenharias IV);

Maria José Lima da Silva (representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação – Foprop);
Divinomar Severino (representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG).

Há pouco tempo, vi pela primeira vez o Infocapes na biblioteca da universidade em que estudo e me interessei por um artigo da seção Estudos e Dados, que versava sobre a pós-graduação na América Latina, escrito por um professor da Universidade de Brasília. Sendo aluno de um curso de mestrado em Educação, gostaria de saber se é possível submeter um artigo derivado da minha dissertação para publicação nessa revista.

Resposta:

A CAPES agradece pelo interesse em publicar seu trabalho no Boletim Informativo Infocapes. Como resposta, esclarecemos que:

- *Infocapes, além de divulgar informações sobre as atividades da CAPES, tem como um de seus objetivos promover o debate, no meio acadêmico, sobre a área de atuação da Agência, que é a pós-graduação lato e stricto sensu. Portanto, a publicação está aberta a contribuições que tratem desse tema ou de assuntos correlatos. Desta forma, estudos e artigos sobre outros níveis de ensino (de graduação, médio etc.) fogem ao escopo do Infocapes.*
- *As participações externas, além das perguntas aqui publicadas, podem ser incluídas nas seções Estudos e Dados e Opinião. Enquanto a primeira se distingue por divulgar informações e números sobre a pós-graduação brasileira, no que se encaixam os trabalhos acadêmicos, a segunda é um palanque de manifestação e sugestões sobre esse nível de ensino. Assuntos recorrentes nessas seções têm sido, por exemplo, a Avaliação da Pós-Graduação e políticas para o setor.*
- *As contribuições devem ser encaminhadas, inclusive por correio eletrônico, à Coordenadoria de Estudos e Divulgação (endereço na página 2), onde serão submetidas à apreciação do Conselho Editorial do Infocapes. Não há nenhuma taxa para publicação dos artigos, bem como a CAPES não efetuará nenhum desembolso a título de remuneração pela aceitação do trabalho.*

Tendo em vista as mudanças promovidas pela CAPES na avaliação da pós-graduação e considerando que esse processo terá periodicidade trienal, conforme as informações que tenho, parece-me conveniente que seja desenvolvido algum mecanismo de acompanhamento dos programas e monitoramento das medidas tomadas por esses mesmos programas para as adequações que se fizerem necessárias, bem como para o aperfeiçoamento da sistemática avaliativa globalmente. A CAPES pretende adotar alguma providência nessa direção?

Resposta:

No âmbito da reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, importância especial é atribuída à aplicação do princípio de avaliação continuada. Assim, a CAPES reconhece que a implantação de um mecanismo de acompanhamento da situação dos programas de pós-graduação nos dois anos compreendidos entre as avaliações trienais é fundamental para o aprimoramento do Sistema de Avaliação e do desempenho dos próprios programas.

Constituem objetivos desse acompanhamento:

- *ampliar a legitimidade do processo de avaliação, inserindo-o em um contexto mais amplo de conhecimento da realidade dos programas avaliados;*
- *facilitar os entendimentos entre a CAPES e os programas de pós-graduação na abordagem das questões referentes ao processamento da avaliação;*
- *reforçar a relação de parceria entre a CAPES e os programas de pós-graduação na promoção do desenvolvimento desse nível de ensino no país;*
- *contribuir para a maior familiarização das comissões de avaliadores com as peculiaridades de cada programa;*
- *assegurar condições para que as comissões de avaliação possam conhecer o plano de desenvolvimento dos programas, avaliar a adequação das prioridades e metas anuais por eles fixadas e acompanhar o esforço que vêm empreendendo visando ao aprimoramento de sua atuação;*
- *permitir que antes da realização das avaliações trienais possam ser identificadas e sanadas falhas eventualmente existentes nas informações fornecidas pelo instrumento ColetaCapes;*
- *estabelecer um mecanismo de alerta aos programas que apresentem indicadores de estagnação ou de queda de desempenho, permitindo que esses programas busquem reverter sua situação, se possível, antes mesmo da avaliação trienal seguinte.*

O acompanhamento tem as seguintes características:

- *periodicidade anual, ocorrendo nos dois anos imediatamente subseqüentes ao de realização de cada avaliação trienal;*
- *execução por comissões de avaliação presididas pelos representantes de área;*
- *não atribuição de notas aos programas;*
- *realização em um período de três a quatro meses, baseando-se em um plano de trabalho flexível acertado entre os membros de cada comissão (que pode incluir a colaboração de outros consultores e a instauração de um diálogo com os programas para os esclarecimentos que se fizerem necessários) - diferentemente da avaliação trienal, cuja realização se concentra em um curto espaço de tempo e segue procedimentos uniformes previamente estabelecidos pela CAPES;*
- *focalização mais detida nos programas que na última avaliação trienal tenham obtido nota abaixo ou próxima do padrão mínimo de qualidade estabelecido e naqueles que, independentemente da nota anteriormente obtida, apresentem queda em indicadores de desempenho ou produtividade;*
- *ênfase especial na compreensão do processo de evolução de cada programa e na maneira como cada um concebe e executa seu projeto de desenvolvimento e responde às críticas e sugestões que lhe foram anteriormente apresentadas pela CAPES;*
- *apresentação de críticas, sugestões ou alertas aos programas e à CAPES;*
- *análise das informações fornecidas pelo ColetaCapes - sendo os dados relativos ao segundo ano após a avaliação trienal apresentados cumulativamente com os dados correspondentes ao ano anterior - e também de informações fornecidas por*

outras fontes consideradas importantes para o conhecimento da situação e perspectivas de desenvolvimento dos programas: pareceres e relatórios de visitas de consultores, auto-avaliações, indicadores do impacto regional e local de sua atuação, demonstração do andamento de providências sugeridas em avaliações anteriores, levantamentos e estudos sobre a inserção de ex-alunos no mercado de trabalho etc.;

- *apresentação pela comissão de avaliação, ao final de cada etapa anual de acompanhamento, de descrição da forma como estruturou a realização de seu trabalho, de apreciação sobre a situação de cada programa e de uma avaliação geral da situação do conjunto de programas analisados, destacando a ação política da CAPES no desenvolvimento de cada área ou campo de conhecimento.*

Para a realização do acompanhamento, estão previstas as seguintes etapas:

- *apresentação pelas IES das informações correspondentes ao ColetaCapes - (até março);*
- *tratamento dos dados e emissão dos relatórios-síntese, composição e convocação das comissões de área - (abril e primeira quinzena de maio);*
- *realização do acompanhamento, compreendendo: estabelecimento do plano de trabalho pela comissão de área, definição das orientações e critérios a serem seguidos; análise da situação dos programas; elaboração das críticas e sugestões a serem apresentadas aos programas e à CAPES - (da segunda quinzena de maio à primeira quinzena de setembro);*
- *análise dos relatórios pelo Conselho Técnico-Consultivo (CTC) da CAPES - (segunda quinzena de setembro);*
- *divulgação dos relatórios, enviando-se a cada programa cópia dos critérios adotados, das críticas e sugestões sobre sua situação e desempenho e da apreciação sobre a situação geral da pós-graduação em sua área - (outubro).*